

O Brasil ANDRÉ PROUS antes dos brasileiros



A PRÉ-HISTÓRIA DO NOSSO PAÍS

2ª EDIÇÃO REVISTA



ZAHAR
Jorge Zahar Editor



Nova Biblioteca de Ciências Sociais

diretor: Celso Castro

André Prous

O Brasil

antes dos brasileiros

A pré-história de nosso país

2ª edição revista



ZAHAR

Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Sumário

Introdução

O estudo do passado e a arqueologia
Breve história da arqueologia no Brasil
As fontes da história pré-cabralina

1

Os primeiros habitantes

As discussões sobre a entrada do homem na América
O que sabemos sobre os primeiros sul-americanos?
As “populações de Lagoa Santa”

2

A pré-história do Brasil meridional

Os primeiros ocupantes do litoral meridional
Os primeiros ocupantes das terras interioranas:
as “Culturas” Umbu e Humaitá
Os ceramistas do Planalto
A arte rupestre meridional

3

A arqueologia do Pantanal

A pré-história do Brasil central e do Nordeste

Os caçadores-coletores

Os primeiros agricultores e ceramistas

A arte rupestre

Os aldeões (Aratu-Sapucaí e Uru)

A tradição rupestre dos lajedos

Os ceramistas do Maranhão

A onda tupiguarani

O domínio tupiguarani

A indústria tupiguarani

A vida comunitária: alimentação, guerra, rituais e arte

A grande questão: qual é a origem dos Tupiguarani?

Arqueologia amazônica

As primeiras populações

A Tradição Policroma

A Tradição Incisa-Ponteadas

Ocorrências (ainda) isoladas

Reflexões finais

Lutar contra os mitos redutores

Continuidades e rupturas vistas pelos acadêmicos

A arqueologia brasileira hoje

Glossário

Leituras recomendadas

Créditos das ilustrações

Introdução

QUANDO SE ESTUDAM os habitantes do Brasil antes da chegada dos portugueses, é preciso inicialmente lembrar que o país é uma criação política recente, cujas fronteiras atuais não correspondem a limites entre as populações pré-históricas, exatamente como hoje existem índios Guarani tanto em parte do Brasil quanto no Paraguai. Durante um bom período da pré-história, os moradores da bacia amazônica devem ter sido muito mais isolados das populações do Sul brasileiro que estes dos grupos que ocupavam os pampas argentinos. Por outro lado, tendemos a pensar que as sociedades dos primeiros habitantes das terras baixas da América do Sul eram muito parecidas com as dos remanescentes indígenas atuais; ou, então, procuramos uma imagem deles a partir de relatos dos cronistas nos séculos XVI e XVII, como Jean de Léry, Hans Staden, André Thevet, Gabriel Soares de Souza, Carvajal e os padres jesuítas.

Ora, sabemos hoje que as sociedades indígenas estavam implantadas no Brasil há mais de 12.000 anos e tiveram muito tempo para se transformar. Por outro lado, os “índios” descritos pelos cronistas são essencialmente os Tupi e os Guarani do litoral, cujas sociedades e costumes eram muito distintos das tribos de outros grupos linguísticos ou étnicos existentes naquela época.

O estudo do passado e a arqueologia

Estamos acostumados a estudar as sociedades a partir dos textos escritos que alguns de seus integrantes deixaram (sobretudo quando se trata de sociedades passadas) ou da observação direta (quando é o caso de populações vivas). Dessa forma, os historiadores analisam sobretudo os documentos escritos, enquanto os sociólogos e antropólogos privilegiam a observação direta e os testemunhos orais.

Quando queremos conhecer as sociedades indígenas desaparecidas, não dispomos de textos, pois elas não utilizavam a escrita. Por outro lado, as sociedades ameríndias que sobreviveram até hoje são poucas em relação às que existiram outrora, e se modificaram demasiado para oferecer uma imagem adequada dos primeiros habitantes do território que hoje chamamos Brasil. Dependemos, portanto, exclusivamente dos vestígios materiais que eles deixaram, quase sempre involuntariamente, e com os quais nem historiadores nem antropólogos estão acostumados a tratar.

Os especialistas que estudam esses restos de corpos, instrumentos, atividades, moradias – dentro do contexto ambiental da época – são os arqueólogos. Têm os mesmos objetivos dos outros pesquisadores das ciências humanas, mas apenas utilizam métodos e técnicas diferentes

(relacionados às ciências da vida e da Terra), e dependem do estudo dos vestígios materiais. Isso os leva a dar grande importância tanto ao que se convém chamar de “cultura material” quanto aos aspectos da vida cotidiana e ao ambiente no qual viveram as populações pretéritas.

Dessa forma, este livro fundamenta-se essencialmente em informações obtidas pela arqueologia, embora elas sejam muitas vezes interpretadas em função de teorias e conhecimentos relacionados à antropologia.

Com efeito, e como qualquer área científica, a arqueologia não expõe “fatos objetivos” que permitiriam atingir uma verdade absoluta, mas interpreta os indícios disponíveis em função dos pressupostos dos arqueólogos. Estes variam de acordo com o momento (também existem modas na ciência) e as tendências dos pesquisadores (há abordagens práticas e correntes teóricas diferenciadas em cada época).

Breve história da arqueologia no Brasil

No Brasil, os primeiros estudos de vestígios arqueológicos se devem a P. Lund, um pioneiro da paleontologia, que encontrou em 1843 ossadas humanas misturadas com as de animais desaparecidos nas cavernas de Lagoa Santa, em Minas Gerais. Naquela época, acreditava-se que os grandes animais tivessem desaparecido com o dilúvio bíblico, e Lund foi o primeiro a pensar na existência de um homem antediluviano nas Américas, mas nisso não foi seguido. Também descreveu para o público europeu instrumentos de pedra polida encontrados pelos camponeses e afirmou que os amontoamentos de conchas encontrados no litoral brasileiro (os sambaquis) eram obra dos primeiros habitantes do lugar. Isso foi importante para o reconhecimento da origem humana dos sítios parecidos que existem no norte da Europa.

No final do século XIX, foram realizadas as primeiras escavações arqueológicas nos sambaquis de Santa Catarina, por Von den Steinen, e em sítios do Amapá, por Emílio Goeldi. Na perspectiva daquela época, tratava-se essencialmente de encontrar objetos que permitissem saber qual era o “patamar evolutivo” atingido pelos indígenas brasileiros em relação a uma escala estabelecida na Europa. Considerava-se que os nativos do Brasil eram muito primitivos, e que seus ancestrais seriam incapazes de elaborar as belas cerâmicas e esculturas de pedra encontradas em vários sítios. Dessa forma, muitos atribuíram as cerâmicas Marajoara a povos fenícios ou gregos – que teriam desembarcado aqui na Antiguidade –, e as esculturas dos sambaquis a uma influência das culturas andinas.

Ao mesmo tempo, R. Kröne estudava os sambaquis do litoral de São Paulo e correlacionava, de modo pioneiro, suas variações culturais às mudanças ambientais, como as alterações do nível do mar. Infelizmente, quase não houve outras pesquisas arqueológicas durante a primeira metade do século XX.

Foi preciso esperar até a segunda metade do século XX para que a arqueologia se implantasse

no Brasil, primeiramente sob orientação de pesquisadores franceses e norte-americanos (durante os anos 1950 e 1960), e, a seguir, com programas independentes realizados pelos pioneiros formados por esses mestres estrangeiros.

No final dos anos 1960, um projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (Pronapa), orientado por Betty Meggers e Clifford Evans, procurou montar um quadro preliminar da pré-história dos estados da fachada marítima, desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte, a partir de prospecções e sondagens rápidas. Desse trabalho nasceram as principais “Tradições” ceramistas até hoje reconhecidas.

Os seguidores do Pronapa procuravam evidenciar, por meio da análise dos restos de cerâmica pré-histórica, a dispersão ao longo dos eixos fluviais de grupos pré-históricos caracterizados por sua cultura material. Trabalhavam dentro da linha do determinismo ecológico norte-americano (a ideia de que o ambiente local determina o grau de complexidade das sociedades que nele evoluíram). Paralelamente, outros pesquisadores, quase sempre influenciados ou orientados por W. Hurt ou Annette Laming-Emperaire, estudavam os vestígios de populações mais antigas a partir de escavações amplas em sítios escolhidos – geralmente em sambaquis ou abrigos sob a rocha –, e atenção especial foi dedicada à chamada “arte rupestre”, muito comum no Brasil central e nordestino.

Com a análise mais aprofundada dos sítios de regiões limitadas, esses pesquisadores passaram a se interessar mais por reconstituir a evolução do ambiente local e a organização do espaço habitado.

O número de pesquisadores começou a crescer nos anos 1980, e hoje, embora ainda haja muita carência de profissionais (existem vários estados sem ao menos um arqueólogo residente), a maioria das pesquisas é realizada por equipes nacionais. Com a criação da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), em 1980, houve uma abertura para novas influências, em particular as vindas da arqueologia “processual” anglo-saxônica, que pretendia alcançar maior cientificidade na arqueologia procurando leis permanentes que regessem as sociedades e suas relações com o meio.

A partir dos anos 1990, vários arqueólogos criticaram algumas pretensões exageradas desse movimento (cujos princípios não chegaram a ser sistematicamente aplicados ao Brasil), insistindo sobre o fato de que, tal como ocorre entre historiadores, cada geração ou escola arqueológica tem sua própria interpretação do passado, em função da qual os “fatos” arqueológicos são escolhidos e interpretados. Dessa forma, os arqueólogos tornaram-se conscientes de que a pesquisa científica não é neutra, mas ideologicamente orientada. Hoje é preciso equilibrar essa consciência das limitações de nossa interpretação com o esforço para se alcançar um mínimo de autocrítica, além de procedimentos de trabalho que garantam o máximo de objetividade. Caso contrário, corremos o risco de cair num ceticismo estéril ou numa “licenciosidade” interpretativa que justificaria qualquer posição política e tiraria a credibilidade da pesquisa científica.

Um exemplo dos problemas que isso levanta é a exigência de indígenas de Minas Gerais de participarem da “reconstrução” do seu passado. Em reuniões de trabalho na Universidade Federal de Minas Gerais, em 2002, professores indígenas cobraram a possibilidade de fazer sua própria arqueologia, guiada por seus próprios princípios – obviamente muito diferentes dos que regem os acadêmicos formados pela sociedade dominante.

De fato, será que pode haver uma arqueologia “branca” e uma arqueologia “indígena”, da mesma forma como houve uma arqueologia “histórico-cultural” e uma arqueologia “processual”? Trata-se apenas de um problema ideológico, do qual a ciência teria de se manter afastada, ou seria a ciência “ocidental” também uma ideologia como qualquer outra? Os partidos comunistas já falavam em “ciência burguesa” oposta a uma “ciência proletária”, o que se provou catastrófico para a biologia soviética. Será que um arqueólogo indígena formado pela universidade ocidental não absorveria as formas de pensar e os métodos de seus mestres? Será que esses procedimentos não seriam inerentes à própria ciência? Por outro lado, será o material arqueológico pré-histórico patrimônio do Estado brasileiro (que representa a visão “ocidental”), ou dos indígenas (e, neste caso, de quais)?

Não pretendemos aprofundar aqui essa discussão, mas ela estará certamente no cerne dos debates dos próximos anos, como já acontece em outros países de colonização moderna – como a Austrália, os Estados Unidos e o Canadá.

As fontes da história pré-cabralina

Vimos que todas as fontes da história do território hoje conhecido como Brasil, antes da chegada dos europeus, são arqueológicas – ou seja, compostas de *vestígios* materiais deixados pelos homens e parcialmente preservados dos processos naturais de degradação. Os ossos humanos informam sobre idade, sexo, características físicas tanto individuais quanto diagnósticas de tipo de *população* (evita-se o termo *raça*), posturas frequentes e tipos de esforços mecânicos, doenças e alimentação. Os restos de animais pequenos fornecem dados sobre o ambiente local (umidade, temperatura); os de animais caçados, sobre as escolhas e os hábitos de preparo alimentar. Os vegetais (raramente preservados) evidenciam as técnicas de coleta e/ou de cultivo, e as modificações genéticas sob domesticação.

Os instrumentos de pedra (mais facilmente preservados, mas nem por isso os mais comuns na época pré-histórica), de osso, de cerâmica ou artefatos vegetais informam sobre as tecnologias conhecidas pelo grupo que os fabricou, mas também as marcas específicas que diferenciavam a produção de um grupo com referência aos vizinhos (por vezes até se pode reconhecer o “jeito” de um indivíduo). Os vestígios de uso nos artefatos (estudados no microscópio ou a partir de análises químicas) podem indicar os produtos fabricados ou preparados. Os grafismos (pinturas, gravuras) deixados em paredões (a chamada arte rupestre) ou em pequenos objetos, assim como as esculturas e modelagens, permitem abordar a esfera do pensamento simbólico por meio de

temas, formas e ritmos privilegiados pelas populações.

Por outro lado, além de vestígios “culturais”, importam os vestígios “naturais” que informam sobre o paleoambiente: clima, vegetação, fauna e topografia, que mudam ao longo do tempo, influenciando as coletividades humanas. Além disso, não é somente a presença de vestígios que deve ser verificada, mas também a ausência de outros elementos: por exemplo, a exclusão de determinado animal da dieta é tão significativa quanto a presença de outro; a ausência sistemática de ossos de criança num cemitério pode ser tão importante quanto a presença de esqueletos adultos.

Mas a arqueologia não se faz apenas da coleta de objetos isolados. Somente a relação dos vestígios contemporâneos entre si permite reconhecer as *estruturas* arqueológicas e arriscar uma interpretação da vida quotidiana. Os vestígios encontram-se em conjuntos que denominamos *sítios arqueológicos*. Estes podem conter vestígios de apenas uma ocupação ou de várias delas. No segundo caso, é necessário tentar separar os restos de cada ocupação (seja esta um breve momento ou um período de vários anos), o que se faz com escavações estratigráficas, procurando-se distinguir os estratos sedimentares uns dos outros. Trata-se de um método de aplicação delicada que permite separar os objetos mais recentes dos mais antigos, sem tornar possível calcular a idade exata dos estratos considerados. Para se obter uma cronologia mais precisa, devem-se obter datações por métodos físico-químicos. Destacam-se o do radiocarbono (que possibilita, em certas condições, calcular a idade da morte dos seres vivos a partir da radioatividade residual do carbono preservado em carvões vegetais, em ossos ou em conchas) e o da termoluminescência residual em torrões de barro queimado e cacos de cerâmica.



Figura 1. Escavação de um nível datado em aproximadamente 11.000 anos na Lapa Vermelha IV.

Os sítios arqueológicos não são entidades isoladas, mas elementos dentro da ocupação de um território por uma população. Alguns deles refletem ocupações sazonais, enquanto outros correspondem a habitações de longa duração. Alguns mostram apenas atividades precisas e limitadas (cemitérios, locais de extração de matéria-prima, ateliês de fabricação de instrumentos, locais de preservação de alimentos etc.), enquanto outros guardam vestígios de atividades diversificadas. Uns evidenciam a exploração de zonas baixas (por exemplo, para agricultura ou pesca), enquanto outros correspondem a um uso casual (tal como caça, coleta de determinadas plantas ou realização de rituais). Cada sítio deve ser abordado de uma maneira específica, e nenhum deles apresenta uma visão completa da ocupação do território.

Dessa forma, a prática da arqueologia é extremamente complexa, e o arqueólogo depende da colaboração de vários especialistas (biólogos, geomorfólogos, físicos etc.). Por outro lado, ele dispõe apenas de fragmentos da realidade do passado – sobretudo o lixo, e ainda por cima selecionado pelos agentes de degradação natural. Enfim, o processo de identificação e coleta em campo, bem como a interpretação dos resultados de análise, deve ser submetido a inúmeras críticas: serão os sítios estudados representativos das atividades da população em pauta? Os vestígios apresentados são significativos o bastante para sustentar as interpretações? Será que alguns dos supostos instrumentos podem ter sido produzidos pela natureza? Os carvões encontrados são de origem antrópica ou não? Os vestígios vegetais e ósseos são restos de alimentação humana ou animal? Ou seriam restos de algum animal morto acidentalmente no lugar onde morava? Será que a escavação foi realizada segundo o procedimento correto? Teria havido perturbações estratigráficas não reconhecidas pelo arqueólogo? Ou contaminação das amostras datadas?

Essas dúvidas costumam ser levantadas em função dos argumentos apresentados pelos arqueólogos (sobretudo quando os resultados são inesperados) e da sua credibilidade em geral. Explicam por que vários especialistas têm opiniões divergentes a partir dos mesmos dados presentes numa publicação. A crítica esperada dos pesquisadores por seus pares é a melhor garantia da qualidade das pesquisas futuras. Nas discussões aparecem os limites do trabalho realizado e surgem novas propostas para responder aos questionamentos.

Tentaremos a seguir expor conhecimentos razoavelmente consensuais, e não detalhar as discussões inteligíveis apenas para os especialistas. Mas não deixaremos de mencionar as mais importantes controvérsias da atualidade.

1

Os primeiros habitantes

As discussões sobre a entrada do homem na América

É SABIDO QUE A HUMANIDADE não nasceu nas Américas, tendo penetrado neste continente em algum momento do Pleistoceno final (o Pleistoceno é o período geológico que se estende entre 2.000.000 e 10.000 anos AP*, ao qual sucede o período atual, o Holoceno). Mas quando entrou, onde e como? O fenômeno de povoamento do Brasil deve ser considerado no panorama geral da colonização das Américas.

No início do século xx, acreditava-se que antepassados diretos dos asiáticos atuais teriam penetrado recentemente (há poucos milênios) na América do Norte, justificando o aspecto mongoloide da maioria dos indígenas americanos. O francês Paul Rivet tinha, no entanto, observado que a conformação craniana dos homens de Lagoa Santa (mg), já considerados possivelmente os mais antigos restos ósseos conhecidos no continente, se pareciam mais com a dos australianos que com a dos asiáticos. Imaginou, portanto, que teria havido também uma migração para a América do Sul a partir da Austrália, pelo Pacífico meridional. As pesquisas posteriores mostraram que a presença do homem nas ilhas do Pacífico era muito recente, e a ideia foi abandonada.

Em meados do século xx, verificou-se a presença de populações humanas (as primeiras observadas foram chamadas Clóvis, em referência ao nome do sítio onde foram reconhecidas pela primeira vez, e as seguintes, Folsom) na América do Norte desde cerca de 11.500 anos atrás, durante um período mais frio que o de hoje (as temperaturas podiam ser entre 6° e 10° abaixo das atuais). No início, somente se conheciam desses grupos alguns sítios de matança de grandes animais, como mamutes e bisontes de uma espécie hoje

extinta. Com as ossadas desses animais apareciam alguns artefatos de pedra, tais como lascas cortantes e pontas de dardo muito sofisticadas. Apresentavam-se, portanto, esses povos como grandes caçadores, especializados na matança de animais de grande porte em zonas abertas – uma prefiguração dos índios históricos que, após terem aprendido a montar os cavalos introduzidos pelos europeus, passaram a caçar os bisontes das grandes planícies.

Somente nos últimos anos foi possível verificar que as populações Clóvis estavam adaptadas a ambientes muito variados, inclusive às florestas do sudeste americano, onde viviam da coleta de vegetais, complementada pela caça a animais de médio e pequeno porte. De fato, já havia grupos bastante diferenciados, que tinham em comum sobretudo técnicas originais de lascamento da pedra para extrair dos blocos de sílex ou obsidiana longas lâminas curvas e para fabricar pontas retocadas bifacialmente com uma delicada preparação para facilitar o encabamento (a canelura, característica das pontas de Clóvis e de Folsom).

Enquanto os caçadores Clóvis parecem ter perseguido os animais maiores com lanças manuais e varas que os obrigavam a chegar muito perto das presas, os Folsom dispunham de um propulsor – vareta com gancho que permite lançar facilmente dardos com forte poder de penetração a cerca de 30m. De qualquer forma, nenhum desses grupos conhecia o arco. Os artesãos Clóvis escolhiam com cuidado as rochas de melhor qualidade para produzir seus sofisticados instrumentos, importando-as ou trazendo-as por vezes de centenas de quilômetros de distância.

Até os anos 1990, a maioria dos arqueólogos – sobretudo os norte-americanos – achava que esses chamados paleoíndios haviam sido os primeiros habitantes do continente e que teriam penetrado na América pela Beríngia (uma faixa entre a Sibéria oriental e o Alasca emersa durante boa parte do Pleistoceno). Com efeito, ao longo dos períodos glaciais, as precipitações ficavam retidas, na forma de gelo, nas regiões polares, provocando um déficit hídrico e um rebaixamento do nível do mar (cerca de 120m em relação ao atual, há cerca de 18.000 anos!). Dessa forma, os locais por onde teria acontecido a passagem intercontinental estariam hoje sob o mar, fora do alcance dos arqueólogos.

No entanto, as pesquisas realizadas nos últimos decênios revelaram uma presença humana inquestionável entre 11.500 e 13.000 anos atrás na América do Sul – particularmente no Chile meridional (em Monte Verde),

no Brasil central (Lapa do Boquete, em Minas Gerais, e Santa Elina, no Mato Grosso), no Nordeste e na Amazônia (Monte Alegre). Como é consenso quase geral que os primeiros povoadores da América chegaram pela Beríngia, isso significa que estavam presentes na América do Norte já havia milênios, portanto, anteriormente à Cultura Clóvis. Nos últimos anos, sítios como Cactus Hill (EUA), com datações entre 12.000 e 25.000 anos, apresentam indícios bastante convincentes de ocupação nesse período, e alguns outros ganham credibilidade também na América do Sul.

Alguns arqueólogos acreditam ter encontrado evidências ainda mais antigas da presença humana, mas estas parecem duvidosas. No Brasil, o sítio mais discutido no final do século xx foi o abrigo sob rocha de Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), amplamente escavado ao longo dos anos 1970 e 1980. Até a base são encontrados carvões, conjuntos de pedras por vezes queimadas, blocos de quartzito e de quartzo toscamente lascados; plaquetas de quartzito com manchas vermelhas caídas da parede foram interpretadas como vestígios de pintura.

No entanto, todos esses elementos estão sob discussão. Um estudo recente dos carvões de “fogueiras”, entre os mais antigos, mostrou que eles estão rolados – podem ser oriundos de fogos naturais, sendo depois trazidos pelas enxurradas. Os supostos instrumentos lascados são todos feitos a partir de seixos que até hoje caem no abrigo quando há chuvas fortes, de uma altura de 80m; alguns deles apresentam lascamentos espontâneos parecidos com os que se encontram nos níveis pleistocênicos. Finalmente, as manchas pigmentadas não têm composição diferente da dos escorrimentos naturalmente presentes no paredão, embora uma estudiosa observe que apresentam granulometria mais constante.

Recentemente, datações de mais de 20.000 e 40.000 anos foram obtidas para uma concreção que cobre uma pintura rupestre na mesma região, implicando antiguidade ainda maior dessa figura. Mas a datação direta do pigmento – por um método geralmente considerado mais confiável – indicou a idade de menos de 4.000 anos. Dessa forma, fica difícil acreditar na origem antrópica dos indícios mais antigos do Parque da Serra da Capivara. Em compensação, os vestígios humanos tornam-se evidentes e incontestáveis por volta de 11.000 anos atrás. Nos estados do Mato Grosso e de Minas Gerais, os abrigos de Santa Elina e da Lapa Vermelha foram também achados indícios datados entre 15.000 e 30.000 anos, mas os arqueólogos que os encontraram se mostram prudentes em suas

interpretações.



Figura 2. Raspadeira de pedra, o mais antigo instrumento lascado de Minas Gerais.

O que sabemos sobre os primeiros sul-americanos?

A densidade das populações pioneiras deve ter sido baixa – embora suficiente para evitar um isolamento genético fatal. Assim, são poucas as chances de se preservarem e encontrarem sítios característicos, sobretudo levando-se em conta a raridade das pesquisas arqueológicas em contexto pleistocênico. Os sítios são raros, e as informações muito fragmentárias. Sabemos hoje com certeza que os pioneiros encontraram um continente bastante diferente do atual.

Entre 20.000 e 12.000 anos atrás, a linha de costa estava longe da atual, e os sítios que poderiam documentar sua ocupação estão hoje submersos. No interior, as temperaturas eram mais baixas cerca de 6° – o que significa invernos rigorosos no sul do país e geadas nas terras altas do sul de Minas Gerais, onde vicejavam florestas parecidas com as do planalto paranaense, dominadas pelo pinheiro *Araucaria*. Boa parte do Brasil central e nordestino era mais seca que hoje, e os cerrados ocupavam muito espaço, oferecendo pastos para manadas de grandes herbívoros hoje extintos: preguiças terrestres gigantes, com até 4m de comprimento, em Minas Gerais, e 6m, na Bahia; mastodontes (espécie de elefantes), toxodontes (parecidos com hipopótamos) nos brejos, e camelídeos (parecidos com grandes lhamas) percorriam os espaços abertos sob o olhar atento dos últimos tigres-dentes-de-sabre e de pequenos ursos.

Teriam os primeiros brasileiros caçado esses grandes animais? É provável, embora não se tenham achado provas definitivas, já que sobreviveram até

9.500 anos atrás, na região de Lagoa Santa. O osso do braço de uma preguiça encontrada na Bahia ostenta marcas de desarticulação e de corte dos músculos que somente podem ser creditados a instrumentos de pedra. Um osso de bacia de mastodonte de Lagoa Santa apresenta sinais de retirada de lâminas de osso que acreditamos também serem de origem humana – embora este caso seja menos claro. No sítio chileno de Monte Verde, restos de ossos e pele de mastodonte, preservados em pântanos, parecem ter sido utilizados na edificação de moradias.

No Brasil, não se conhecem instrumentos de pedra inquestionáveis dessa época. Vimos que os de Pedra Furada poderiam ser acidentais, e a idade de um instrumento inquestionável de Lapa Vermelha, encontrado em camada depositada há mais de 15.000 anos, por ser isolado, está sob suspeita: o objeto poderia ter migrado de um estrato mais recente sem que os escavadores percebessem sinais de perturbação. Não foram encontrados restos ósseos humanos com mais de 11.500 anos, e podemos apenas supor que o aspecto físico dos paleoindígenas seria semelhante ao das populações de Lagoa Santa conhecidas a partir dessa data.

As “populações de Lagoa Santa”

Os vestígios dessa época, entre 12.000 e 8.000 anos atrás, são agora inquestionáveis e ocorrem em várias partes do território brasileiro, o que significa que este já estava densamente ocupado. Quase todos os sítios são abrigos sob rocha – não porque os homens neles morassem normalmente, mas porque preservaram melhor os vestígios e são mais facilmente localizados pelos arqueólogos. Desconhecemos, portanto, as moradias principais, provavelmente edificadas a céu aberto. Descreveremos rapidamente alguns dos sítios de referência.

Lagoa Santa e serra do Cipó

Um pouco ao norte de Belo Horizonte, a região de calcário de Lagoa Santa e a encosta da serra do Cipó forneceram a maior coleção de esqueletos disponíveis para o estudo biológico das primeiras populações americanas. Muito parecidos entre si, formam a chamada “raça de Lagoa Santa”; o mais antigo esqueleto, popularizado sob o nome de Luzia, foi encontrado no abrigo nº IV da Lapa Vermelha.



Figura 3. Crânio de Luzia em fase de evidenciação.

Grande número de abrigos e salões de entrada de grutas – ainda na zona iluminada pela luz natural – foi utilizado como cemitério entre 11.000 e 8.000 anos atrás. Dezenas de corpos (cerca de 80 na Lapa Mortuária de Confins) em posição fletida foram depositados em pequenas covas, eventualmente embrulhados numa rede (Santana do Riacho); a terra que preenchia a cova era misturada com pigmentos vermelhos. Colares de sementes vegetais acompanhavam certos corpos, e blocos de pedra cobriam a fossa, protegendo-a dos animais.

Nos abrigos de Santana do Riacho e de Cerca Grande ^{VI}, parte do espaço disponível era utilizado para trabalhar. Encontram-se ali milhares de lascas de quartzo, muitas delas obtidas ao se esmagarem os cristais sobre uma bigorna. As menores eram utilizadas como canivetes, enquanto as maiores eram retocadas numa face para obter raspadores, ou em ambas as faces para se tornarem pontas de projétil. Instrumentos lascados mais robustos (“raspadeiras”), porém menos cortantes e destinados ao trabalho da madeira, eram feitos a partir de plaquetas de quartzito marginalmente retocadas numa das faces. Ao mesmo tempo, transportavam-se rochas resistentes (como a hematite, o anfibolito e o gabro) a partir de dezenas de quilômetros para fabricar, por picoteamento e polimento, lâminas de machado e mãos de pilão.

Esse uso da técnica do polimento (que permite obter gumes resistentes, embora menos cortantes que os criados pelo lascamento) encontra-se na

mesma época no Piauí, mas não aparece nos demais sítios brasileiros. Só iria se generalizar milhares de anos depois.

Com patas de veados faziam-se espátulas, e com a ponta dos chifres, sovelas. Foram encontrados também anzóis e contas de osso para colares. Os restos alimentares incluem alguns cervídeos, mas sobretudo animais de porte médio ou pequeno, como tatus. Não sabemos se esses vestígios representam a alimentação do dia a dia, mas a patologia dentária sugere uma dieta baseada muito mais em vegetais que em proteínas animais.

O vale do rio Peruaçu e a Lapa do Boquete

No extremo norte de Minas Gerais, os abrigos do vale do rio Peruaçu preservaram magníficos pisos de ocupação. Ali não foram encontrados esqueletos humanos desse período – talvez os corpos fossem sepultados fora dos abrigos. Os instrumentos de pedra eram feitos de sílex, as lascas eram extraídas do bloco de matéria (chamado *núcleo*) segurando-o na mão e batendo nele tangencialmente, sem uso de bigorna. As lascas são bem maiores que as da região central de Minas Gerais, e os instrumentos mais típicos, chamados lesmas, são muito robustos e retocados numa das faces. No abrigo da Lapa do Boquete encontram-se, a oeste, espaços reservados às fogueiras alimentares, cheias de conchas de moluscos aquáticos e de coquinhos queimados. Outros espaços eram reservados ao trabalho do osso (fabricação de espátulas), à preparação de pontas de flecha trabalhadas bifacialmente ou ao trabalho na madeira. Instrumentos descartados concentravam-se num buraco rodeado por pequenos blocos. Placas de calcário, usadas para quebrar sementes duras, apresentam depressões características.

A ocupação estendia-se do lado de fora do abrigo, onde se encontram os maiores instrumentos lascados. Num canto do abrigo, os homens pré-históricos tinham reunido uma grande quantidade de concreções bonitas (chamadas “pérolas de caverna”), e, num lugar de passagem, alguém deixou cair tinta vermelha de um recipiente cheio demais. A leste, encontram-se poucos vestígios minerais ou orgânicos. Talvez aquele fosse um espaço de repouso.

Do Norte ao Sul do Brasil...

Os instrumentos pesados e espessos – muitos deles em forma de lesma – são particularmente característicos desse período antigo em todo o Brasil central, no Nordeste e até na Amazônia (na Lapa Pintada de Monte Alegre); em várias regiões, estão associadas a pontas de projétil de sílex ou de cristal de quartzo, delicadamente lascadas bifacialmente. Estes artefatos caracterizam uma indústria lítica inicialmente reconhecida no estado de Goiás e chamada Itaparica. Evidenciam uma certa mestria no lascamento, com utilização de percutores (martelos) de madeira e a capacidade de retirar lascas “laminares” (compridas e estreitas) no processo de preparar os instrumentos de pedra retocados. Observa-se também um desejo de padronização dos instrumentos lascados que desapareceria no período posterior.

Outros sítios datados da transição entre os períodos Pleistoceno e Holoceno foram encontrados em outras regiões, no Sul (ao longo do rio Uruguai) e no Oeste do Brasil (Lapa do Sol, no Mato Grosso), mas suas indústrias parecem bastante diferentes. No Sul, são seixos toscamente lascados (*choppers*) ou lascas espessas simples, não muito características.

O aspecto físico

Vimos que os “Homens de Lagoa Santa” apresentam características cranianas que os aproximam de populações australianas e africanas atuais ou passadas, mais que dos grupos asiáticos atuais. Pesquisas recentes evidenciaram traços similares nos demais esqueletos – bastantes raros – datados do início do Holoceno e encontrados em outras partes da América. Levantou-se, portanto, a hipótese de que a primeira leva de imigrantes seria formada por descendentes dos primeiros grupos de *Homo sapiens* que saíram da África em direção ao Extremo Oriente. De lá teria havido duas rotas de migração: uma para o sul (os ancestrais dos aborígenes australianos) e outra para o norte, que teria alcançado a América pela Beríngia. Dessa forma, esses pioneiros poderiam apresentar ainda feições bastante próximas daquelas dos africanos primitivos. Nota-se que isso não implica obrigatoriamente uma cor de pele escura, pois a permanência em altas latitudes na Ásia e na América poderia ter sido suficiente para modificar essa característica adaptada às zonas tropicais ensolaradas. Além de uma conformação peculiar do crânio, as populações de Lagoa Santa, no Brasil central, apresentam outras feições que as distinguem dos grupos posteriores.

Com efeito, a partir de 8.000 a 7.000 anos atrás, os esqueletos encontrados no Brasil apresentam morfologia mongolizada, muito mais parecida com a dos modernos indígenas. Uma possível explicação é que os habitantes da Ásia central sofreram uma evolução adaptativa que os tornou semelhantes às populações atuais. Uma nova migração teria levado parte desses povos mongolizados para a América, onde teriam rapidamente sobrepujado os primeiros ocupantes, seja por seu número, seja por serem portadores de caracteres geneticamente dominantes em caso de mestiçagem. Outra possibilidade seria uma evolução paralela e convergente no sentido da mongolização, tanto na Ásia quanto na América. Mas parece improvável que isso tenha ocorrido em tão pouco tempo na América. De qualquer forma, trata-se de uma discussão para especialistas em bioantropologia.

De fato, em algumas regiões muito isoladas, populações parecidas com a de Lagoa Santa sobreviveram bem mais tempo – por exemplo, na Baixa Califórnia (extremo noroeste do México).

Haveria uma arte rupestre dessa época?

Muitos vestígios da Tradição Itaparica encontram-se em abrigos cujas paredes foram ornadas com pinturas rupestres. Vimos que se encontraram pigmentos preparados em camadas arqueológicas desse período em Minas Gerais, no Piauí e no Pará. No entanto, as tintas podem ter sido usadas para outros propósitos, e não parece haver prova definitiva de elaboração de grafismos em suporte de pedra até cerca de 9.000 anos atrás. Em Minas Gerais, por exemplo, os cemitérios exclusivos da população de Lagoa Santa não apresentam pinturas nem gravuras, e os poucos cujas paredes são decoradas foram ocupados também por grupos posteriores, que poderiam ser responsáveis pela execução dos grafismos. Os pesquisadores do Piauí acreditam, no entanto, que algumas das figuras da chamada Tradição Nordeste, com representações de animais e seres humanos, já teriam sido pintadas há mais de 10.000 anos.

A sociedade

Há pouca coisa que podemos afirmar a respeito da vida social dessas populações. A maioria dos arqueólogos brasileiros, inspirada nos

tradicionais modelos norte-americanos, considera que elas viveriam em “bandos”, ou seja, em grupos pequenos (com no máximo duas ou três dezenas de indivíduos), caracterizados por alta mobilidade, ausência de hierarquia, e nos quais a única diferença significativa de status seria em função de sexo e idade. De fato, a mobilidade pode não ter sido tão grande, particularmente nos territórios mais ricos – por exemplo, nos ambientes marítimos ou ao longo dos principais rios. Infelizmente, não conhecemos seus sítios nessas condições. A movimentação de matérias-primas parece ter sido bastante ampla, com pedras trazidas de dezenas de quilômetros, e, em Lagoa Santa, com a presença de conchas marítimas que teriam viajado centenas de quilômetros. Mas esses produtos podem ter sido adquiridos tanto por trocas sucessivas como por viagens realizadas por poucas pessoas, e provavelmente não refletem movimentos de populações.

Há diferenças culturais, expressas, por exemplo, pelo modo de sepultar os mortos (em abrigos, no centro de Minas Gerais; provavelmente fora deles, no norte desse estado, ou em Goiás), ou na forma de trabalhar a pedra: polimento em paralelo ao lascamento em certas regiões, apenas lascamento em outras; fabricação ou não de instrumentos de tipo lesma, utilização de percutores de madeira ou apenas de pedra para extrair lascas dos núcleos etc.

É claro que não devemos imaginar que essas diferenças pontuais refletem obrigatoriamente “etnias”. É possível fabricar os mesmos instrumentos e falar línguas diferentes ou ter conceitos religiosos opostos. Do mesmo modo, pode-se falar a mesma língua e diferenciar-se no modo de sepultar os mortos. Mas somente podemos tratar as diferenças e semelhanças a partir dos vestígios disponíveis. Estes evidenciam uma razoável diferenciação dos grupos – quer tenham evoluído separadamente, desenvolvendo aptidões e gostos diferentes, quer mantivessem contatos, mas afirmassem sua especificidade em relação aos “outros” por meio de idiosincrasias – algumas delas arqueologicamente visíveis.

Nos capítulos seguintes, iremos apresentar a pré-história das grandes regiões brasileiras (Sul, Oeste, Centro, Nordeste e Amazônia). Somente a Cultura Tupiguarani, que esteve presente em várias delas, será objeto de capítulo à parte.

*AP, “antes do presente”; por convenção, o presente é o ano de 1950, em referência à descoberta da

datação por carbono-14, em 1952.

A pré-história do Brasil meridional

O BRASIL MERIDIONAL (desde o sul de São Paulo até o Rio Grande do Sul) comporta três ambientes principais que apresentam características arqueológicas contrastantes: a planície litorânea, os planaltos e os vales dos rios Uruguai e Paraná.

Os primeiros ocupantes do litoral meridional

Apenas acerca de 7.000 anos atrás, o oceano – que, a partir de 15.000 anos atrás, invadia progressivamente as terras emersas – se aproximou do seu nível atual e começou a delinear as praias que conhecemos hoje. Dessa forma, os sítios deixados pelos grupos que exploraram a faixa costeira antes dessa data estão submersos e ainda permanecem fora do alcance dos arqueólogos.

Os sítios mais visíveis na paisagem litorânea são os conhecidos sambaquis, que ocupam o litoral do Rio de Janeiro até Torres (RS), mas existem outras formas de ocupação, como os *cerritos* da Tradição Vieira, no Rio Grande do Sul e no Uruguai, e os sítios mais discretos da Tradição Itaipu, no litoral do Rio de Janeiro.

Os sítios mais antigos que conhecemos são construções edificadas com valvas de moluscos, chamadas sambaquis; aparecem entre 7.000 e 5.000 anos atrás, pelo menos, e permanecem até 2.000 anos AP. Seus autores eram caçadores e pescadores que também coletavam mariscos. Instalavam-se geralmente em baías como as de Guanabara, Iguaçu, Paranaguá, Joinville, Laguna, no limite entre vários ambientes complementares (mar aberto, enseadas profundas, mangue) que forneciam, cada um, alimentos específicos e recursos em água, madeiras e rochas diferentes.

A não ser excepcionalmente, evitavam as zonas lineares de restinga, mais

pobres em recursos. Aproveitando a grande capacidade do ambiente aquático de fornecer proteínas em grandes quantidades o ano todo, logo devem ter edificado estabelecimentos estáveis e formado populações bastante densas nos locais adequados, contando algumas centenas ou até poucos milhares de pessoas. Uma das suas atividades (provavelmente confiada às mulheres e crianças) consistia em coletar moluscos e crustáceos, enquanto os homens pescavam e caçavam animais aquáticos (caçavam pouco os mamíferos terrestres). Os grandes mamíferos marinhos encalhados forneciam enorme quantidade de carne, gordura e ossos utilizados como matéria-prima para estruturas funerárias e fabricação de instrumentos.

Os sambaquis do Sul

Desde o Rio de Janeiro até o litoral norte do Rio Grande do Sul, essas populações guardavam as valvas dos mariscos mais abundantes (ostra, mexilhão, berbigão), acumulando-as em plataformas sobre as quais instalavam suas residências e sepultavam seus mortos. Enquanto muitas apresentam tamanho modesto (algumas dezenas de metros de diâmetro e poucos metros de altura), outras alcançam centenas de metros de comprimento e até mais de 30m de altura.

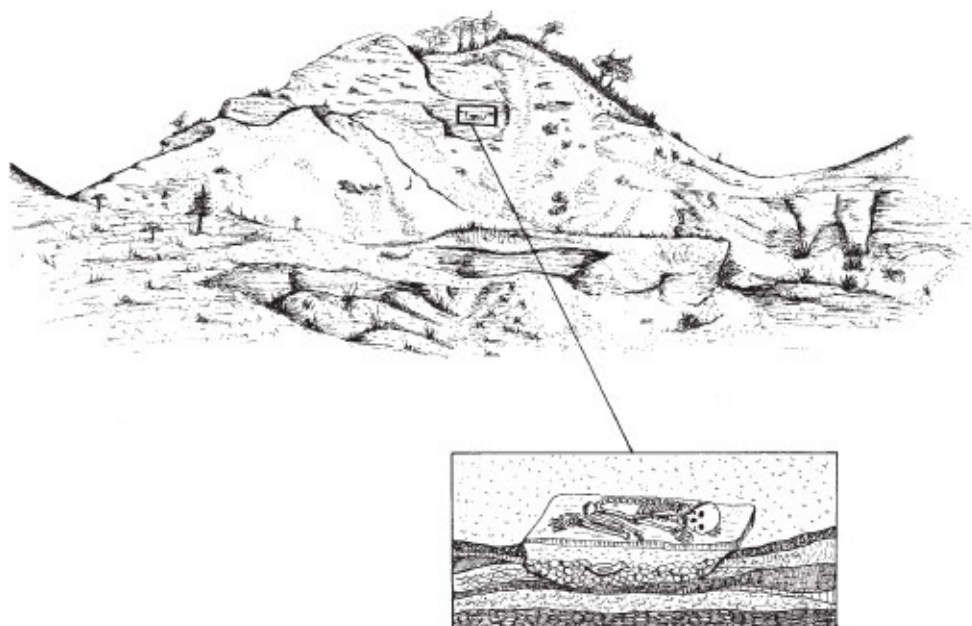


Figura 4. Sambaqui.

O estudo da repartição dos sítios no norte de Santa Catarina ao longo de

cada grande manguezal (cada um dos quais poderia ter sido a base territorial de um determinado grupo) sugere que teria havido um grande sambaqui acompanhado por vários satélites menores. Muitas vezes o sambaqui mais alto apresenta maior densidade de sepultamentos e objetos rituais, o que nos levou a considerar a possibilidade de que teria funções pelo menos parcialmente diferenciadas. Um projeto em andamento no sul de Santa Catarina mostra que alguns deles eram construídos apenas na ocasião dos rituais funerários. Mais de 43.000 pessoas teriam sido enterradas no sítio de Jabuticabeira II, segundo a arqueóloga responsável pela escavação.

Possivelmente a altura do sambaqui-mor era motivo de orgulho para seus moradores e afirmava na paisagem natural o direito de posse territorial desde os tempos ancestrais. Com certeza esses locais não eram edificadas de uma só vez. As datações evidenciam uma acumulação que durava desde alguns decênios até mais de um milênio – sem que possamos saber se haviam sido ocupados em caráter permanente, sazonal ou abandonados durante períodos mais ou menos longos. Provavelmente todos esses casos ocorreram, e grupos bastante diferentes devem ter ocupado o litoral durante milhares de anos e nos mais de 1.000km ao longo das quais os sambaquis foram construídos.

Com efeito, além de um equipamento básico generalizado, há diferenças regionais marcantes. Em todos os sítios encontram-se bigornas de pedra e percutores de gnaiss ou granito para quebrar sementes duras de coquinho ou moer ossos e vegetais. Sobre as bigornas extraíam-se lascas muito cortantes de pequenos blocos de quartzo retirados de filões incluídos no gnaiss que forma o embasamento das ilhas da região. Com os seixos de diabásio (uma rocha intrusiva nos granitos e gnaisses) encontrados nas praias rochosas fabricavam-se, em poucas horas, lâminas de machado. Esboçavam-nas por lascamento (método rápido e pouco custoso, mas que não permite fornecer um gume muito resistente ao choque), polindo o gume a seguir em suportes rochosos de granito, cujo desgaste formava bacias polidas que ainda podem ser vistas em algumas praias. Essas populações precisavam desses machados para abater as árvores necessárias à construção das casas e das canoas.

Com ossos de peixe recortados faziam-se as pontas usadas como farpas e anzóis. Ossos de mamíferos marinhos eram transformados em recipientes, ou usados como tábuas, aproveitadas como material de construção em alguns sepultamentos mais sofisticados. Dentes de porco-do-mato e de

grandes roedores serviam de buril. Algumas conchas tinham a borda serrilhada por lascamento e eram usadas como facas ou serras. Não se fabricava cerâmica, mas os sambaquianos do litoral catarinense cavavam pequenas fossas nas acumulações de concha, que revestiam de argila para torná-las impermeáveis. Dessa forma, podiam usá-las como recipientes para receber líquidos e até ferver a água, jogando nela pedras quentes. Obviamente os objetos vegetais raramente foram preservados.

Além desse equipamento generalizado e muito simples de pedra e de osso, em cada região fabricavam-se alguns artefatos específicos que permitiam diferenciar os membros das diversas comunidades. O exemplo mais óbvio é dos “zoólitos”, esculturas de pedra encontradas às centenas, mas apenas do sul de São Paulo (Iguape) até o norte do Uruguai, e somente nos maiores sambaquis de cada enseada. Representam vários tipos de animais marinhos (peixes, mamíferos aquáticos, inclusive o peixe-boi, hoje extinto no litoral meridional), assim como alguns pássaros e animais terrestres, e apresentam uma cavidade aberta na parte ventral ou lateral da representação. Certamente são objetos ligados a rituais importantes, que talvez servissem para apresentar ou preparar substâncias valorizadas. Diferenciam os sambaquis meridionais daqueles do litoral de São Paulo e do Rio de Janeiro, marcando talvez a extensão de crenças distintas entre os “nórdicos” e os “meridionais”. Talvez os primeiros entalhassem esculturas semelhantes em madeira, mas a escolha da pedra pelos segundos – matéria-prima difícil de se trabalhar – já bastaria para marcar uma vontade de diferenciação.

Zoólitos

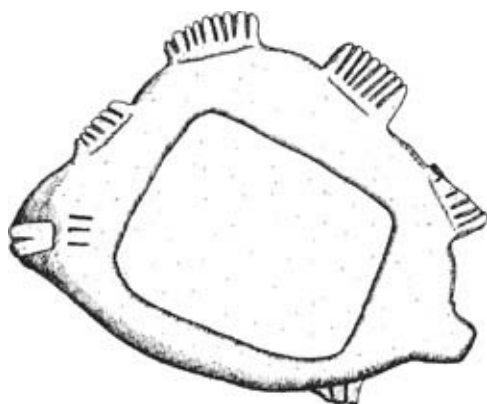


Figura 5. Peixe platiforme.



Figura 6. Extremidade de propulsor de dardo, feito em osso de baleia.

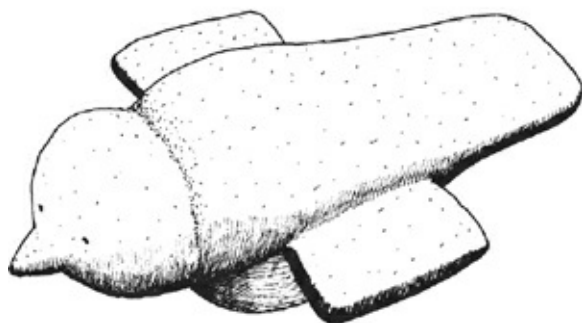


Figura 7. Peça cruciforme.



Figura 8. Anzol de osso.

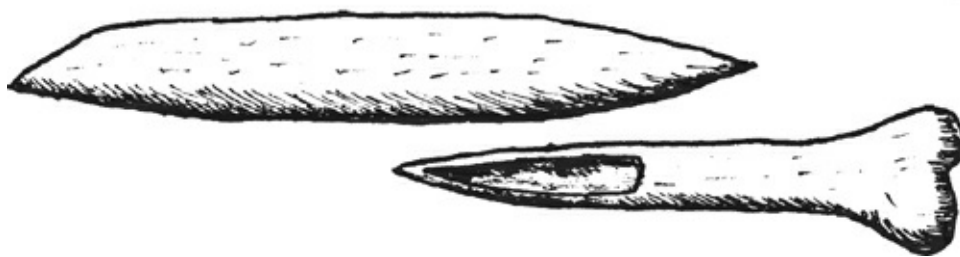


Figura 9. Pontas de osso.

Por outro lado, algumas categorias de escultura são repartidas ao longo de toda a costa meridional: são peças geométricas em forma de cruz ou de triângulo, pouco naturalistas, que apresentam apenas uma boca incisa e olhos indicados por picoteamento. Em compensação, outras categorias – geralmente bem mais naturalistas – são exclusivas de uma determinada região, como as aves e baleias (inclusive de osso), perto de Joinville, os lindos peixes de forma achatada da laguna de Imarui, as peças sobre pedestal de Imbituba e os toscos “nucleiformes A” de Torres. Dessa forma, se todos os “sulistas” compartilhavam determinadas crenças e rituais, cada grupo se afirmava por meio do seu tipo favorito.

Muitos outros objetos diferenciam cada agrupamento de sambaqui: os propulsores de osso decorado, em Joinville, os colares de vértebras de peixe – preferidos no Paraná – ou de dentes de tubarão – favoritos em Santa Catarina. O investimento na estética dos instrumentos polidos em Santa Catarina, que contrasta com o preparo apenas funcional das lâminas de machado, mais ao norte; os objetos de pedra em forma de engrenagem ou de halteres perto de Laguna etc.

Discute-se muito a existência de uma diferenciação social dos “sambaquianos”. Como em qualquer sociedade, devia haver tarefas específicas de cada sexo. Por exemplo, a ossificação do ouvido interno observada nos esqueletos de sexo masculino sugere que aos homens eram reservadas as tarefas que demandavam mergulho frequente. Mas também devia haver papéis especializados para algumas pessoas: os xamãs (peritos em contato com os mortos e os espíritos) existem em todas as tribos atuais e já deviam então desempenhar suas tarefas. Talvez sejam eles que se encontrem sepultados junto com esculturas de pedra. Era preciso também existir uma camada de figuras principais com grande prestígio para organizar as atividades coletivas – sobretudo se houve fases construtivas aceleradas dos sambaquis. No entanto, nada sugere uma grande diferença de status entre as pessoas: a maioria das pequenas covas de sepultamento é

simplesmente marcada com pigmento vermelho e algum bloco de pedra perto da cabeça do morto, cujo corpo costuma ser enterrado em posição fletida. Raramente observa-se uma cama de argila endurecida por queima e pintada, ou algum objeto que exigisse um investimento de mais de algumas horas para ser fabricado. Obviamente podia ser que se dispusessem nas sepulturas muitos adornos perecíveis e objetos de pena, cuja presença escapa aos arqueólogos.

Há poucos indícios de comunicação entre os sambaquianos e as culturas contemporâneas do platô. A serra do Mar parece ter atuado, até 2.000 anos atrás, como barreira tanto psicológica quanto física. No entanto, lá onde os rios entalham profundamente a encosta da serra, abrindo caminho para o platô, encontram-se sambaquis modestos, feitos com conchas de água doce e sobretudo de caramujos terrestres. No médio vale do rio Ribeira de Iguape, esses sítios – ainda pouco conhecidos – datam de até 10.000 anos, evidenciando a importância da coleta de moluscos desde aquela época e confirmando a possibilidade da existência de sambaquis marítimos muito antigos à espera do desenvolvimento da arqueologia subaquática.

Não há arte rupestre que possa ser atribuída com segurança aos sambaquianos. No entanto, várias ilhotas ao redor da ilha de Santa Catarina apresentam um ou diversos painéis de gravuras orientadas para o alto-mar, decorados com figuras geométricas. Como são de acesso difícil e até perigoso – e como existe um sambaqui em uma delas, e os grupos indígenas mais recentes (como os Carijó) não pareçam ter tido o hábito de enfrentar o alto-mar –, podemos supor que seus autores tenham sido os construtores dos “concheiros”.

Os sítios de pesca e coleta não construídos

Na ilha de Santa Catarina não existem sambaquis verdadeiros. Talvez não houvesse lá produção de ostras e de berbigão suficiente para construir edificações. No entanto, há sítios de pesca e coleta que apresentam os mesmos instrumentos (inclusive zoólitos) dos sambaquis. Mas a camada de ocupação é pouco espessa, cerca de 1m apenas; contendo poucas conchas, apresenta uma cor preta, por ser enriquecida de matérias orgânicas. Os mortos eram enterrados no embasamento arenoso das dunas.

O que, 4.000 anos atrás, era uma peculiaridade da ilha passou a regra cerca de 2.000 anos mais tarde, quando em todo o litoral, deixam de

edificar plataformas de conchas. Ao mesmo tempo, alguns novos instrumentos de osso apareceram, tais como anzóis curvos e pontas de projéteis pedunculadas de osso. Em compensação, os zoólitos desapareceram. Em vários sítios, os sepultamentos estão dispostos em círculo, como se tivessem sido feitos ao longo das paredes de habitações circulares. Acredita-se que essa mudança de hábito corresponda – pelo menos no litoral do continente – à influência de populações vindas do planalto, que trouxeram consigo uma cerâmica de formas simples, sem decoração, no Paraná e no norte de Santa Catarina (cerâmica Itararé), ou decorada por pequenos relevos mais ao sul (cerâmica Taquara).

As populações sambaquianas

Os “homens dos sambaquis” tinham um aspecto físico bastante diferente da população de Lagoa Santa. Completamente mongolizados – como as populações indígenas modernas –, possuíam os crânios mais largos que os lagoassantenses. Seus ossos, muito mais robustos, evidenciam também maior dimorfismo sexual (ou seja, havia notáveis diferenças entre homens e mulheres).

As atividades e a alimentação deixaram suas marcas: ossificação do ouvido interno dos homens, numerosos casos de fraturas decorrentes de intensa atividade física. Uma frequente patologia dos ossos da testa sugere carência de ferro, talvez decorrente de parasitas intestinais. Nota-se grande desgaste dos dentes em ambos os sexos – resultado sobretudo da presença de areia misturada com a alimentação, mas também, entre os Itaipu, do consumo de vegetais com fibras duras. Em compensação, quase não se encontram cáries. Análises recentes de pequenos fragmentos carbonizados (que se preservam melhor) no meio das conchas e de resíduos encontrados na superfície dos dentes dos esqueletos permitiram identificar restos de alimentação vegetal bastante variada.

Há discretas variações esqueléticas entre as diversas regiões, mas também foi assinalada a irrupção tardia de uma população com morfologia distinta na região de Joinville, ao mesmo tempo que aparecia a cerâmica e quando os sambaquis construídos foram substituídos por sítios rasos. Provavelmente tratava-se de grupos chegados do interior, responsáveis, pelo menos em parte, pelas mudanças verificadas na cultura material ao longo da costa.

Os cerritos e a Tradição Vieira

Ao sul de Torres e a nordeste do Uruguai nunca houve sambaquis. Nas grandes lagoas rasas que se formaram durante o período holocênico e ao longo dos canais que as interligam, havia populações de pescadores que aproveitavam a excepcional riqueza sazonal das águas lagunares. Em vez de se instalarem nos terraços que dominam as lagoas, preferiram levantar pequenas plataformas de terra nas praias ciclicamente inundáveis para proteger suas habitações das águas. Esses montículos de areia, chamados localmente cerritos, são bem mais modestos que os sambaquis. A maioria apresenta uma altura entre 0,5m e pouco mais de 2m, embora uns poucos sejam mais altos (um sítio de tamanho excepcional alcança 7m de altura e cerca de 100m de diâmetro).

Há duas hipóteses a respeito dos seus habitantes. Uma delas considera que os cerritos serviam de base estável para as habitações de populações de pescadores instaladas nas regiões inundáveis, enquanto outros grupos – caçadores que aproveitavam os vegetais de terra firme, como as sementes da palmeira *Butia* – ocupariam os terraços mais elevados. Segundo outra, os moradores dos cerritos exploravam a região das lagoas quando os peixes marinhos as ocupavam para engordar, durante a primavera e o início do verão. Com efeito, em algumas escavações, somente foram encontrados ossos desses peixes migratórios. No inverno, os construtores de cerritos iriam para um território complementar, provavelmente mais rico em caça e vegetais comestíveis. Talvez fosse a região do alto rio Negro, onde aparece a mesma cerâmica da Tradição Vieira dos cerritos litorâneos. Os ceramistas dos cerritos colonizaram também as terras baixas das Misiones argentinas, entre os rios Paraná e Uruguai.

Trabalhos recentes – sobretudo realizados do lado uruguaio – mostram que os cerritos já estavam sendo edificadas há 5.000 anos; mas, a partir de 3.000 a 2.000 anos atrás, a população deve ter aumentado, pois os sítios ocupam novas redes de drenagem. Além dos conjuntos que contam poucos aterros de dimensões pequenas, como no período anterior, aparecem agrupamentos com estruturas mais numerosas – e algumas mais altas, sugerindo um importante trabalho coletivo na construção. Verificou-se que, além de servir de base para as habitações, os cerritos maiores eram também usados como cemitérios. Assim como ocorria nos sambaquis, os sítios maiores provavelmente constituíam centros cerimoniais e marcos territoriais, afirmando a posse da zona circunvizinha e dos seus recursos

alimentares.

Os sepultamentos são bastante variados e em geral primários, com o corpo inteiro enterrado em posição fletida, muitas vezes acompanhado por pigmento vermelho e também pelo esqueleto de um cachorro americano. Teriam sido estes animais domesticados localmente? Elementos de colar em dentes de tubarão e lobo-marinho, assim como furadores de osso e até zoólitos – certamente importados dos sambaquis – acompanham certos corpos. Vários ossos humanos, sobretudo do crânio, apresentam indícios de ferimentos, e existem crânios enterrados isoladamente, o que se pode interpretar como indício de atividades belicosas e talvez do hábito de se guardarem cabeças-troféus. Nota-se que quase todos os corpos cujo sexo foi identificado são masculinos.

O material lítico associado aos cerritos inclui lascas de quartzo, bolas de boleadeira, pedras polidas com protuberâncias que se imagina serem rompe-cabeças, seixos utilizados como pesos de rede e trituradores, ou com uma pequena depressão circular polida (“pedras com covinha”), e lâminas de machado polidas com sulco periférico para facilitar um encabamento de cipó dobrado. Essas lâminas são muito raras em razão da ausência, na região, de matéria-prima adequada para fabricá-las.

Cerca de 3.000 anos atrás apareceu uma cerâmica não decorada, com vasos abertos de fundo plano, provavelmente destinados a preparar peixe, que definem a Tradição Vieira.

A alimentação incluía peixes e crustáceos, mas também mamíferos marinhos e os grandes cervídeos que frequentavam as áreas pantanosas. Depois de 3.000 anos AP, caçavam e pescavam um número maior de espécies, inclusive animais de porte médio e pequeno. A coleta de mariscos tornou-se mais intensa, talvez em razão de um crescimento demográfico que obrigava a explorar mais sistematicamente os recursos naturais e defender o território, aumentando os conflitos com a vizinhança.

Para este período, multiplicam-se os indícios de uma diversificada coleta de vegetais e também de uma agricultura incipiente: fitólitos (elementos silicosos da haste de vários vegetais) de milho, feijão e abóboras, assim como grãos de amido de milho e feijão, datados entre 3.600 e 3.000 anos atrás, foram reconhecidos em Isla Larga – um dos maiores cerritos uruguaios, próximo à fronteira brasileira, e que alcança quase 4m de altura. Mais tardiamente (cerca de 1.000 anos atrás) apareceram também nos instrumentos restos dos amidos de uma cana selvagem e de uma amaranta –

esta possivelmente domesticada.

Supõe-se que os construtores dos cerritos tenham sido os ancestrais de Charrua e Minuano, índios que os espanhóis e portugueses encontraram no século XVI e que permaneceram muito mais arredios ao contato com os europeus que os Guarani.

Os sambaquis do litoral central e a Tradição Itaipu

No litoral carioca existem sambaquis instalados em zonas rochosas. Não se verificaram diferenças entre os objetos encontrados nos grandes e nos menores sambaquis (alguns deles instalados em ilhas): moradias, ateliês e sepultamentos parecem ocorrer com a mesma frequência, e não foram observados objetos que permitam diferenciá-los.

Em compensação, não se construíram embasamentos de concha para os sítios encontrados em zonas dunares ou lagunares, onde se exploravam essencialmente os peixes. Seus moradores faziam a contenção das dunas com argilas trazidas de longe, nas quais fincavam os postes que sustentavam as casas. Encontra-se nesses locais grande riqueza de equipamento feito em ossos e sobretudo em conchas trabalhadas. São comuns os blocos de pedra com uma face levemente côncava utilizados como moedores, sugerindo intenso processamento de vegetais ricos em fibras. Estes deviam ser uma parte importante da dieta, como sugere o exame dentário dos esqueletos. Talvez fossem cultivadores de mandioca.

Tratar-se-ia de populações culturalmente distintas das dos sambaquis? Pensando assim, os arqueólogos cariocas chamaram de “Tradição Itaipu” os estabelecimentos desse tipo. No entanto, não se pode ainda excluir a possibilidade de serem acampamentos de sambaquianos especializados na exploração de recursos do interior. Talvez o estudo da proximidade genética entre esqueletos de ambos os tipos de sítio, por meio das modernas técnicas de bioantropologia, ajude a resolver a dúvida.

Os primeiros ocupantes das terras interioranas: as “Culturas” Umbu e Humaitá

Para entender as atuais discussões sobre a pré-história mais antiga do Brasil meridional precisamos levar em conta dois fatos importantes. O primeiro é que os arqueólogos costumam considerar os sítios (ou os níveis

arqueológicos) onde não aparece cerâmica anteriores à invenção ou à introdução de seu fabrico na região. Fala-se, então, de sítios (ou de níveis) “pré-cerâmicos”.

O segundo aspecto é que os abrigos naturais de grande dimensão são raros no sul do país, pois não existem grandes formações calcárias onde se desenvolvem as grutas e os abrigos característicos de muitas paisagens do Brasil central ou da Bahia. Dessa forma, a maioria dos sítios preservados é a céu aberto – e muito mais difíceis de serem localizados que os abrigados. São também mais facilmente submetidos à erosão e raras vezes apresentam boa estratigrafia. A consequência é que a maioria dos sítios conhecidos no interior apresenta apenas vestígios de superfície que são extremamente difíceis de se datar e que muitas vezes correspondem a uma mistura de várias ocupações, eventualmente separadas por longo lapso de tempo.

No final dos anos 1960, os arqueólogos gaúchos, catarinenses e paranaenses verificaram que havia dois tipos de sítios superficiais sem cerâmica. Os da primeira categoria apresentavam pontas de projétil de pedra bem elaboradas, lascadas bifacialmente, com pedúnculo, aletas e um corpo triangular. Junto a elas encontram-se numerosas lascas, por vezes retocadas em raspadores ou facas bifaciais (chamadas talhadores pelos pesquisadores gaúchos) e outros instrumentos especializados, em geral pequenos e pouco espessos, feitos de arenito ou de quartzo.

Esses sítios encontram-se sobretudo nos planaltos, em zonas de campo aberto, a mais de 400 ou 500m de altitude. Em alguns dos pequenos abrigos sob rocha que se formaram na encosta da serra do Mar (abrigo “cerrito Dalpiaz”), ou na encosta do planalto meridional (abrigos Batinga e Ivoti), verifica-se a presença, no refugio alimentar, de animais de médio e pequeno porte (incluindo caramujos terrestres) e ovos de ema. Havia pesca com anzóis de osso, e encontram-se agulhas perfuradas, assim como adornos feitos de dentes – por vezes, de animais marítimos. Nos sítios datados com idade relativamente recente aparecem bolas de boleadeira de pedra.

Esses sítios, atribuídos a caçadores que formariam bandos pouco numerosos e de alta mobilidade dentro de seu território, foram agrupados no interior de uma Tradição chamada Umbu.

Nas matas ciliares, ao longo dos grandes rios, encontrou-se outra categoria de sítios, sem pontas de flecha de pedra (isso não significa que não usariam dardos, mas que os fabricariam de matéria perecível, como a madeira) e com artefatos lascados de basalto e arenito silicificado muito

maiores e maciços que os da Tradição Umbu. Trata-se de objetos chamados *choppers e bifaces*, usados como picões, machados e cunhas para trabalhar a madeira e cavar o solo. Os sítios desse tipo estão agrupados na Tradição Humaitá.

Na verdade, verificou-se nos últimos anos que a oposição não é tão grande entre os dois: há sítios Umbu em zonas baixas e Humaitá, no alto de encostas. Por outro lado, não se levaram suficientemente em conta as funções dos sítios: pontas de projétil (sobretudo quebradas) podem ser numerosas no lugar onde estão sendo fabricadas e ausentes num acampamento de onde foram levadas, embora ambos os lugares tenham sido ocupados pelas mesmas pessoas. Vestígios de pedra maiores e pesadas serão mais numerosos num local de extração de matéria-prima ou de morada que num acampamento de caça. Há pesquisadores que acham mesmo que certos sítios considerados Humaitá seriam de fato locais de passagem, onde grupos ceramistas tupiguarani bem mais recentes teriam abandonado seus instrumentos de pedra, porém nenhum fragmento das suas vasilhas – inúteis para uma estada curta e incômodas de transportar.

A atual geração de pesquisadores tem a tarefa de revisitar as ocorrências levantadas pelos pioneiros da arqueologia. Mesmo assim, não há dúvida de que existiram várias fácies culturais pré-cerâmicas, cada qual caracterizada por uma tecnologia peculiar e fabricação de instrumentos específicos. Dentro da Tradição Humaitá, a mais original é a Cultura Altoaranaense, encontrada tanto no Brasil quanto na Argentina, ao longo do vale do rio Uruguai e até o planalto catarinense. Os altoaranaenses fabricavam bifaces extremamente robustos: alguns longos, retos e de seção quadrangular quase quadrada; outros curvos e ditos “em bumerangue”, em razão da sua forma.

Os ceramistas do Planalto

Cerca de 2.000 anos atrás, os sítios superficiais e sem cerâmica dos caçadores antigos dos platôs foram substituídos por conjuntos que evidenciam uma forte mudança na tecnologia e nos hábitos. Ao mesmo tempo que aparecem a cerâmica chamada itararé (no Paraná) ou taquara (no Rio Grande do Sul) e o consumo de vegetais cultivados, encontram-se novas estruturas de habitações, conhecidas como “casas subterrâneas”. Nas regiões mais altas de campo aberto, submetidas às geadas e ao vento frio do

inverno, as aldeias se instalam nos capões de pinheiros-do-paraná (*Araucaria*). São caracterizadas por covas profundas de 3m até 18m de diâmetro e com profundidade de 1m até 6m, cavadas com picões de pedra no piso de alteração do arenito. A terra escavada era disposta em anel ao redor do buraco para desviar as águas de enxurrada, e um poste central com cerca de 15cm de diâmetro levantava um teto de folhas, cujos caibros, calçados com pedras, se apoiavam ao redor da depressão. Nas casas mais profundas, uma banquetta corria ao longo da base da parede; uma rampa ou algumas lajes fincadas na parede à guisa de escada permitiam o acesso.

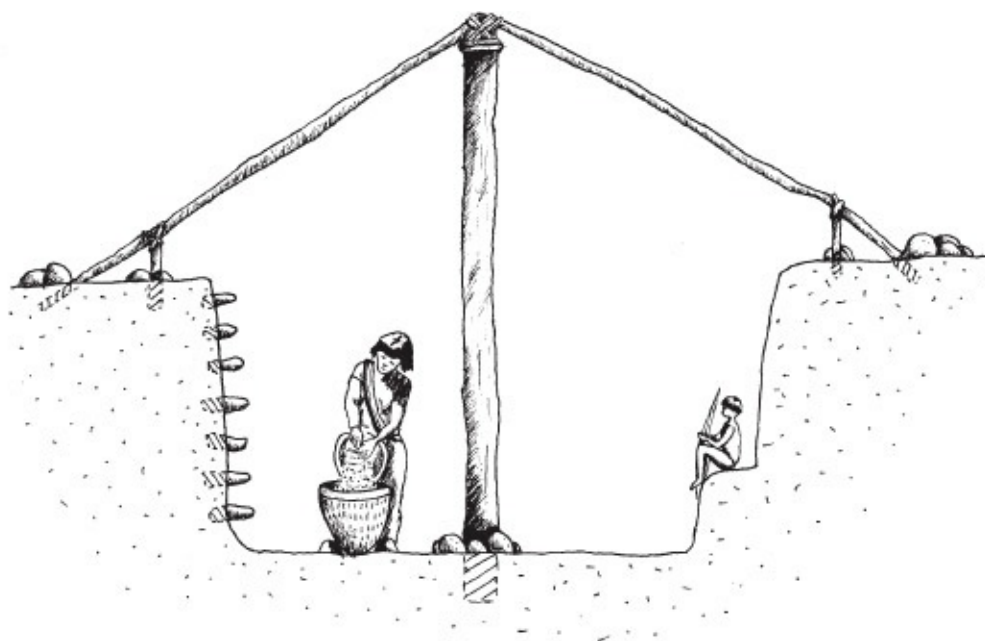


Figura 10. Casa subterrânea.

Uma fogueira era instalada perto do centro da estrutura, alimentada por nós de pinhão – ótimo combustível. Muitas vezes isoladas ou aos pares, essas habitações podem, no entanto, agrupar-se em conjuntos de até 36 unidades – mas não parecem ter sido habitadas todas ao mesmo tempo. Em certos casos, pequenos corredores foram cavados para unir duas casas vizinhas. Encontram-se, na camada superior de entulho, restos de uma ou duas dezenas de vasilhas e alguns instrumentos de pedra abandonados na última ocupação da casa. A maioria dos detritos acha-se espalhada no exterior, onde se jogavam provavelmente os fragmentos de vasilhas quebradas. Fora também deviam lascar para fabricar os instrumentos de pedra e cozinhar – provavelmente embaixo de um pequeno abrigo provisório, como sugere uma escavação recente. Não se pode excluir a

possibilidade de que algumas dessas “casas” tenham sido usadas para armazenar pinhões.

Espalhados entre as casas, pequenos aterros com cerca de 1m de altura parecem ter sido usados para sepultar os mortos mais importantes. No topo das elevações, em cujo flanco abrem-se as casas semi-subterrâneas, encontra-se por vezes um muro de terra pouco elevado, isolando um espaço circular ou quadrangular com algumas dezenas de metros de diâmetro – provavelmente um local público para reuniões políticas ou cerimoniais. Em algumas encostas abrem-se galerias, eventualmente ramificadas, que teriam sido refúgios em caso de conflito – sobretudo com os Tupiguarani que ocupavam os vales vizinhos.

Em regiões mais baixas, nos morros próximos da planície, a mesma cerâmica típica das casas subterrâneas e os artefatos líticos formam pequenas aglomerações e correspondem provavelmente a habitações superficiais utilizadas sazonalmente. Em muitas delas encontram-se alguns objetos tupiguarani, atestando os contatos entre as duas populações. Na encosta do planalto, os pequenos abrigos e grutas que se formaram nas imediações das cachoeiras foram utilizados para sepultar os mortos. Ao que parece, a entrada era vedada por uma esteira de taquara. Os corpos eram cobertos por um montículo de terra e abandonados com alguns pertences e alimentos. Os arqueólogos encontraram aí restos de cabaça e porongo, sabugos de milho e conchas de moluscos. Anéis vegetais calçavam os potes de fundo redondo, e havia também fragmentos de cordões, sacolas, furadores de osso e contas de colar.

As oleiras taquara/itararé fabricavam vasilhas de forma simples, pequenas (com 20 a 30cm de diâmetro); algumas pouco profundas e abertas, outras com até 40cm de profundidade e paredes verticais. Os fundos são sempre arredondados, e as paredes apresentam por vezes furos de suspensão ou pequenas alças. São raramente decoradas ao norte (desde Itararé, em São Paulo, até Santa Catarina), mas as cerâmicas meridionais (Rio Grande do Sul e nas Misiones argentinas) apresentam muitas vezes uma superfície delicadamente ornada de impressões ponteadas, incisas ou beliscadas, ou impressões de cestaria; os relevos provocam um efeito bonito, com jogos de luz e sombra. Alguns vasos têm pequenos apêndices de forma mamilar. Faziam-se também bonecas e discos perfurados (adornos pregados como botões?) em cerâmica.

Os instrumentos de pedra lascada são bastante toscos, incluindo picões de

basalto com ponta triédrica, “talhadores”, lascas grandes de basalto e riólito, assim como lascas menores de arenito silicificado e calcedônia obtidos por esmagamento sobre bigorna. De pedra polida são as lâminas de machado e sobretudo grandes mãos de pilão de até 80cm de comprimento, feitas a partir de colunas prismáticas de basalto. Acreditamos que estas não eram utilizadas normalmente (os instrumentos de madeira seriam feitos com maior rapidez, se mostrariam tão eficientes e menos frágeis), mas que se tratava de peças denotadoras de prestígio.

Na região setentrional (sudoeste de São Paulo e Paraná) foram encontradas algumas dezenas de peças polidas de fatura cuidadosa que parecem associadas à Tradição Itararé: são os chamados *virote*s. Trata-se de objetos alongados, com cerca de 10cm de comprimento e seção circular, que apresentam uma “cabeça” mais larga que as partes central e posterior, terminada por uma protuberância arredondada. Essa forma corresponde exatamente à das armações de setas de osso ou madeira que os caçadores indígenas de penas utilizam hoje para abater aves sem fazê-las sangrar. As de pedra parecem muito pesadas para esse uso, mas talvez sejam imitações dos virote de madeira, tendo valor mais simbólico que funcional.



Figura 11. Virote de pedra, Itararé, São Paulo.

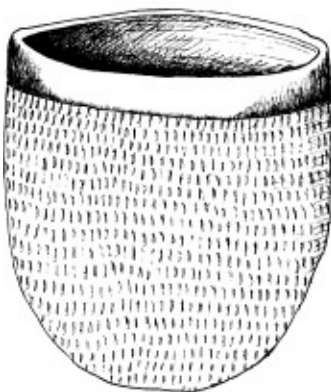


Figura 12. Vasilha de cerâmica taquara, Rio Grande do Sul.

Infelizmente, os vestígios alimentares não foram preservados no sedimento ácido das casas subterrâneas, e dependemos dos restos encontrados nos abrigos funerários para imaginar qual seria a dieta dessa população.

Supõe-se que os autores das casas “subterrâneas” tenham sido os ancestrais dos indígenas chamados Guaianá nos textos do século ^{xvi}, e sobre quem se escreveu que moravam em tocas ou furnas. Seus descendentes recentes são quase com certeza os Kaingang e Xokleng reduzidos no início do século ^{xx}. Nesse período, formavam comunidades cuja subsistência e vida social eram baseadas na exploração do pinhão. No outono, quando este ficava maduro, havia fartura do alimento rico em carboidratos e também caça – pois os animais aproveitavam igualmente o pinhão. Dessa forma, grupos aparentados chegavam a partir do território argentino.

Os pinheirais eram divididos entre as famílias, e as sementes, transformadas em farinha, que podia ser conservada para o inverno e parte da primavera. No final da colheita realizavam-se as cerimônias que requeriam a reunião dos parentes e aliados, e os visitantes voltavam para seu território. Os principais mortos eram enterrados em pequenos aterros. No final do inverno, quando as reservas findavam, havia maior dispersão das famílias, e podemos supor que as moradias isoladas de zonas mais baixas correspondam a acampamentos transitórios, para ocasiões em que se exploravam recursos das zonas de altitude menor, campos cultivados, ou havia troca de produtos dos campos de altitude com alimentos cultivados pelos Tupiguarani.

Com efeito, não sabemos se os portadores da Tradição Taquara/Itararé eram mesmo agricultores, ou essencialmente coletores-caçadores. Algumas “casas subterrâneas” e um virote isolados foram localizados nas regiões mais frias de Minas Gerais (em Andrelândia e na Zona da Mata, onde ainda há restos de mata nativa de *Araucaria*, vestígios de um paleoclima mais frio, e no sopé da serra do Cipó). Documentam certamente a existência de movimentação de pessoas e ideias entre os domínios tropical e subtropical ao longo dos dois ou três últimos milênios.

A arte rupestre meridional

Encontram-se alguns sítios de arte rupestre ao longo da escarpa do planalto meridional que domina o rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, ou no planalto de Lages, em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, são matacões isolados ou paredes de pequenos abrigos que apresentam gravuras muito simples, algumas delas realçadas por restos de pinturas. Os traços formam grades, desenhos semelhantes aos de pisadas de ave (figuras “tridátilas”), de felinos (um círculo maior rodeado por outros menores) ou parecidos com vulvas (triângulos com um traço interno vertical).

Em Santa Catarina, os triângulos do principal abrigo decorado parecem ter sido retocados e transformados em caras humanas. Não há como datar as gravuras do Sul do Brasil, embora elas sejam geralmente atribuídas aos caçadores da Tradição Umu, quando ocorrem em abrigos que foram ocupados por populações dessa Tradição.

A arqueologia do Pantanal

As PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS sistemáticas na parte brasileira do Pantanal tiveram início apenas nos últimos anos do século xx. O ambiente, muito peculiar, necessitava de uma adaptação específica das populações ao ciclo anual, que alterna período de enchente generalizada com meses de emersão dos campos, quando as águas se concentram em rios, lagoas e nos pequenos canais que as interligam. Dessa forma, existem três grandes compartimentos aproveitáveis: a encosta dos platôs que margeiam a planície, sempre seca e coberta por matas, onde a agricultura é possível, assim como a caça a mamíferos terrestres; os campos sazonalmente alagadiços que apresentam grandes extensões de gramíneas – inclusive variedades de arroz silvestre, que pode ter sido uma das bases alimentares das populações locais –, onde se coletam caramujos e crustáceos aquáticos no período de enchente e caçam grandes roedores como a capivara; enfim, os rios permanentes e as lagoas, em que, além da pesca, é possível caçar grandes répteis o ano todo, sem se afastar dos campos alagadiços.

Nessas condições, as populações tinham de se limitar à ocupação das terras altas marginais, ou inventar um meio de se precaver contra as mudanças do nível das águas. Isso foi feito edificando-se aterros nas zonas inundáveis, mas onde a profundidade da água nunca ultrapassa 1 ou 1,5m. Esses aterros, alinhados ao longo dos rios e canais, ou formando anéis ao redor das lagoas, medem entre 20 e 100m de comprimento, não ultrapassando 3m de altura. Foram construídos com a terra arenosa retirada da periferia, cavando-se assim um canal marginal que facilitava a drenagem. A primeira camada de areia era estabilizada com um leito de conchas de moluscos. Sucessivas capas de matéria orgânica, detritos domésticos misturados com areia, elevavam progressivamente o conjunto.

Essas plataformas sustentavam as habitações, rodeadas por palmeiras

acuri, que fornecem preciosos alimentos (polpa, palmito e coquinho), e são ocupadas hoje por fazendas e currais para gado. Na espessura das camadas arqueológicas aparecem vestígios alimentares, instrumentos de pedra e osso (nos sítios ou nas camadas ocupacionais mais recentes, também a cerâmica) e, eventualmente, sepulturas. As fogueiras parecem ter repousado sobre uma base empedrada de seixos, talvez para isolá-las melhor da umidade. Fossas cheias de conchas e conjuntos de blocos interpretados como calços para postes de sustentação das habitações formam o essencial dos achados.

A adaptação das populações ao ambiente pantaneiro não foi imediata. No Pleistoceno, essa grande planície ainda não era inundável, e um período de instabilidade climática deve ter dificultado o processo de povoamento.

Os primeiros indícios de ocupação – provavelmente episódica – foram encontrados num único sítio datado em pouco mais de 8.000 anos. Localizados no pé do platô, sugerem uma população ainda acostumada a viver sobretudo no meio terrestre, mesmo explorando os terrenos alagadiços vizinhos. Os vestígios de instrumentos são essencialmente de pedra; os mais abundantes são blocos com faces planas que apresentam uma depressão circular de 2 ou 3cm de diâmetro – ou oval, com 6 a 10cm de comprimento. As primeiras devem ser quebra-cocos, e as últimas, mós ou bigornas para obtenção das lascas cortantes em quartzo.

Numerosas bolas de calcário, com 5 a 6cm de diâmetro são outros artefatos típicos dessa época. De calcário também são os maiores instrumentos, com gume toscamente lascado (“talhadores”). Encontram-se percutores de hematite (um mineral de ferro) e plaquetas de silito (rocha pouco resistente, fácil de se trabalhar por polimento) perfuradas – provavelmente adornos. Algumas lâminas de machado com um sulco periférico para facilitar a fixação com cordas deviam servir para cortar as árvores para fazer canoas e choupanas. Algumas pontas e espátulas de osso e bordas do orifício natural das conchas, talvez recortadas para serem usadas como anzóis, completam o equipamento que resistiu ao tempo.

Entre 4.400 e 3.500 anos atrás, alguns sítios registram uma ocupação um pouco mais densa e constante, que ainda evita os campos alagadiços para se concentrar nas encostas e na periferia das lagoas. Os instrumentos de pedra são pouco numerosos, e os de osso são pontas estreitas. Seriam furadores, agulhas ou armações de dardos para pesca?

Até esse período, não parece que os mortos tenham sido enterrados nos aterros, fosse porque as bases permanentes de habitação se encontrassem

fora da região pesquisada, ou porque os ritos fossem outros.

A partir de 2.200 anos atrás, os indícios de ocupação sistemática da região pantaneira multiplicam-se. Os antigos aterros foram reocupados, enquanto se levantaram outros novos. Os sítios maiores e mais ricos encontram-se ao longo dos canais ou circundam as lagoas, porém, estabelecimentos mais modestos aventuram-se nos campos alagadiços. Seriam eles os primeiros “acampamentos-base” pelo menos parcialmente ocupados o ano todo e, provavelmente, por toda a população durante a estação seca, enquanto pequenos grupos familiares se espalhariam pelos campos durante as enchentes? Ou representariam pequenos grupos residenciais aparentados com um sítio de referência para as cerimônias coletivas – em particular as funerárias? Com efeito, não há sepultamentos nos sítios menores, enquanto os cemitérios recebem, nos grandes aterros, tanto corpos inteiros depositados com ossos ainda em conexão quanto pacotes de ossos, por vezes incompletos (embora nunca falte o crânio), que podem ter sido trazidos dos sítios menores meses depois da morte, para receber um enterro definitivo.

Os vestígios materiais dessa última ocupação pré-histórica servem para definir a Tradição Arqueológica Pantanal. Destaca-se o aparecimento da cerâmica, com vasilhas simples e utilitárias de tamanho modesto (menos de 30cm de diâmetro) e fundo arredondado; são panelas abertas, vasos para guardar líquido (um pouco mais profundos e com gargalo) e sobretudo tigelas. As paredes têm em geral sua superfície bem-alisada ou até polida. Embora a maior parte dos cacos coletados não apresente decoração, devemos lembrar que o fundo das vasilhas decoradas era deixado liso. Cinco a 10% dos potes parecem ter recebido um banho de tinta vermelha, e muitos outros apresentam uma superfície decorada por corrugações (a pasta era beliscada antes da queima para produzir relevo, lembrando o couro de um jacaré). Alguns foram decorados por aplicação de cordas na pasta fresca, formando padrões geométricos – uma modalidade que não se conhece em outras culturas da pré-história brasileira.

Os cacos de panelas quebradas eram por vezes reaproveitados. A borda podia ser regularizada, criando elementos discoidais (“fichas”) ou retangulares; entalhes laterais e furos permitiam seu uso como elementos decorativos, costurados em tecidos ou pendurados num colar. Fabricavam-se também discos perfurados para servir de tortual de fuso, cachimbos e contas tubulares.

Por enquanto somente foi publicado o material lítico dos sítios de campo alagado, quantitativamente pouco expressivo. O lascamento se fazia apenas batendo, sobre bigorna, fragmentos de quartzo, calcedônia, quartzito e até de calcário ou hematite – estas últimas rochas pouco adequadas à obtenção de gumes afiados. As lâminas de machado apresentam um sulco periférico e são feitas de rochas resistentes importadas para a região (basalto, diorito). Seixos achatados de calcário com um gume polido (é difícil saber se este é natural ou artificial) eram trazidos também nos aterros. Os artefatos mais originais são pequenos seixos perfurados, provavelmente adornos. Colares de dentes de porco-do-mato, contas discoidais de concha de gastrópodes ou elementos tubulares de osso são encontrados em particular nos sepultamentos. Pontas agudas foram feitas com ossos de peixe; e outras, mais fortes, sobre ossos de veado, armavam os projéteis. Há também espátulas feitas com ossos de mamíferos.

Os possíveis restos alimentares comportam grande variedade de conchas (entre as quais predominam as *Pomatia*), mas é difícil saber até que ponto representam um material de construção, restos de comida de aves ou alimento humano. Entre os peixes, destacam-se os bagres e outras espécies de peixes de tamanho modesto. Há muitos vestígios de porco-do-mato, cervo-do-pantanal, jacarés e sobretudo de roedores de porte médio (*Cavia*). Curiosamente, faltam vestígios de capivaras, tão abundantes nos baixios. Seria sua caça proibida, ou essa carne era consumida exclusivamente fora dos aterros?

As primeiras pesquisas evidenciam, apesar de características comuns, uma certa diversidade entre vários conjuntos de aterros. Já mencionamos a oposição entre os sítios de campo alagado (raridade de cerâmica, ausência de sepultamentos, vestígios alimentares com predominância de crustáceos e moluscos) e os que se encontram ao longo dos rios ou perto das lagoas. Mas também entre estes últimos variam os tipos de adornos (de dente ou de concha) e a decoração dominantes na cerâmica. Os pesquisadores interpretam essas diferenças menores como expressão de individualidade das comunidades que ocupavam territórios vizinhos. Sabe-se que, nos séculos ^{xvi} e ^{xvii}, os “canoeiros” do Pantanal pertenciam a numerosos grupos linguísticos e formavam comunidades rivais em franca competição. Provavelmente o termo “Tradição Pantanal” reúne os ancestrais dos Guato, Guaicuru, Payaguá e de muitos outros grupos desaparecidos.

Nas terras firmes às margens da região pantaneira foram identificados

sítios tupiguarani. Os potes típicos desses agricultores aparecem, casualmente intrusivos, nos aterros mais recentes. Sabe-se, por Cabeça de Vaca*, que os Guaraní estavam travando uma luta de influência com os grupos pantaneiros, que ia desde a aliança até a guerra, passando por relações episódicas de vassalagem, talvez atestadas pela aceitação de vasilhas emblemáticas.

Os arqueólogos que trabalham no Pantanal explicam a presença de gravuras rupestres nos pisos lateríticos próximos às lagoas e aos banhados pela necessidade de marcar os limites territoriais das comunidades. Os traços picoteados comportam sobretudo círculos (por vezes concêntricos, com um ponto central, ou radiados) eventualmente interligados por traços sinuosos. Encontram-se também “pisadas” humanas ou animais (tridáctilos, sugerindo pisadas de aves) e raras representações serpentiformes. Essas características lembram gravuras encontradas ao longo de alguns rios do oeste paulista e do vale do rio Araguaia, em Goiás, que incluímos provisoriamente na “Tradição (rupestre) Itacoatiara”. Não se sabe quais grupos pré-históricos seriam os autores dessas manifestações.

*Alvar Nunes Cabeça de Vaca, viajante português que esteve no Brasil no século XVI.
--

A pré-história do Brasil central e do Nordeste

DEPOIS DO FIM da Tradição Itaparica, o Centro e o Nordeste do Brasil continuaram povoados por grupos de caçadores, cujas características não são ainda claramente definidas. Esse período é marcado por uma intensa produção de grafismos pintados e gravados em abrigos e lajedos. Nos dois últimos milênios antes da Era Cristã surgiram os primeiros indícios de horticultura, tornando-se a seguir a cerâmica um elemento importante na identificação das culturas arqueológicas mais tardias.

Os caçadores-coletores

A partir de 9.000 ou 8.000 anos atrás, segundo as regiões, as características de ocupação dos sítios modificam-se em todo o Brasil central e nordestino. Nota-se uma diminuição quantitativa dos vestígios de instrumentos e, muitas vezes, dos vestígios alimentares encontrados nos abrigos, sugerindo que estes eram pouco frequentados na vida quotidiana. No entanto, continuam utilizados, pelo menos para finalidades rituais: decoração dos paredões (“arte rupestre”), por exemplo, às vezes sepultamentos. Cada região, no entanto, desenvolve algumas peculiaridades, seja no modo de sepultar os mortos, seja nos temas pintados ou gravados nos suportes rochosos, seja, ainda, na forma de representá-los.

Os sítios de habitação e provavelmente a maioria dos cemitérios deviam ser instalados nos terraços dos rios, tais como os de Buritizeiro (MG) ou Justino (SE) – ambos na margem do rio São Francisco. No entanto, a raridade de sítios estudados de forma sistemática sobre os quais há material publicado de maneira adequada e com sequências datadas com precisão tornam qualquer síntese prematura. Dessa forma, nos limitaremos a apresentar algumas informações muito gerais, estendendo-nos com maiores

detalhes sobre a chamada arte rupestre, bastante estudada nos últimos anos e que decora milhares de abrigos naturais.

Enquanto a Tradição Itaparica era bem-definida pela produção de numerosos instrumentos de pedra de forma característica, obtida por retoque de grandes lascas, os vestígios das populações que a sucederam são bem menos típicos. Cada região apresenta particularidades – em função, sobretudo, das matérias-primas utilizadas –, mas parece que as populações costumavam extrair dos blocos de pedra lascas de tamanho mediano ou pequeno, utilizadas imediatamente sem maior modificação (ou seja, sem serem conformadas com precisão por meio de retoques finais). No máximo, acertavam uma parte de um gume natural defeituoso, criando pequenos bicos ou serrilhados, sem se preocupar em ter instrumentos de forma padronizada. Mesmo assim, ainda sabiam fabricar ocasionalmente – ou obtinham por troca – artefatos plano-convexos retocados numa única face para trabalhar a madeira e belas pontas de projétil retocadas bifacialmente. Esses objetos, bem como os detritos provenientes de sua fabricação, aparecem discretamente no meio dos milhares de lascas simples utilizadas como facas.

As robustas conchas dos grandes caramujos terrestres eram perfuradas por percussão. Isso criava um gume particularmente adequado à retirada da casca dos galhos cortados para se transformar em armas e instrumentos diversos. As representações rupestres mostram que, nessa época, os dardos utilizados na caça ou em combates eram lançados não com um arco, mas com um propulsor – bastão com gancho que proporciona longo alcance e forte penetração. Com efeito, alguns indícios – feridas registradas em ossos, cenas rupestres – mostram que havia confrontos entre as diversas populações nordestinas na época. As diferenças entre os grupos deviam ser proclamadas por rituais, traços estilísticos na fabricação dos artefatos, na decoração corporal e na arte rupestre. Os sítios decorados talvez desempenhassem um papel específico, ao marcar fronteiras ou pontos estratégicos dos territórios.

Os rituais funerários são bastante variados. Em alguns abrigos observa-se a prática do enterramento do corpo inteiro em covas – como na Lapa do Boquete (MG) e Buique (PE). No Gentio (noroeste de Minas) e na Gruta do Padre (BA), em compensação, os mortos eram cremados, e os pacotes de ossos depositados nos abrigos. Entre 7.000 e 4.000 anos atrás, na Pedra do Alexandre (PE), assim como na Lapa do Boquete, os sepultamentos de

crianças pequenas eram vivamente coloridos com pigmentos vermelhos e amarelos. Em vários lugares, os arqueólogos encontraram os corpos acompanhados por colares de ossos, de concha, embrulhados em fibras vegetais. No Justino (SE), os corpos jaziam estendidos num terraço que domina o rio São Francisco. Em outras regiões, como em Lagoa Santa, não se sabe o que se fazia com os mortos, cujos corpos desaparecem do registro arqueológico após 8.000 AP. Devem ter sido destruídos de alguma forma voluntária (exposição, cremação completa) ou natural (enterrados a céu aberto em solo ácido).

Os primeiros agricultores e ceramistas

Há indícios de cultivo de plantas domésticas e da criação de reservas alimentares – ou de sementes para plantio – no último milênio antes da nossa era, e talvez no final do milênio anterior. Grãos de milho escavados em Santana do Riacho (MG) foram datados com certeza de cerca de 2.800 anos atrás, enquanto outros, de origem estratigráfica mais duvidosa, teriam quase 4.000 anos. Pinturas rupestres atribuídas a uma fase tardia da Tradição São Francisco representam raízes e tubérculos, provavelmente cultivados. Na Lapa do Malhador, no vale do rio Peruaçu (MG), duas figuras da mesma Tradição parecem representar tipitis (prensas para tirar o suco venenoso da mandioca amarga).

Mas é sobretudo a partir do período entre 2.500 e 1.200 anos atrás que as evidências se multiplicam. Depósitos de espigas de milho, mandioca, caroços de algodão, cascas de amendoim (os mais recentes contêm também grãos de feijão) e outros elementos perecíveis, guardados em estruturas vegetais trançadas, ou mantidas por cordões, foram encontrados em vários abrigos do norte de Minas Gerais e do oeste da Bahia. Além de vegetais cultivados, contêm coquinhos, restos de fruto de jatobá, urucum, sementes de maracujá e até penas coloridas.

Na Lapa do Boquete, verificou-se que essas estruturas de armazenamento eram recobertas por cinzas para despistar os roedores e prevenir a infestação por insetos. Alguns desses “silos” são muito bem-preservedos e datados de até 1.200 anos atrás, mas é possível reconhecer, na estratigrafia, sinais de depósitos anteriores que foram retirados, perturbando os sedimentos mais antigos – sem que seja possível saber em que época os abrigos começaram a ser utilizados como celeiros.

Em várias partes do interior do Brasil central e nordestino, a cerâmica aparece também perto do início da Era Cristã, embora datações bem mais antigas para a técnica sejam conhecidas mais ao norte, em sítios de tipo “sambaqui” da Amazônia e do litoral do Maranhão, e no cemitério do Justino (SE), perto da foz do rio São Francisco (entre 7.000 e 5.000 anos atrás).

Essas primeiras vasilhas em cerâmica não amazônica são em geral de tamanho reduzido, apresentam formas globulares e não são decoradas. No Brasil central, geralmente se reúnem sob a denominação de cerâmica de Tradição Una, e, no Nordeste, de “Tradição Pedra do Caboclo”. As peças menores são fabricadas por modelagem, e as maiores formam pilhas de roletes – cilindros de argila – posteriormente reunidos por pressão e alisamento. Essa técnica se manteve até a chegada dos europeus, pois os ameríndios não utilizaram o torno. O uso de moldes, comum nos Andes, não parece ter chegado ao Brasil.

Os agricultores do início da nossa era frequentavam, portanto, os abrigos, mas não moravam neles. Utilizavam-nos para proteger seus depósitos vegetais e sepultar eventualmente seus mortos. No norte de Minas Gerais e no oeste baiano cavavam fossas no sedimento, por vezes no meio dos “silos”, onde deitavam ou sentavam os mortos, cujo corpo era mantido flexionado com tiras de embira (entrecasca).

Em Minas Gerais, onde houve processos de mumificação natural (lapas da Babilônia, do Gentio, do Boquete, de Carangola), verificou-se que os corpos dos adultos podiam ser revestidos com uma capa de folhas de palmeira amarrada com um cordão. Cestas ou sacolas continham instrumentos para a sobrevivência no além. Recipientes vegetais (cabaças) ou de cerâmica, um arco quebrado com uma seteira farpada acompanhavam ainda alguns mortos. Um estojo de sobrevivência em cabaça continha espátulas feitas em osso de veado, buris de dentes de roedor e de porco-do-mato, novelos de cordas, lâminas de machado enroladas em tiras de embira, cera de abelha (para fabricar o grude necessário ao encabamento) e uma faca de concha. Crianças muito pequenas eram sepultadas em pequenas urnas de cerâmica, com a cabeça coberta por penugem branca e colares de osso. Na Furna do Estrago (PE), flautas de osso com vários furos acompanhavam um dos adultos.



Figura 13. Ponta de flecha lascada em sílex, Andrelândia, Minas Gerais.



Figura 14. Ponta de flecha lascada em cristal de quartzo, descartada após quebra acidental durante a fabricação, aproximadamente há 9.000 anos, Diamantina, Minas Gerais.



Figuras 15 e 16. Instrumento lascado plano-convexo (“lesma”), Diamantina,

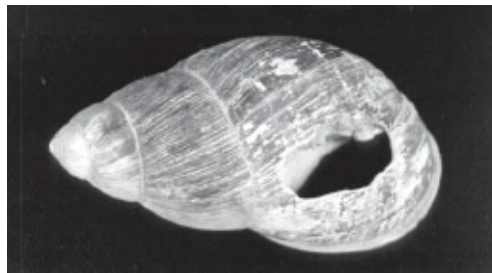


Figura 17: Concha de gastrópode terrestre, perfurada para servir de plaina, Lapa do Boquete, Minas Gerais.

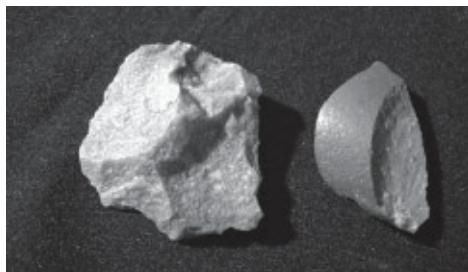


Figura 18: Duas lascas cortantes de quartzito, utilizadas sem retoque, Buritizeiro, Minas Gerais, c. 6.000 anos.

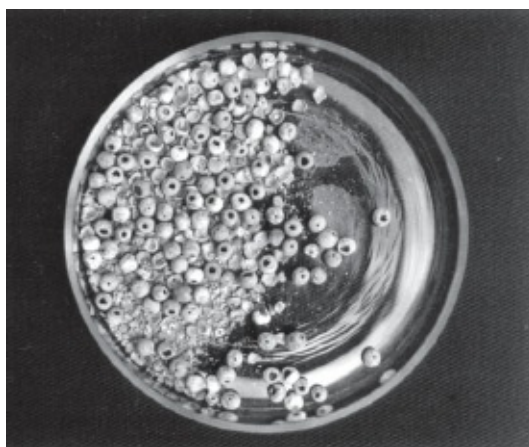


Figura 19: Contas de colar feitas de semente. Sepultamento datado de c. 8.500 anos, Santana do Riacho, Minas Gerais.



Figura 20: Espátula de osso de pata de veado, recortado e polido, Lapa do Boquete, vale do rio Peruaçu, Minas Gerais.



Figura 21 e 22: À esq.: lasca com retoque limitado, criando um bico utilizado para raspar pigmentos minerais; à dir.: bloco de hematite (pigmento vermelho) mostrando estrias de raspagem realizada para

obtenção de pó colorido, Lapa Pequena, Montes Claros, Minas Gerais; datados em c. 7.500 anos.

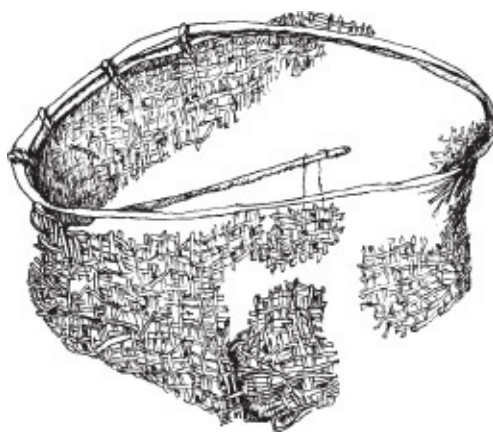


Figura 23. Cesto trançado encontrado em local de sepultamento, Lapa do Boquete.

Na região de Arcos e de Pains, no oeste de Minas Gerais, os mortos eram deixados dentro das grutas, em salões completamente escuros, com vasilhas de cerâmica. Na Lapa do Caboclo (Diamantina – MG), os corpos eram depositados em tubos feitos de casca de árvore, fechados lateralmente por um couro animal.

Conhecemos poucos sítios a céu aberto, destacando-se os cemitérios sergipanos do Justino e de São José, instalados nos terraços periodicamente inundáveis do rio São Francisco. Neles, os corpos estavam enterrados estendidos ou fletidos, muitas vezes acompanhados por uma vasilha de cerâmica repousando na barriga ou até substituindo a cabeça. Colares de osso, dente, concha e pedras verdes e até uma flauta foram ainda deixados com os mortos.

Infelizmente não se identificaram os sítios de moradia desses primeiros agricultores, alguns dos quais ainda utilizavam os abrigos entre 1.000 anos antes e 1.000 anos depois de Cristo. Os últimos dentre eles lascavam a pedra e fabricavam instrumentos às vezes bastante elaborados, cujo conceito lembra algumas das características da antiga Tradição Itaparica – particularmente na elaboração de pesados e espessos instrumentos lascados de um só lado. Mas também nos locais onde não se encontravam facilmente rochas apropriadas para fabricação de lâminas polidas (como anfíbolitos ou diabásio), lascavam bifacialmente o sílex, dispensando o trabalho de polimento (excessivamente demorado para tratar essa rocha) para obter lâminas de machado, cujo gume lascado tinha menor durabilidade. Nessa época, as pontas de osso ou madeira substituem completamente as armações de pedra.

A arte rupestre

Embora certas pinturas rupestres talvez tenham sido realizadas já no período anterior, a maioria dos grafismos encontrados nos abrigos data provavelmente dos últimos seis milênios antes da Era Cristã. Com certeza não eram obras de “arte” no sentido que damos hoje à palavra. É claro que, durante todos esses milênios e em tantos lugares, algumas pessoas podem ter deixado simples *graffiti*, e outros desenhos talvez fossem feitos para fins decorativos. No entanto, o mais provável é que a maioria dos grafismos tenha sido feita como afirmação de etnicidade, expressão de uma crença, ato mágico, proclamação política de status, trato ou posse. O reconhecimento da existência de complexos temáticos estáveis ao longo de séculos e milênios levou os arqueólogos a definirem as “tradições” rupestres, nas quais variações menores de uma região para outra permitem reconhecer fácies, ou subtradições, enquanto modificações ocorridas ao longo do tempo permitem distinguir sucessivos estilos.

Não se encontram grafismos pré-históricos em todo o Brasil central ou nordestino. Em algumas regiões, faltavam suportes rochosos abrigados, e talvez as populações deixassem suas marcas em árvores, retirando as cascas para criar figuras em negativo – como faziam os índios Bakairi no século XIX. Mas mesmo em locais onde existem paredes naturais protegidas, há regiões nas quais a “arte rupestre” é inexistente ou raríssima – como as de Arcos e de Pains, em Minas Gerais –, enquanto no vale do rio Peruaçu e na serra da Capivara é difícil andar ao longo dos paredões além de poucas centenas de metros sem encontrar um painel pintado.

Apresentaremos aqui como exemplo três sequências regionais cujas unidades estilísticas muitas vezes se propagaram para longe do seu centro inicial, influenciando-se mutuamente.

Os sítios da região de São Raimundo Nonato (PI) serviram de referência para estabelecer a sequência de base do Nordeste brasileiro.

O conjunto de pinturas mais antigo é formado por representações humanas agrupadas em cenas, eventualmente acompanhadas por animais. Esses grafismos definem a Tradição Nordeste, que, segundo as pesquisadoras locais, se teria desenvolvido entre 12.000 e 6.000 anos atrás, no Piauí meridional. Nesse estado, o estilo mais antigo, denominado Serra da Capivara, apresenta figuras monocromáticas cuja cor contrasta com a do suporte natural. As representações humanas mostram cabeças por vezes

ornadas com cocar, isoladas, e as figuras parecem assexuadas. Quando estão em grupo, o sexo é indicado de maneira convencional (um traço para o pênis, sempre erguido, e um círculo para a vulva). As personagens são geralmente muito dinâmicas. Formam cenas familiares (dois adultos e uma criança), relações sexuais (casais em várias posições, ou vários homens segurando a mulher, homens segurando um pênis enorme); caça ao tatu (o animal é segurado pelo rabo) ou ao veado (com uma rede). Uma cena muito característica é conhecida como a “da árvore”: várias pessoas, de braços erguidos, rodeiam uma árvore, ou uma delas segura um galho. Figuras antropomorfas também formam correntes, evocando acrobatas. As figuras zoomorfas são sobretudo de cervídeos e emas.



Figura 24. Tradição Nordeste, Toca da Extrema II, Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí.

Por volta de 9.000 anos atrás, as cenas de violência se multiplicam: estupros, combates, execução de pessoas amarradas a um poste (complexo Serra Talhada). Finalmente, com o estilo Serra Branca, o movimento desaparece e as figuras tornam-se angulosas, com um grande corpo retangular preenchido por desenhos geométricos eventualmente bícromos dos quais se destacam pequenos membros filiformes.



Figura 25. Tradição Nordeste, Toca do Baixão das Europas I, Piauí.

Os dois primeiros estilos da Tradição Nordeste se propagaram fora do Piauí, para os estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais, o sul de Goiás e até o Mato Grosso. No Rio Grande do Norte desenvolveu-se uma versão original – chamada “Subtradição Seridó”, onde os animais são muito raros (somente tucanos e emas), e as figuras humanas apresentam um bico parecido com o de pássaros. Sua influência alcançou as terras baixas da Bolívia e da Colômbia orientais.

A Tradição Agreste substituiu aos poucos a Tradição Nordeste e seria a única representada na arte rupestre do sul do Piauí entre 6.000 e 2.000 anos atrás. Trata-se de grandes figuras monocromas, toscamente executadas, representando seres humanos isolados (“bonecões”) ou animais pouco naturalistas, por vezes acompanhadas por impressões de mãos. Essa Tradição é considerada intrusiva no sul do Piauí, e seria originária de Pernambuco, onde essas figuras são muito mais numerosas.

No Brasil central, as sequências foram estabelecidas sobretudo a partir das pesquisas realizadas em Minas Gerais. No centro desse estado, os painéis mais antigos ostentam figuras da Tradição Planalto, caracterizada pela dominância visual de figuras animais pintadas em monocromia (vermelho, amarelo, branco ou preto), entre as quais os cervídeos são a grande maioria. Os quadrúpedes, bastante naturalistas, costumam agrupar-se em famílias (com o macho, uma fêmea e uma ou duas crias), e os peixes, aos pares ou em cardume. Quando isolados, os quadrúpedes são por vezes

cercados por minúsculas figuras humanas filiformes hiperesquemáticas; às vezes uma delas finca um dardo nas costas do animal. Outros animais estão associados a um desenho em forma de grade que poderia representar uma armadilha. Em Santana do Riacho, peixes estão presos numa rede. Algumas personagens muito simples situam-se na proximidade de figuras circulares das quais parecem sair nuvens de pontos, que interpretamos como colmeias.

Em sítios como Cocais, as representações de animais foram posteriormente cobertas por uma nuvem de pontos ou alinhamentos de bastonetes. Mais tarde ainda foram pintadas novas figuras zoomorfas, em estilo distinto. Alguns sítios, como Sucupira ou Santana do Riacho, apresentam até mais de 2.000 pinturas pertencentes à Tradição Planalto que se sobrepõem de maneira aparentemente anárquica, mas outros sítios não receberam mais que algumas figuras. Havia com certeza uma hierarquia entre sítios principais e satélites. Existem diversas fácies regionais: na serra do Cabral, onde as representações são bem mais naturalistas que em Lagoa Santa; na serra do Cipó, onde as figuras mais antigas têm seu corpo apenas contornado. No Alto Jequitinhonha, pelo menos quatro estilos se sucederam nos abrigos. Essa Tradição se estendeu até o Paraná, a oeste, alcançando o Tocantins, ao norte, e talvez até a Bahia, a leste.



Figura 26. Representação de cervídeos e peixes, grande abrigo de Santana do Riacho, Minas Gerais.



Figura 27. Quadrúpedes, sítio da Pedra Pintada dos Cocais, Minas Gerais.

Quando a Tradição Planalto se extinguiu (talvez entre 3.000 e 2.000 anos atrás), apareceram em certas regiões figuras humanas vermelhas, pouco numerosas, bem mais detalhadas e maiores, embora de feitura bastante

tosca. Ostentam às vezes cocares, e suas articulações podem ser reforçadas por bolas pintadas. Trata-se de uma manifestação da Tradição Agreste, chegada do Nordeste, onde alguns pesquisadores acreditam que se teria desenvolvido desde 7.000 anos atrás.

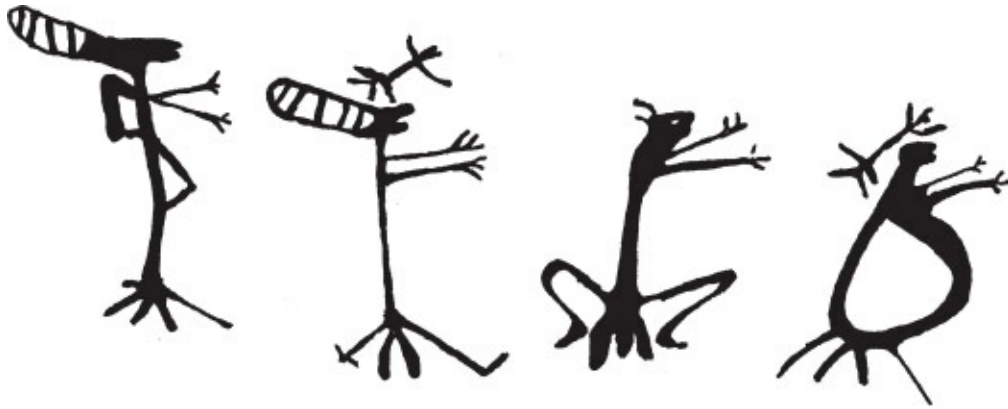


Figura 28. Tradição Nordeste, personagens antropomorfos, Lapa do Ballet, Matozinhos, Minas Gerais.

Posteriormente chegam em Lagoa Santa influências da Tradição Nordeste, com a fâcie Ballet, que representa figuras humanas filiformes com um bico de ave, órgãos sexuais bem marcados e que formam procissões ou cenas aparentemente ligadas a rituais de fecundidade. Por vezes, os pintores raspam as pinturas Planalto anteriores para pintar numa superfície “limpa”. Finalmente aparecem representações de tubérculos, talvez cultivados, que se sobrepõem aos grafismos das tradições anteriores.

Ao longo dos rios semipermanentes de Pernambuco, da Paraíba e na beirada dos afluentes do Araguaia, em Goiás, matacões e lajedos são cobertos por gravuras. Apesar da sua grande diversidade temática e estilística, seus grafismos costumam ser atribuídos a uma unidade, chamada Tradição Itacoatiara. No Nordeste dominam conjuntos de pequenas depressões que podem ser interpretadas como constelações ou como gotas de água. As gravuras do sítio do Boi Branco evocam para nós uma representação da chuva caindo perto de um rio, mas é preciso desconfiar das interpretações que fazemos a partir de nossos próprios modos de representação. Em Goiás, destacam-se círculos às vezes interligados por longas linhas sinuosas.

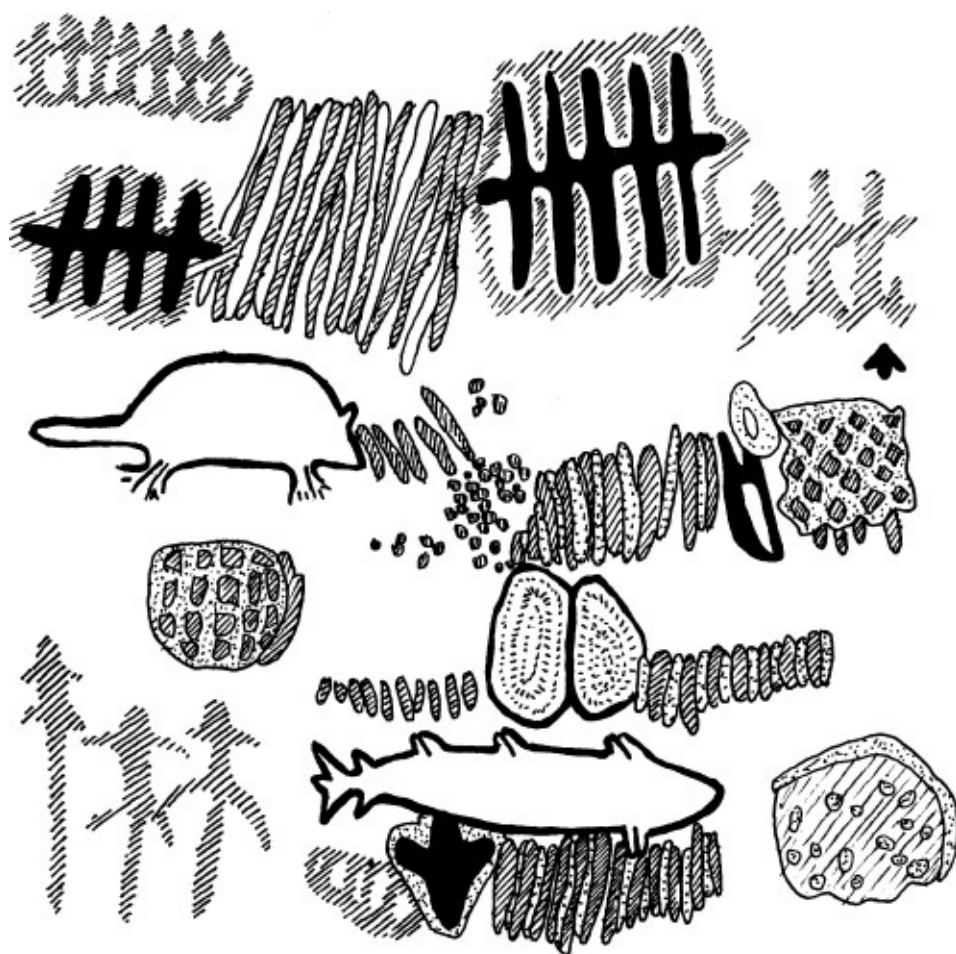


Figura 29. Tradição São Francisco no sudoeste da Bahia.

No norte de Minas Gerais, em Caiapônia (GO) e a noroeste do estado da Bahia, a sequência é bastante diferente tanto daquela do Piauí quanto da do centro mineiro.

No vale do rio Peruaçu, os grafismos mais antigos e já bem-datados – entre 9.000 e 7.000 anos atrás – são gravuras não figurativas encontradas enterradas na Lapa do Boquete. A seguir multiplicam-se, nos paredões, pinturas geométricas lineares atribuídas à Tradição São Francisco, entre as quais se reconhecem representações de objetos – em particular armas (dardos e propulsores) e talvez maracás. As pinturas geométricas tornam-se aos poucos mais complexas, com alta frequência de figuras lembrando redes, e recentemente verificou-se que se tratavam de estilizações de figuras humanas. Num momento intermediário encontramos, em geral em sítios modestos, algumas pinturas intrusivas do Complexo Montalvânia (que será descrito mais adiante). Mas a Tradição São Francisco volta a se impor. Pouco a pouco, seus pintores passam a usar cada vez mais a bicromia ou a

tricromia para realçar as pinturas, que sobem o mais alto possível nos paredões mais vistosos. Para tanto, lançavam mão de andaimes, ou subiam em árvores e colunas estalagmíticas.

Finalmente se desenvolvem estilos tardios que privilegiam não mais as figuras lineares, mas superfícies monocromáticas e contornadas por um traço contrastante. Muitas delas (estilo Caboclo) se parecem um pouco com tapetes ou esteiras, embora algumas pinturas às vezes representem instrumentos e até vegetais (cactos, mandiocas).

Uma ruptura se marca com o aparecimento das pinturas naturalistas da unidade estilística Piolho do Urubu, representando vegetais (coqueiros, pés de milho) e sobretudo animais, quadrúpedes, pernaltas, tamanduás, peixes e aranhas (?) que ocupam a base dos paredões, superpondo-se às mais baixas dentre as figuras São Francisco. Numa fase posterior, os mesmos temas passam a ser gravados por picoteamento na rocha, em blocos tombados ou em paredes ainda livres ou rejuvenescidas por uma demão de tinta que recobre as pinturas anteriores; trata-se da tradição estilística que chamamos Desenhos.

A última Tradição, a Nordeste, aparece em paredes pouco atrativas, até então desprezadas pelos pintores. Nesta derradeira tradição pré-histórica de pintura aparecem minúsculas figuras pretas: fileiras de quadrúpedes ou de emas, ou pequenos grupos de figuras humanas em cenas de sexo ou formando grupos familiares, acompanhados por umas poucas figuras lineares. Por vezes há representações bem naturalistas de coqueiros, e uma cena mostra uma pessoa trepando por uma corda no tronco de uma palmeira.

Uma mesma sequência geral, com figuras Nordeste sucedendo grafismos São Francisco, pode ser observada em outros estados do Brasil central – particularmente em Palestina, Goiás.

Um pouco mais a nordeste do Peruaçu, a região de Montalvânia, a Tradição São Francisco não conseguiu se impor. Ela aparece intrusiva, no interior de manifestações atribuídas ao Complexo Montalvânia. Este é caracterizado por sítios que combinam pinturas monocromáticas nos tetos dos abrigos com gravuras picoteadas no chão rochoso. A temática parece fazer uma síntese original de elementos Nordeste (a figura humana “dinâmica”) e São Francisco, com um grande número de representações de dardos e propulsores. Os raros animais figurados são exclusivamente répteis. Representações de pés, aos pares ou alinhados, são também típicas dos

grandes painéis gravados, onde as figuras, mais ou menos equidistantes, ocupam todo o espaço de maneira organizada. Longas linhas curvas ou traços retos curtos – os “elementos de ligação” – associam certas figuras privilegiadas, técnica também encontrada nos lajedos do Araguaia, provavelmente bem mais tardios. O principal sítio de gravuras (a Lapa de Poseidon) apresenta mais de 5.000 grafismos.

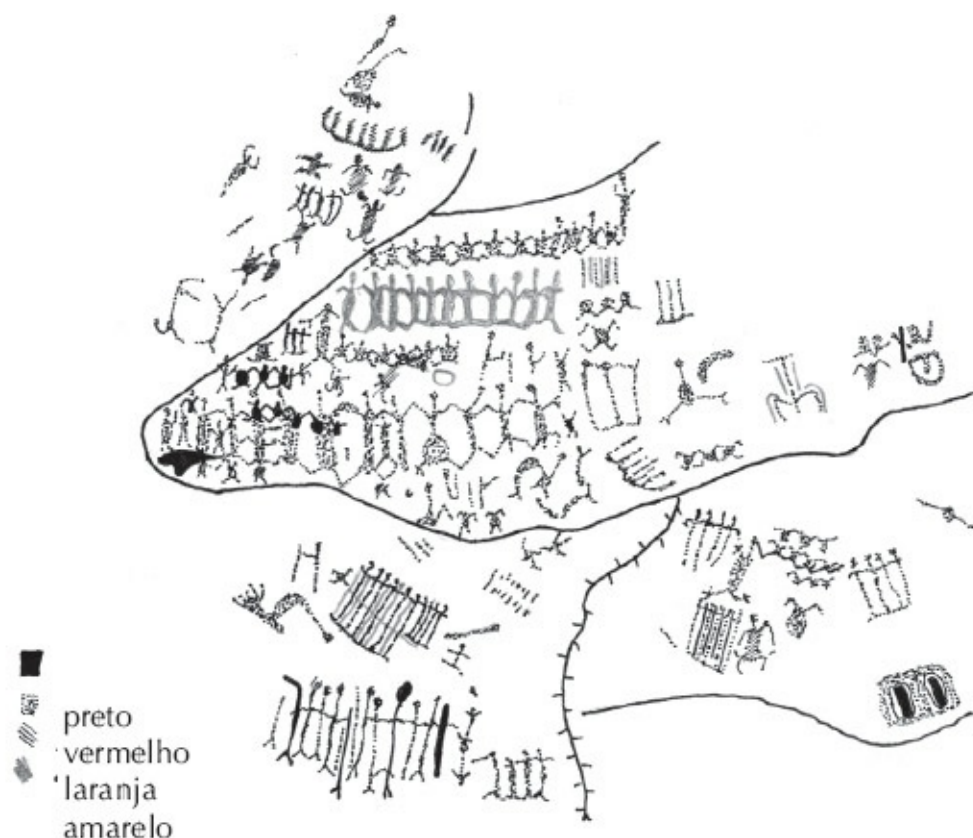


Figura 30. Lapa do Dragão, painel pintado IV, Montalvânia, Minas Gerais.

Os tetos de alguns abrigos dessa região, em geral situados no topo das maiores elevações, apresentam figuras coloridas cuja elaboração lembra a Tradição São Francisco, mas que representam essencialmente figuras parecidas com sóis e estrelas, no meio dos quais voam aves pintadas e se inserem algumas figuras de lagarto. Tais conjuntos são particularmente típicos do oeste baiano, onde foram atribuídos à Tradição Astronômica, a Cosmológica.



Figura 31. Gravuras do Complexo Montalvânia, Lapa do Poseidon 2.



Figura 32. Gravuras do Complexo Montalvânia, Lapa da Esquadilha.

Outras manifestações ainda não receberam grande atenção dos arqueólogos. Entre elas, pequenas depressões alinhadas ou formando padrões geométricos simples, em blocos grandes ou de tamanho médio, ou incisões profundas paralelas, cruzadas ou reunidas em “tridátilo”, que se encontram em diversas regiões. Aparecem muito cedo (cerca de 9.000 anos atrás, na Lapa do Boquete) e continuam ocorrendo até o final da ocupação pré-histórica em todo o estado de Minas Gerais. Outras são conjuntos de pequenas depressões (*cupules*) alinhadas ou rodeando uma depressão central maior. Essas figuras lembram as pegadas de onça e as gravuras “florais” da Argentina e do Rio Grande do Sul.

De fato, as grandes tradições e os diversos estilos influenciaram-se em vários momentos. Por exemplo, o brilhante colorido e os padrões geométricos que se desenvolvem aos poucos no estilo Caboclo da Tradição São Francisco nos estados de Minas Gerais e Bahia provavelmente encontram seu equivalente no preenchimento das figuras zoomorfas do estilo Serra Branca, da Tradição Nordeste no sul do Piauí – e algumas das suas complexas e bícromicas figuras antropomorfas se parecem de uma maneira extraordinária. Vimos que o Complexo Montalvânia, por outro lado, associa temas São Francisco e Nordeste, e talvez tenha influenciado a Tradição Itacoatiara do Brasil ocidental. A Tradição São Francisco certamente influenciou os pintores de Sete Cidades (centro do Piauí) e de vários sítios do Mato Grosso e da Bolívia oriental.

Os aldeões (Aratu-Sapucaí e Uru)

A partir do século VIII da nossa era, multiplicam-se aldeias instaladas em encostas de morros suaves, na proximidade dos cursos d'água. Trata-se de um fenômeno “repentino” na escala arqueológica, e não se sabe o que provocou a novidade. Teria sido a irrupção de uma nova população (mas vinda de onde?), ou a evolução de alguns grupos locais (mas por que tão rapidamente?). Os sítios, a céu aberto, caracterizam-se por grandes concentrações de restos de cerâmica. A maioria corresponde a zonas de terra escurecida pela presença de restos orgânicos (as chamadas “terras pretas”, que podem alcançar até 50cm de espessura), tratando-se provavelmente de fundos de casas ocupadas durante longos anos.

Outras concentrações, fora das terras pretas, talvez correspondam a lixeiras ou habitações ocupadas por curto período de tempo. Essas

habitações têm geralmente entre 10 e 20m de diâmetro, e algumas delas apresentam um pequeno anexo (fazem pensar nas casas de resguardo usadas periodicamente pelas mulheres em algumas populações indígenas atuais). Quase sempre existe uma ou várias dezenas destas casas. Formam um anel simples ou duplo (até triplo, em Goiás) ao redor de uma praça central que mede cerca de 100m de diâmetro. A praça devia constituir um espaço cerimonial, onde não se encontram vestígios – a não ser, em alguns casos, enterramentos em urnas. Essas aldeias circulares ou em forma de ferradura evocam as aldeias atuais dos grupos de língua jê, tradicionais moradores das regiões de cerrado do Brasil central. As casas clânicas onde vivem as mulheres de uma mesma família com seus maridos formam o espaço feminino e rodeiam uma praça central – espaço político, cerimonial e masculino por excelência.

Estas aldeias de ceramistas são atribuídas a uma Tradição chamada Sapucaí em Minas Gerais (e Aratu, nos estados vizinhos de Bahia e Goiás), que se prolonga até o século XVII – ou seja, bem depois do início da colonização europeia no litoral. Embora não se possa ter certeza de que todas as casas fossem habitadas ao mesmo tempo, estima-se que as maiores aldeias poderiam contar com até 2.000 habitantes.

Os vestígios mais numerosos são os restos de cerâmica. Há grandes vasilhas ovóides ou piriformes não decoradas com até 1m de diâmetro, que poderiam ser utilizadas tanto para armazenar grãos (milho) quanto para guardar água ou bebidas fermentadas para uso coletivo. Em razão do fundo arredondado, tinham de ser levemente enterradas no chão ou calçadas por um suporte anelar. Muitas delas eram reutilizadas para colocar os mortos, sendo então completamente enterradas entre as casas ou na praça central.

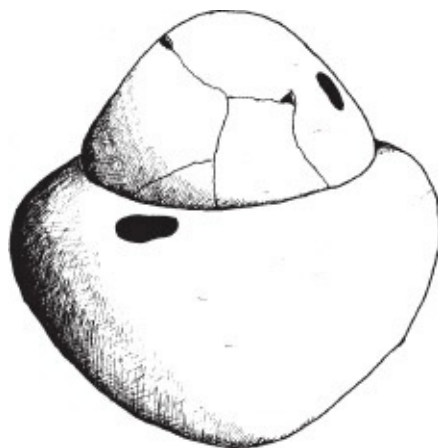


Figura 33. Urna sapucaí, com tampa.

Cerâmicas abertas menores e de paredes finas eram utilizadas para preparar ou apresentar os alimentos. Outras, de fatura geralmente mais elaborada, têm forma de funil, imitam o formato de uma cuia ou de uma cabaça, estas em geral cobertas externamente por um banho de tinta vermelha, ou enegrecidas por fuligem antes de serem polidas (brunidura). Algumas dessas vasilhas mais delicadas apresentam um duplo receptáculo e são encontradas nas urnas funerárias.



Figura 34. Vasilha dupla sapucaí encontrada dentro de uma urna funerária.

De cerâmica também são os tortuais de fuso (evidenciando a utilização do algodão) bicônicos, elementos esféricos de colares e cachimbos. Alguns deles, de forma tubular, lembram o fruto do jequitibá; outros, de forma angular e feitos com molde, por vezes decorados com modelagens, são tradicionalmente atribuídos a uma influência cabocla. No entanto, não está definitivamente provada a ausência de cachimbos angulares no Brasil antes da colonização europeia. No estado de Goiás foram encontrados também carimbos cilíndricos destinados a aplicar no corpo padrões geométricos pintados.

Nas grutas das regiões mais secas dos platôs de calcário, no limite entre os estados de Minas Gerais e da Bahia, grandes vasilhas de fundo plano foram deixadas abaixo das estalagmites gotejantes que fornecem a única água disponível em tempo de seca. Uma pintura costuma sinalizar a entrada das grutas que fornecem água; desta forma, os viajantes pré-históricos evitavam perder tempo procurando em cavidades secas, que não eram marcadas. Parecem associadas a aldeias a céu aberto cuja cerâmica mistura feições Aratu e algumas características tupiguarani (como a borda reforçada).

Os instrumentos de pedra lascada são muito poucos: os Aratu/Sapucaí deviam usar muito mais a madeira, os espinhos vegetais e o osso que a pedra. No entanto, precisavam de gumes afiados, e, para tanto, quebravam sobre bigorna pedras facilmente encontradas, como o quartzo. Mas não se interessavam em retocar as pequenas lascas para criar objetos padronizados. Deviam afirmar sua etnicidade por meio de outros elementos de sua cultura material – a cerâmica, entre outros. Com rochas básicas (mais resistentes e mais difíceis de serem encontradas), fabricavam instrumentos destinados a cortar por percussão e cujo gume era polido.

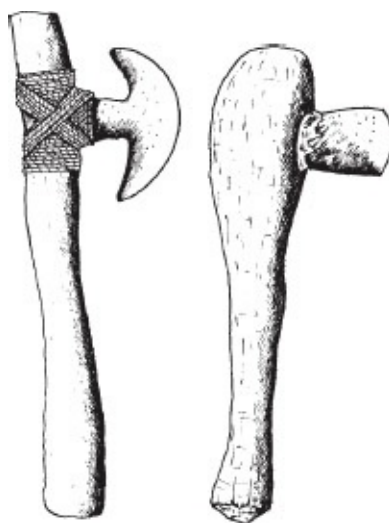


Figura 35. Lâminas de pedra encabadas.

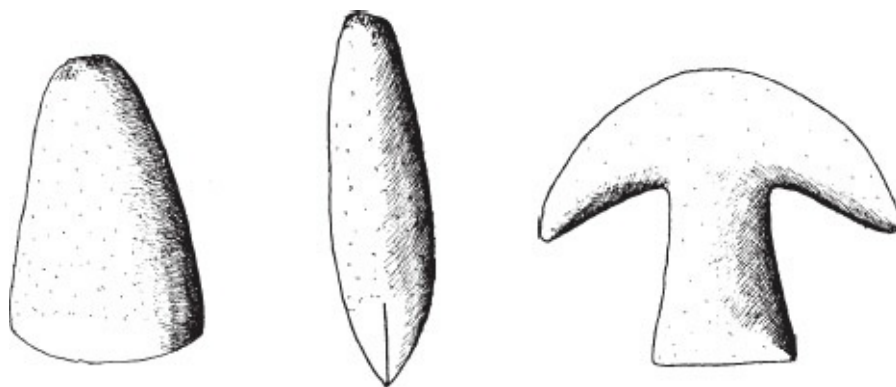


Figura 36. Lâminas de machado polidas, petaliforme, à esquerda, e semilunar à direita.

Em Minas Gerais, essas pequenas lâminas de machado, encontradas às centenas, apresentam um formato quase triangular, com o gume polido formando o lado menor. A lâmina, geralmente com 10 a 15cm de comprimento, era inserida num orifício praticado no cabo. A parte oposta

ao gume, quase cônica, era picoteada para que a superfície rugosa resultante facilitasse a retenção. A fabricação de uma lâmina desse tipo demorava entre 7 e 17 horas de trabalho contínuo e árduo, enquanto a preparação do cabo ainda exigia um bom tempo. Tratava-se, portanto, de objetos bastante preciosos. Algumas lâminas em miniatura deviam ser fabricadas como adornos ou brinquedos, enquanto outras, com mais de 20 ou até 40cm, eram pesadas demais para serem manipuladas, e deviam ser exibidas como preciosidades. Uma lâmina de quartzo, muito bonita, porém extremamente frágil, foi depositada numa urna.

Em Goiás e na Bahia, algumas lâminas apresentam uma forma diferente, mais cilíndrica, com um sulco periférico para passar uma corda de amarração ou dobrar ao redor da pedra uma vara que servisse de cabo. Outra categoria de lâmina encontra-se em todo o Brasil central e com certeza tinha um significado especial: apresentam formato de âncora, bem achatado, são muito frágeis para trabalhar a madeira e estavam normalmente depositadas nas urnas funerárias.

Um jesuíta francês que participou da fundação de São Luís do Maranhão no século XVII nos informa que esses machados (conhecidos como “semilunares”) eram utilizados exclusivamente na guerra, e apenas uma vez, pelos inimigos dos Tupinambá, devendo ser abandonados junto com o cadáver do inimigo morto. Hoje os Krahó – que não as fabricam, mas guardam exemplares antigos delas – dependem desse instrumento para a iniciação dos jovens. Assim, a devolução, anos atrás, de uma destas lâminas – que tinha sido roubada décadas antes por um etnógrafo – significou um acontecimento da maior importância para a tribo. Embora os Aratu/Sapucaí não pareçam ter frequentado os abrigos sob rocha, deixaram uma bela pintura de machado semilunar numa parede da região de Lagoa Santa, e um grande número de representações deste artefato no abrigo de Santa Elina, no Mato Grosso, evidenciando a importância excepcional do objeto.

Em algumas regiões encontram-se também mãos de pilão de pedra, picoteadas ou polidas. Utilizavam-se também fragmentos de gnaiss, arenito ou até cacos de cerâmica, cuja pasta incluía grãos ásperos de sílica, para regularizar por fricção varetas de madeira ou adornos. Com o tempo, esses calibradores desgastavam-se e acabavam apresentando profundos sulcos polidos.

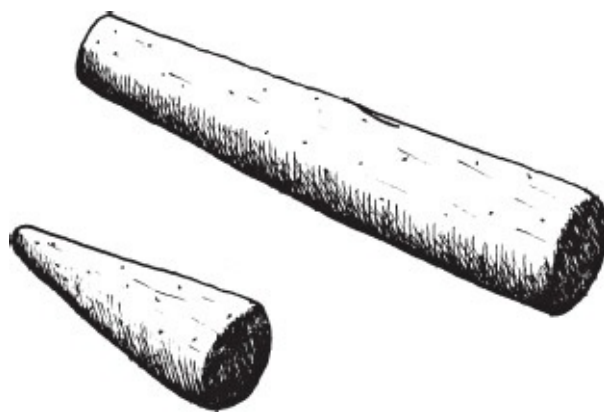


Figura 37. Mãos de pilão em pedra.

Sabemos muito pouco dos hábitos alimentares desses aldeões, pois os restos alimentares se conservam mal nos sítios a céu aberto. Considera-se que sua maior fonte de carboidratos fosse o milho (alguns grãos deste cereal foram encontrados na urna funerária de um homem adulto, retirada na cidade de Januária – MG) e que não dispunham da mandioca amarga, ou brava – vegetal que teria origem amazônica –, pois não fabricavam os grandes pratos assadores que facilitam a preparação da farinha. No entanto, devemos lembrar que há outras formas de preparar a mandioca brava, e os Una, moradores dos abrigos do vale do rio Peruaçu, dispunham de mandioca, embora também não tivessem pratos assadores.

No início do segundo milênio da nossa era, grupos provavelmente aparentados, que tinham também aldeias circulares, ocupavam o estado de Tocantins e as regiões mais secas do Mato Grosso. Logo penetraram no estado de Goiás, empurrando para sudeste os Aratu. Seus vestígios formam o que os arqueólogos chamam Tradição Uru. Traziam algumas novidades: o hábito de colocar cinzas vegetais (cariapé) como antiplástico na pasta da cerâmica – o que a torna mais leve e porosa que as cerâmicas Aratu/Sapucaí, cujo antiplástico é de areia silicosa. Também dispunham de grandes pratos assadores, típicos das populações que fazem beiju, e fabricavam grandes vasilhas para cozinhar com fundo plano, que facilita a estabilização. Ambas as características sugerem uma origem ou pelo menos uma influência amazônica. A indústria lítica não se diferencia do instrumental Aratu/Sapucaí.

Alguns estudos de sítio mostram possíveis diferenças de status ou de função entre as casas de duas metades opostas de uma aldeia. Os recipientes de fabricar farinha para trabalhar a mandioca, ou os vasos “intrusivos” tupiguarani, por exemplo, podem estar concentrados em determinado setor.

Isso lembra as diferenças de status entre os clãs hierarquicamente superiores nas aldeias dos Bororo, ou entre os simples membros do grupo e os chefes jê (geralmente polígamos), cujas mulheres estão encarregadas de processar grande quantidade de alimentos vegetais para as festas.

Nessa passagem do primeiro para o segundo milênio da nossa era, multiplicam-se os sinais de conflitos no Brasil central e ocidental. Os portadores da Cultura Aratu/Sapucaí vêm seus territórios ameaçados não apenas por grupos chegados da Amazônia – como os Uru –, mas também por populações oriundas da bacia do Paraná (proto guarani) e do litoral (prototupi). Em todos esses casos, as infiltrações e invasões parecem seguir o curso dos rios principais: Alto Paraná, Grande, Doce, São Francisco, Araguaia e Tocantins. É tentador ligar esses acontecimentos a uma série de sítios de gravuras rupestres encontrados ao longo das rotas fluviais mais ocidentais. Nesse caso, poderiam estar marcando simbolicamente a posse dos trechos disputados – mas isso não passa ainda de hipótese, pois não há datação segura para esses conjuntos gravados. Os de Goiás chegaram a ser reunidos sob a denominação de “Tradição Horizontal”, mas participam de um fenômeno de extensão geográfica bem maior.

O contato entre portadores de tradições diferentes implica tanto choques quanto trocas, alianças e sincretismos. Por exemplo, é frequente encontrar alguns vasos tupiguarani numa aldeia aratu ou una, fosse porque uma mulher tupiguarani tivesse sido integrada ao grupo, fosse porque houvesse trocas de objetos ou rapto. Supõe-se hoje que a conhecida tribo dos índios Bororo tenha se formado no século XVII pela fusão de grupos Tupi e Jê, que se teriam unido para criar uma sociedade original.

A tradição rupestre dos lajedos

Encontra-se, desde a Argentina, no sul, até o estado de Goiás, ao norte, passando pelo Paraguai oriental e o Mato Grosso, grande número de sítios de arte rupestre em lajedos situados na calha dos rios e por vezes até submersos durante as enchentes. As gravuras incluem sobretudo círculos (simples, concêntricos, com ponto central), por vezes interligados por linhas sinuosas de até vários metros de comprimento. A eles podem estar associados traços retos convergentes, evocando pisadas de aves. É por vezes possível verificar que aparecem tardiamente na sequência da arte rupestre local, o que leva a maioria dos arqueólogos a atribuí-las aos ceramistas

Aratu ou Sapucaí.

Os ceramistas do Maranhão

Na fronteira entre o domínio da floresta amazônica e as extensões de caatinga do Nordeste, antigas prospecções realizadas em 1919 evidenciaram a existência de ricos sítios no baixo curso do rio Pindaré (MA): as bases de centenas de postes preservaram-se no ambiente pobre em oxigênio de lagoas pouco profundas. Na falta de estudos arqueológicos, não sabemos se eram esteios de sustentação de plataformas sobre as quais seriam estabelecidas casas sobre palafitas, ou se constituíam restos de paredes de troncos de casas originalmente estabelecidas em terra firme, mas que teriam sido abandonadas em razão de uma subida do nível das águas.

No fundo das lagoas rasas foram coletados milhares de cacos de uma cerâmica original, com as paredes marcadas por impressões de folhas e de cestaria, feita na pasta ainda úmida e com apêndices eventualmente zoomorfos. Lâminas de machado de pedra, com a parte posterior mais larga que o gume, e pequenas esculturas de rãs em pedra verde (chamadas *muirakitãs*) sugerem uma influência de culturas amazônicas. Seria muito importante estudar de novo essas ocorrências que talvez pudessem documentar as relações que com certeza existiram entre o Nordeste e a Amazônia.

A onda tupiguarani

A DENOMINAÇÃO “TUPIGUARANI”, utilizada pelos arqueólogos para designar uma Tradição caracterizada essencialmente por um tipo de cerâmica, presta-se a confusão e precisa ser explicada. “Tupi” e “Guarani” são termos aplicados desde o século XIX pelos pesquisadores a populações que falam línguas aparentadas; fazem parte de um “tronco” linguístico comum, chamado “tupi-guarani” (escrito com hífen), da mesma forma que as línguas neolatinas atuais derivam do latim. As línguas tupi (encontradas ao norte do estado de São Paulo) e as línguas guarani (ao sul do rio Paranapanema) são muito próximas entre si – como o são espanhol e o português. Por isso são chamadas Guarani as populações meridionais (que vivem hoje no Paraguai, no Rio Grande do Sul e até no litoral de São Paulo), e Tupi as populações do norte, embora elas usem outros termos para designar a si mesmas.

Muitas das tribos tupi ou guarani que existiam no século XVI estão extintas (como os Tupinambá do litoral carioca, os Tamoio de Santa Catarina, os Mundurucu da Amazônia), enquanto outras ainda povoam o Paraguai ou espalham-se pela Bolívia (Siriono), Brasil (Kaapor, Tapirapé, Kamayura, Araweté etc.) e chegam até a Guiana Francesa. No século XVI, os primeiros colonos e missionários europeus notaram a existência de hábitos e crenças comuns entre as populações que falavam essas línguas aparentadas. Por outro lado, mencionam as vasilhas cerâmicas de forma e decoração muito peculiares fabricadas pelas mulheres – sobretudo tupinambá. Por isso, os arqueólogos passaram a considerar que os restos arqueológicos de potes parecidos na sua forma e decoração com as vasilhas tupiguarani teriam sido deixados por ancestrais desses povos, possivelmente de fala tupi-guarani.

No entanto, não podendo se afirmar com certeza que línguas falavam os homens pré-históricos, criaram um termo ambíguo que sugeria uma relação entre os membros de um tronco linguístico (tupi-guarani), etnias reconhecidas pelos europeus (os Tupi e os Guarani) e os fabricantes e usuários pré-históricos da cerâmica policroma, sem afirmar que se trataria

de uma identidade. Esse termo é tupiguarani (sem hífen). A palavra se aplica, portanto, exclusivamente aos achados ligados a um tipo de cerâmica, não implicando homogeneidade automática na língua e nos costumes dos seus portadores.

Mesmo assim, os vestígios tupiguarani mais tardios são datados do contato com os europeus e podem ser atribuídos com certeza aos Tupinambá, Tupiniquim ou Carijó. Entramos assim no domínio da proto-história, e seria ridículo recusar *a priori* a utilização das informações fornecidas pelos cronistas e etnólogos, com a condição de não esquecermos que muitas modificações devem ter ocorrido ao longo do milênio durante o qual perdurou essa Tradição ceramista. Por isso, não seguimos completamente os colegas que, há pouco, decidiram sugerir uma relação estreita entre os grupos históricos e as populações conhecidas apenas pela arqueologia. Dessa forma, falam de uma “Subtradição Guarani” para os sítios meridionais e de uma “Subtradição Tupinambá” para os sítios setentrionais.

Reconhecendo a diferença entre os vestígios arqueológicos das duas regiões, preferimos falar, nesse texto, de uma “Subtradição Proto guarani” e de outra, “Prototupi”. Com efeito, o termo “Tupinambá” é muito específico e ligado a uma tribo particular, e certamente não representa todos os grupos setentrionais. Muito menos podemos afirmar que essa tribo existia vários séculos antes da chegada dos portugueses ao Brasil, quando a cerâmica tupiguarani já estava sendo fabricada no litoral.

O domínio tupiguarani

Os vestígios dos povos Tupiguarani encontram-se desde as Missões e o rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil central. De fato, ocuparam de preferência as regiões de floresta tropical e subtropical. É alta a densidade de sítios ao longo da faixa de Mata Atlântica e ao longo dos rios da bacia do Prata.

Os Tupiguarani parecem ter procurado os terraços fluviais ocupados pelas matas ciliares, cujo solo rico em matéria orgânica favorece a agricultura de

coivara. Nas suas plantações, davam grande importância à mandioca amarga. Não gostavam de se afastar dos rios navegáveis, pois parecem ter-se deslocado sobretudo em canoas, e apreciavam morar na proximidade de corredeiras, onde era fácil instalar barragens e armadilhas para capturar os peixes. Com efeito, a pesca devia ser a sua maior fonte de proteínas. Mesmo assim, vários caminhos indígenas garantiam uma ligação terrestre entre o litoral e o interior. No século XVI, os primeiros colonizadores europeus aproveitaram um deles, o Peabiru, que ligava Paranaguá à região onde se encontra atualmente Assunção. Alguns trechos desse caminho ainda são visíveis.

A ocupação dos Tupiguarani foi extremamente densa em certas regiões, como a baía de Guanabara, de onde tinham expulsado ou absorvido as populações anteriores. Em outras partes do Brasil, dominavam os baixos vales dos rios principais e o litoral, enquanto as zonas acidentadas eram ocupadas por populações arredias. Arriscaram-se, enfim, em alguns sertões interioranos. Dessa forma, o domínio dos Tupiguarani parece mais uma teia de aranha que um território contínuo.

Supondo-se que os grupos pré-históricos fossem parecidos com os do século XVI, haveria várias confederações coordenadas por chefes de guerra, configurando um território (*guará*, em Guarani). Cada *guará* congregava um número variável de comunidades (*tekohá*) – cujas aldeias maiores possuíam entre várias centenas e alguns milhares de habitantes. As aldeias (*amunda*) eram compostas por uma ou várias grandes casas coletivas (*teii oga*, ou *oca*), e em cada qual morava uma linhagem com dezenas de pessoas.

Em São Paulo e no Paraná, as casas identificadas pelos arqueólogos medem por vezes várias dezenas de metros de diâmetro, mas na maioria das regiões elas são menores (cerca de 10m). Os cronistas do século XVI mencionam até mais de 200 pessoas em cada casa no litoral carioca e informam que as maiores delas eram cercadas por paliçadas, em geral consideradas imitações das fortificações europeias. De fato elas são concebidas de modo bem diferente, com os postes afastados uns dos outros, de modo a impedir a passagem dos atacantes, mas facilitando o tiro de setas, sem que houvesse necessidade de subir para o topo da cerca. A existência de vestígios de muros e valetas, datados do início do segundo milênio da nossa era, delimitando espaços em locais elevados, tanto no Alto Xingu quanto nas regiões de domínio Taquara-Itararé, ou no Acre, sugere que uma insegurança generalizada tinha levado muitos grupos indígenas – Tupiguarani ou não – a usar estruturas de proteção naquele período.

As plantas das aldeias levantadas pelos arqueólogos mostram que, à diferença do que ocorria entre os grupos Aratu/Sapucaí, as ocas raramente organizavam-se ao redor de uma praça central, mas agrupavam-se de forma irregular. No sul do Brasil, em particular ao longo do rio Paranapanema, os fundos da habitação correspondem a terras pretas espessas de algumas dezenas de centímetros que foram provavelmente ocupadas (ou reocupadas) durante muitos anos e até decênios. No Brasil central, as ocupações devem ter sido menos duradouras, pois as terras pretas são ausentes ou pouco espessas; no entanto, fatores ambientais influem também em seu desenvolvimento.

A indústria tupiguarani

Desse grupo, foi estudada sobretudo a cerâmica, cujo fabrico e utilização eram certamente tarefas femininas desde o período pré-histórico. As poucas análises sistemáticas de habitações já realizadas sugerem que, num mesmo momento, cada família nuclear devia dispor de uma bateria bastante reduzida de recipientes: grandes vasilhas (chamadas *cambuchi* pelos Guaraní históricos e *igaçaba* pelos Tupi) medindo até quase 1m de diâmetro para guardar água, *cauim* – a bebida feita pelas mulheres com mandioca ou milho mastigado – e eram eventualmente reutilizadas para o sepultamento definitivo dos adultos; panelas de tamanho médio (chamadas *yapepó* em língua guarani) para cozinhar; pequenos recipientes abertos (tigelas medindo entre 20 e 30cm de diâmetro) para apresentar a comida e a bebida.



Figura 38. Urna (*cambuchi*) para preparação de *cauim* e sepultamento dos mortos, Brasil meridional

Algumas formas diferenciam a região que chamamos “protoguarani” (ao sul do rio Paranapanema) das regiões mais setentrionais (que chamamos “prototupi”). As tigelas (chamadas *caguaba*) para *cauim*, as caçarolas cônicas (*ñaeta*) e as vasilhas miniaturas com 5 a 12cm – certamente brinquedos feitos por ou para meninas – são características do sul; as grandes vasilhas abertas de forma quadrangular, oval ou circular são muito comuns ao norte do Paranapanema, ao contrário das *igaçabas*, cada vez menos frequentes à medida que se vai mais para nordeste. No vale do rio Doce, essas vasilhas quadrangulares se encontram também em formato pequeno e são mais estreitas que as demais.

As ilustrações de Hans Staden mostram as mulheres cuspiendo nesses pratos a mandioca mastigada ou guardando neles os intestinos de um sacrificado. Em Minas Gerais, vasilhas de paredes verticais e de boca oval, decoradas por ungulações, eram reservadas ao sepultamento de crianças.

Ao contrário das grandes vasilhas piriformes aratu/sapucaí, *igaçaba* e *yapepó* tupiguarani apresentam um ombro marcado muito característico, e suas vasilhas em geral têm um reforço de borda, por vezes decorado, também típico dessa cultura. Os potes apresentam assim grande semelhança com as frutas da sapucaia (árvore relacionada com o mundo dos mortos na mitologia dos Tupi do século XVI). As oleiras gostavam de criar formas complexas, com ombros múltiplos ou escalonados, certamente para mostrar sua maestria. De fato, a fabricação da grande *igaçaba* requer muita habilidade: escora durante a montagem dos roletes, secagem, escolha de argilas de textura especial, inclusão de antiplásticos estáveis, como o caco moído, dosagem diferenciada destes em função das diversas espessuras de parede para evitar a quebra durante a queima. De qualquer forma, as oleiras meridionais parecem ter sido mais orgulhosas das formas complexas e da qualidade das decorações plásticas que faziam na pasta fresca das vasilhas de grande e médio porte; as mulheres do Norte, como veremos, investiam mais na realização de sofisticadas decorações pintadas, aplicadas nas tinas de forma oval ou quadrangular, e se preocupavam menos com a perfeição dos volumes das vasilhas.

A indústria lítica não é muito sofisticada, mas varia bastante, dependendo das regiões. Às vezes parece com a dos demais grupos horticultores seus contemporâneos. No sul do Brasil, alguns pesquisadores consideram que muitos sítios até então identificados como Humaitá seriam de fato ateliês

tupiguarani de trabalho na pedra. No litoral carioca, o instrumental de pedra é raríssimo e atípico. No entanto, os vestígios lascados são em geral mais numerosos do que a bibliografia deixa supor. Os instrumentos mais comuns são pequenas lascas cortantes, não retocadas, de quartzo, ágata ou calcedônia, obtidas por percussão sobre uma bigorna. Encontram-se também lascas de preparação das pré-formas de lâminas polidas em rocha básica (basaltos, diabásios, anfibolitos). Alguns pequenos seixos de forma ovoide e bem-polidos eram provavelmente utilizados para alisar a cerâmica antes da queima, enquanto outros poderiam ser brinquedos. Plaquetas rugosas de arenito ou gnaiss apresentam facetas de polimento que resultam da ação como polidor manual na fabricação de lâminas, ou canaletas, quando foram usadas como calibradores para objetos cilíndricos.

Os objetos polidos são lâminas de machado e cinzéis. A forma mais comum das primeiras é trapezoidal e achatada (sendo por isso alcunhadas de “petaliformes”), e deviam se encaixar numa abertura praticada no cabo. Mas existem também, do sul do Brasil até a Argentina, lâminas de forma troncônica, com sulco periférico para encordoamento ou cabo dobrado.

No Brasil central, procurava-se especialmente a silimanita, matéria de excelente qualidade e que adquire um aspecto muito bonito após o polimento, mas que é disponível apenas em blocos pequenos; por isso, a forma das maiores lâminas costuma não ser completamente regularizada, para não desperdiçar a massa inicial de matéria-prima. Em compensação, existem lâminas em miniatura perfeitamente regularizadas que talvez fossem consideradas verdadeiras jóias.

No Rio Grande do Sul e na Argentina aparecem as *itaíça*, discos de pedra com gume periférico perfurados para a passagem do cabo. No século XVI, U. Schmidel informa que eram enfiados no galho de uma árvore. Algum tempo depois, cortava-se o galho que tinha crescido e preenchido o orifício, obtendo-se uma arma com fixação perfeita. Instrumentos de alto valor simbólico eram os *tembetá*, adornos inseridos na boca, atravessando o lábio inferior ou as bochechas. Sabemos que, historicamente, esse adorno, feito de cristal de rocha transparente ou de pedras verdes (amazonita), era reservado aos varões. Os mais característicos apresentam uma forma em “T”, cuja “barra” transversal curta era inserida na boca, enquanto o cilindro que corresponde à haste do “T” se projetava para o exterior.

Por infortúnio não há vestígios dos instrumentos feitos com matérias orgânicas – provavelmente os mais numerosos. De novo devemos recorrer

aos cronistas europeus do século XVI, que falam dos grandes arcos de madeira, dos *tacape* utilizados ritualmente para executar os prisioneiros sacrificados e das grandes canoas de tronco que carregavam até duas dezenas de guerreiros. Hans Staden menciona também os paus de fogo dos Tupinambá, as redes de algodão, seus adornos de concha e de pena de avestruz, e os *maracá* (cabaças-chocalho que permitiam o contato com espíritos). Seus desenhos mostram também as barragens-armadilhas feitas nos rios do litoral para capturar os peixes durante a piracema.

A vida comunitária: alimentação, guerra, rituais e arte

O tamanho de muitas *ocas* encontradas pelos arqueólogos mostra que, desde a pré-história, elas abrigavam famílias extensas. Segundo os cronistas, cada aldeia era politicamente independente e dirigida por consenso pelos chefes de *oca*. Mas várias delas costumavam se reunir em confederações militares encabeçadas por chefes de guerra – os *morubixaba*, que podiam mobilizar milhares de guerreiros. No século XVI, enquanto a maioria dos chefes de família extensa desempenhava também as funções de pajé, predadores ambulantes – os *caraíba* – de grande prestígio viajavam de um território para outro.

Os mesmos cronistas confirmam que a mandioca era a base alimentar entre os Tupi, enquanto o mesmo papel era desempenhado pelo milho na região Guarani, de clima mais frio. A farinha de mandioca, misturada com a farinha de peixe torrada no moquém, que se conserva alguns dias, permitia dispor de reservas alimentares adequadas durante as expedições de guerra. Além de milho e mandioca (brava e doce), cultivavam batata-doce, feijão, pimenta, amendoim, abóbora e abacaxi. Plantavam algodão para fazer redes e tabaco para os rituais de defumação.

As operações militares em geral não tencionavam conquistar terras (o que talvez explique a estabilidade da fronteira do Paranapanema entre prototupi e proto guarani) nem matar os inimigos, mas prover a tribo de prisioneiros, cujo sacrifício ritual, seguido do consumo da carne, era necessário à continuidade da sociedade. Nesse aspecto, podemos lembrar da existência de diversos sistemas americanos de guerras rituais, incluindo a “guerra florida” mesoamericana, instituída para prolongar o autossacrifício divino que permitiu o movimento do Sol ao redor da Terra.

Os rituais antropofágicos não deixaram muitos vestígios arqueológicos, fora alguns raros casos de ossos humanos quebrados e queimados encontrados na baía de Guanabara. De fato, sabemos um pouco mais sobre os costumes funerários dedicados aos membros da comunidade, à medida que alguns mortos, enterrados de modo provisório numa cova até as carnes apodrecerem, tinham seus ossos finalmente depositados num *cambuchi* ou *igaçaba*. Muitas vezes o corpo era acompanhado por vasilhas pintadas (*caguaba* para beber o *cauim* no sul; bacias ovais ou quadrangulares para prepará-lo, no norte).

Só podemos imaginar a arte musical ou plumária dos Tupiguarani a partir dos relatos dos cronistas sobre os Tupinambá do século XVI (Jean de Léry registrou partituras) ou das poucas suntuosas capas de pena de papagaio conservadas em museus da Europa. Porém, a decoração da cerâmica pode ser observada em milhares de peças arqueológicas.

Com efeito, as mulheres decoravam a grande maioria de suas vasilhas. As oleiras do sul investiam mais na qualidade das decorações plásticas (feitas modificando o relevo das superfícies antes que os potes secassem), as do domínio prototupi dedicavam seus maiores esforços em realizar maravilhosos desenhos pintados em linhas pretas ou vermelhas sobre um fundo branco.

De forma geral, as panelas yapepó eram decoradas por corrugações ou acaneladuras que reproduziam o aspecto de um couro de jacaré. As grandes *cambuchi-igaçaba* podiam ser deixadas sem decoração, ou receber desenhos pintados no ombro (sobretudo no sul) ou, ainda, serem corrugadas. Vasilhas menores eram decoradas por ungulações – impressões de unhas ou de caniços, formando padrões geométricos simples. As *caguaba* do sul e as bacias do norte eram exclusivamente pintadas – talvez para salientar sua relação com os rituais da morte e do *cauim*.

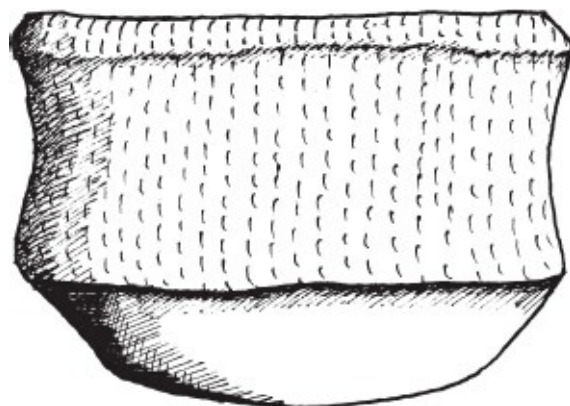


Figura 39. Vasilha de forma elíptica decorada por ungulações e usada em sepultamento de crianças.

Embora os desenhos sejam considerados geométricos, pudemos verificar que muitos deles evocam elementos corporais: cabeças (no Rio Grande do Norte), corpos inteiros ou esquartejados, ossos e provavelmente intestinos (litoral carioca e sul de Minas Gerais). Algumas peças do litoral central são verdadeiras obras-primas, nas quais a descoberta dos motivos – realizados com uma profusão de linhas espessas de uma fração de milímetro que criam um desenho em teia de aranha – requer um verdadeiro esforço de adaptação da vista. As regras que regem a elaboração dos desenhos, as cores a serem utilizadas, os temas destinados à periferia da vasilha e os que ocupam a parte central correspondem a um verdadeiro código que apenas agora começa a ser desvendado.

A grande questão: qual é a origem dos Tupiguarani?

A origem da cultura tupiguarani é ainda obscura. A grande densidade de população de fala guarani na bacia do Paraná e dos seus afluentes (incluindo todo o Brasil meridional), assim como a importância da decoração corrugada (presente em cerâmicas antigas da Argentina), fez alguns pesquisadores pensarem em uma origem platina. Por outro lado, os atuais povos de fala tupi encontram-se dispersos em várias partes da bacia Amazônica, de onde os linguistas acreditam ser originário o tronco linguístico tupi-guarani.

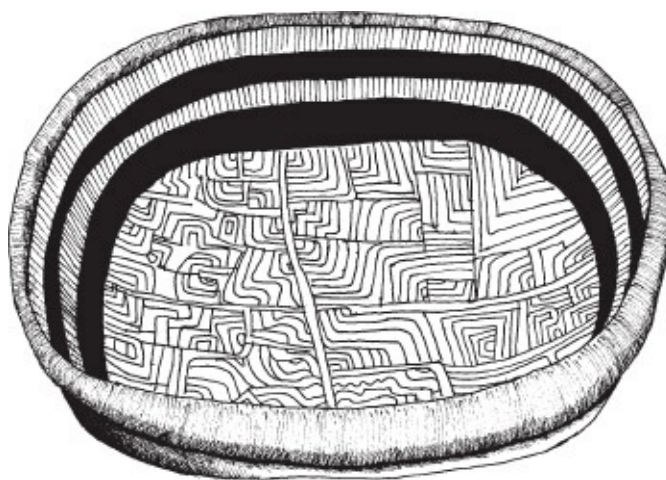


Figura 40. Bacia pintada, Rio Grande do Norte.

De origem amazônica seriam também vários aspectos da cultura material:

agricultura de *coivara*, importância da mandioca amarga, pintura policrômica aplicada na cerâmica, sem falar da ligação preferencial com áreas de mata. Uma das hipóteses atuais sugere que povos prototupiguarani teriam saído da Amazônia vários milênios atrás (antes, portanto, de dispor de cerâmica). Uma onda migratória ocidental teria se dirigido pelo rio Madeira para a bacia do Paraná, atingindo o Rio Grande do Sul antes de infletir sua rota para leste e para o norte, seguindo então o litoral brasileiro até o Paraná, dando nascimento aos proto guarani. Outra onda, oriental, teria descido pelo litoral até o sul de São Paulo, onde as duas populações, prototupi e proto guarani se teriam encontrado de forma belicosa.

Sabemos que as pregações dos sacerdotes *Caraíba* do século XVI provocaram migrações de populações inteiras para a “Terra Sem Mal”, um paraíso mítico. Esse fato parece sustentar a hipótese de hábitos migratórios tradicionais. Mas não há prova de que tais movimentos tenham ocorrido na pré-história. Pelo contrário, a estabilidade das fronteiras estilísticas (visíveis a partir das formas de cerâmica e dos padrões de pintura) sugere que a maioria das populações permaneceu durante séculos em territórios tradicionais. Talvez as correntes messiânicas e migratórias do século XVI tenham sido uma resposta à in quietação provocada pela chegada dos europeus.

De fato, as datações radiocarbônicas mais antigas encontram-se na região Sul do Brasil – ou no litoral do Rio de Janeiro –, e não se entende muito bem como populações saídas há milhares de anos da Amazônia – na qual ainda não existia cerâmica policroma – teriam levado consigo uma tradição de pintura ainda inexistente. Não se pode, no entanto, descartar a possibilidade de que já pintassem em outros tipos de suporte, tais como a plaqueta de pedra coberta por desenhos recentemente encontrada em escavações no litoral do estado da Bahia ou em recipientes vegetais (cuias). Dessa forma, o mistério da origem dos Tupiguarani se mantém. Mas com certeza os diferentes grupos mantinham muitas relações entre si, caso contrário as diferenças entre as ocorrências do rio da Prata e do Maranhão seriam bem maiores que as documentadas pela arqueologia e que aquelas que os etno-historiadores ou etnólogos podem encontrar.

Arqueologia amazônica

A AMAZÔNIA FOI POUCO explorada arqueologicamente entre 1950 e 1990, sendo por isso uma área muito mal conhecida. Durante boa parte da segunda metade do século XX, supunha-se que o ambiente amazônico não sustentaria grupos humanos numerosos o bastante para desenvolver sociedades “complexas” hierarquizadas, nem facilitaria a sobrevivência de caçadores-coletores. Nesse caso, os relatos dos cronistas que desceram o rio Amazonas nos séculos XVI e XVII e que descrevem populações numerosas seriam totalmente fantasiosos.

Tais suposições são hoje bastante combatidas, e projetos arqueológicos desenvolvidos a partir dos anos 1990 na Amazônia brasileira, peruana, equatoriana e boliviana trazem elementos que renovam o debate, embora ainda não permitam conclusões definitivas.

Com efeito, encontram-se ao longo do baixo Amazonas terras pretas com vários quilômetros de extensão e mais de 1,5m de espessura. Porém, não se comprovou ainda que resultavam da instalação contínua de uma densa população, e não de um grande número de reocupações por pequenos grupos. Quanto ao investimento necessário à edificação das estruturas de terra que se encontram em várias partes da Amazônia, pode-se discutir se ela exigia uma coordenação centralizada e chefes dispendo de autoridade política e força de coerção. Ou seja, será que as sociedades indígenas da Amazônia sempre foram do tipo que se conhece hoje, com poucas centenas ou dezenas de integrantes, líderes sem poder efetivo e ausência de especialização social – com exceção dos cargos de xamã e de líder? Ou será que a situação atual resultaria do desaparecimento de sociedades maiores e mais complexas em razão da pressão dos colonizadores?

As primeiras populações

Houve na Amazônia uma fase bastante seca, entre 18.000 e 12.000 anos atrás. Por isso, chegou-se a pensar que a mata tinha quase desaparecido, substituída por uma grande extensão de cerrados, no interior da qual teriam

resistido “ilhas” florestais. De fato, acredita-se hoje que o recuo das matas tenha sido moderado, embora um “corredor” de vegetação mais aberta talvez tenha existido no meio da hileia, facilitando uma passagem terrestre no sentido norte-sul para os primeiros colonos.

Em todo caso, parece que a mata atual estava estabelecida no início do Holoceno, período durante o qual algumas flutuações climáticas menores, causadas por episódios do tipo do El Niño, causaram em vários momentos um déficit em água. Isso determinou ou facilitou a propagação de incêndios catastróficos. Alguns arqueólogos acreditam que eles poderiam justificar êxodos de populações e sua posterior substituição por outros grupos, explicando a sucessão das tradições ceramistas na Amazônia. No entanto, trata-se de uma hipótese ainda não comprovada.

As mais antigas datações vêm de escavações realizadas no abrigo da Pedra Pintada de Monte Alegre, no Pará. Entre 10.000 e 11.200 anos atrás, encontram-se vestígios de uma densa ocupação de caçadores, pescadores e coletores que deixaram instrumentos de pedra lascada: milhares de lascas e várias pontas de dardo bifaciais, bem como lesmas unifaciais, lembrando a Tradição Itaparica do Brasil central. Pigmentos minerais preparados indicam que parte das pinturas rupestres do abrigo pode ter sido elaborada nessa época. Os restos alimentares incluem muitas espécies vegetais, inclusive a castanha-do-pará e numerosos coquinhos.

Na bacia do rio Guaporé, o abrigo do Sol também forneceu evidências de ocupação até cerca de 12.000 anos atrás, mas os dados sobre elas ainda não foram publicados.

Sabemos pouco sobre os milênios seguintes, por falta de prospecções e escavações sistemáticas. Mas, contrariando uma opinião tradicional de que não haveria indústrias de pedra lascada na Amazônia, as escavações recentes realizadas em Roraima e na região de Manaus mostram que, onde existiam afloramentos de rocha adequados, os homens pré-históricos produziram lascas cortantes, pontas de projétil com aletas e pedúnculo, e lâminas de machado lascadas. Dessa forma, a presença de caçadores está bem-comprovada entre 8.000 e 3.000 anos atrás em várias partes da bacia Amazônica.

Em sítios de coleta de moluscos – modestos sambaquis do baixo Amazonas e do litoral norte-maranhense – aparece uma cerâmica muito antiga, talvez a mais antiga das Américas, datada de pelo menos 5.500 anos, possivelmente 7.000 anos. As condições climáticas não permitiram a

preservação dos vegetais no sítios a céu aberto, e não se sabe quando teve início o cultivo de plantas. Deve ter sido há mais de 4.000 anos, pois nessa data a mandioca apareceu no Peru, muito provavelmente trazida da bacia Amazônica, de onde seria originária. De qualquer forma, foi preciso esperar o início da Era Cristã para que os sítios arqueológicos (reconhecidos sobretudo pela presença em superfície de vestígios cerâmicos) se multiplicassem. A maioria deles foi agrupada em duas grandes tradições, ambas reconhecíveis a partir do século IV ou V da nossa era.

A primeira, cujas mais antigas manifestações encontram-se na ilha de Marajó, é caracterizada por uma cerâmica decorada com padrões pintados complexos. Sendo por isso chamada Tradição Policroma, apresenta uma versão oriental (Subtradição Marajoara); e outra, ocidental (Subtradição Guarita). Esta parece ter-se desenvolvido no sentido leste-oeste, ao longo do rio Amazonas, a partir de sua foz, até alcançar os primeiros contrafortes dos Andes.

A segunda tradição parece oriunda das Guianas e da Venezuela, também no século IV. Ela penetra posteriormente a Amazônia brasileira, seguindo um eixo norte-sul. Chamada Tradição Incisa-Ponteadada, em razão de uma decoração típica, inclui as famosas cerâmicas chamadas de Santarém ou dos Tapajós.

A Tradição Policroma

A parte central da ilha de Marajó é formada por uma zona sedimentar plana, poucos metros acima do nível do mar. Durante vários meses do ano, a região é coberta por um lençol de água pouco profunda; no período mais seco, sobram lagoas e uma densa rede de pequenos rios. No início da Era Cristã, levantaram-se aterros artificiais nesse ambiente inundável para permitir a permanência durante a época das cheias. No século V multiplicam-se esses montículos, nos quais aparece uma cerâmica de excepcional qualidade, denominada “marajoara”, que perdura pelo menos até meados do século XIV. Chamados “tesos” pelos atuais moradores, os aterros alinham-se às dezenas ao longo dos rios principais, ou ao redor do grande lago Arari.

Embora não se saiba se todos os aterros de um mesmo local eram ocupados ao mesmo tempo, nota-se em geral a existência de montículos menores (entre 10 e 70m de comprimento, menos de 5m de altura),

enquanto alguns outros alcançam mais de 200m de comprimento e podem ultrapassar os 6m de altura. A largura oscila entre 8 e 15m. Muitos apresentam dois patamares no topo. Talvez ambos fossem habitados e houvesse uma oposição entre duas “metades” sociais (uma divisão entre gente do leste/gente do oeste, ou, ainda, entre metade alta e metade baixa, é comum entre as populações indígenas sul-americanas). É também possível que um dos patamares fosse um espaço comunitário (praça com caráter político e cerimonial), ou ainda dedicada aos cultivos. Aventa-se a possibilidade de que os maiores aterros fossem cerimoniais (neles seriam encontrados mais cerâmica decorada e maior número de sepultamentos), mas as pesquisas já realizadas são insuficientes para resolver essas questões. De fato, não houve escavações de grandes superfícies que permitissem verificar as funções de algum teso. (Habitação, cemitério, ou ambas as coisas? Campo de cultivo e habitação? Residência de elite ou de gente comum? Ou espaço dividido entre as duas categorias?)

Qual seria a base econômica, num ambiente considerado muito pobre, para sustentar populações tão numerosas (vários milhares de pessoas nos principais sítios), diferenciadas (a qualidade da cerâmica sugere a existência de artesãos especializados) e capacitadas para realizar os grandes aterros que necessitavam um alto grau de investimento e organização? Foi recentemente levantada a hipótese de que os Marajoara teriam explorado a rica polpa das palmeiras (o *sagu*) encontradas na parte ocidental da ilha. Acreditamos, sobretudo, que vários aterros seriam dedicados à agricultura – a técnica de estabelecer “campos elevados” é amplamente difundida na América Central e andina, nas Guianas e nas terras baixas bolivianas.

Existem vários estilos regionais de cerâmica decorada (os de Camutins e de Pacoval do Arari, por exemplo), e os elementos gráficos parecem ter evoluído no tempo, mas descreveremos aqui apenas os elementos comuns.

Cada tipo de forma apresenta uma decoração dominante. Muitos vasos são antropomorfos (em particular, as urnas dentro das quais guardavam os ossos dos mortos, pintados de vermelho após descarnamento) ou zoomorfos. Outros apresentam apliques modelados em forma animal ou de cabeça humana, enquanto as superfícies são geralmente decoradas com motivos incisos ou excisos.

Existem vários modelos de urnas, com 30 a 80cm de altura. As de tipo “Joanes pintado” têm forma globular e figuram uma cabeça humana – aparentemente feminina, com representação de uma face em cada um dos

dois lados opostos do pote. Os olhos, grandes e redondos, evocam por vezes uma coruja e por vezes o deus mesoamericano Tlaloc. A boca parece descarnada, como a dos seres do inframundo (residência dos mortos) maia. Entre as orelhas das duas faces se insere um ser fantástico, com olhos parecidos com escorpiões.

As urnas de tipo “Pacoval inciso” representam um corpo feminino inteiro, com os seios e o triângulo pubiano bem destacados. Os olhos são em forma de escorpião, e uma cabeça de urubu-rei associada a uma cobra por vezes substitui os braços, enquanto as pernas são pequenos apliques. Em ambos os casos, a superfície dessas urnas é coberta por um engobo branco e decorada por linhas espiraladas, incisas ou pintadas, que poderiam representar pinturas corporais.



Figura 41. Urna marajoara de tipo “Joanes pintado”.

Urnas chamadas “tubulares” possuem uma base geralmente globular e decorada com cobras, prolongada em altura por um grande cilindro que apresenta uma imagem de lagarto ou jacaré aplicada em lados opostos.

Considera-se que as pequenas tigelas decoradas com incisões – muitas delas em forma de casco de tartaruga – seriam destinadas a apresentar substâncias alucinógenas. Há muitos objetos fabricados em cerâmica e eventualmente decorados: bancos, tortuais de fuso, conchas, colheres, adornos auriculares. Os mais conhecidos são tangas de forma triangular; a

maioria é apenas recoberta por um engobo vermelho, mas outras receberam um engobo branco sobre o qual aparecem delicados desenhos geométricos ou zoomorfos, traçados com finas linhas vermelhas. Estes desenhos sugerem frequentemente uma cara humana ou animal. Destacam-se também estatuetas “femininas” (pelo desenho do triângulo pubiano) sentadas, mas cuja forma geral é obviamente fálica – a cabeça formando a glândula, e as pernas dobradas, o escroto. Finalmente, podemos dizer que a arte marajoara destaca o jogo de complementaridade entre os dois sexos e gosta de substituir elementos do corpo humano por representações animais (olho = escorpião; braço = cobra etc.), seguindo a mesma concepção dos kennings de várias culturas andinas, de Chavin até Paracas.



Figura 42. Tanga marajoara.

Os instrumentos de pedra são raros e eram provavelmente preciosos, pois não há rocha aflorando na região. São lâminas de machado em rocha basáltica, extremamente desgastadas em razão das dificuldades de substituição, ou adornos de pedra verde, encontrados nas mais ricas urnas funerárias. As diferenças entre os sepultamentos fazem com que se pense ter existido uma sociedade hierarquizada, com um pequeno grupo de dirigentes, que dispunham de maiores recursos, e uma maioria de pessoas comuns.

A fase marajoara não está isolada. Quando se sobe o curso do rio Amazonas, entre Santarém e Manaus, aparecem muitas terras pretas, algumas datadas em cerca de 2.500 anos. No final do primeiro milênio depois de Cristo multiplicam-se os sítios com cerâmica decorada por policromia e, às vezes, com pequenos montículos funerários construídos com terra e cacos de cerâmica. Em várias regiões, as urnas apresentam em geral formato antropomorfo masculino. A tampa representa a cabeça,

eventualmente encimada por um pássaro. Perto de Manaus, blocos de quartzito e arenito acessíveis na calha do rio durante a vazante permitiram a elaboração de uma indústria lítica, com extração de lascas e formatação de lâminas bifaciais sobre bigorna.

No médio Amazonas, as ocorrências policrômicas da Subtradição Guarita são mais tardias, e não existem urnas funerárias. Certos potes apresentam um alargamento (*flange*) no meio dos flancos e um padrão de decorações incisas originais. No Amapá e na Guiana Francesa existem também cerâmicas policrômicas tardias (fase Aristé), encontradas particularmente em câmaras funerárias subterrâneas às quais se tem acesso por um poço vertical de alguns metros de profundidade.

A Tradição Incisa-Ponteada

Entre as manifestações da Tradição Incisa-Ponteada destaca-se a conhecida cerâmica tapajônica, cujos sítios ocupam a borda das terras altas que dominam os rios e lagoas entre Santarém e Óbidos. É conhecida essencialmente pelas coleções oriundas de escavações ilegais e que trouxeram poucas informações sobre os sítios. Estes são extensas e espessas terras pretas usadas atualmente como roças em razão de sua grande fertilidade. As datações por termoluminescência indicam uma idade entre 900 e 1.200 anos da nossa era. Os textos dos cronistas dos séculos XVI e XVII sugerem que os índios Tapajós, que formavam grandes aldeias e cujos chefes dispunham de milhares de guerreiros, seriam os continuadores da Cultura Santarém.

Três tipos de recipientes, muito padronizados, são particularmente notáveis. Os vasos de “cariátides” apresentam uma base anelar decorada por incisões, sobre a qual figuras femininas nuas, cobrindo a boca ou os olhos, sustentam um receptáculo em forma de tigela. Ao redor dela estão aplicadas modelagens em forma de urubus-reis que olham alternadamente para dentro ou para fora. Seriam estas vasilhas ligadas a rituais proibidos às mulheres (como os dos índios Javari da Amazônia de hoje)?

Outro tipo de vasilha, chamada “vaso de gargalo”, apresenta, sobre um pedestal, um bojo globular representando o corpo de um jacaré do qual saem duas cabeças opostas e simétricas. Acima do focinho “brincam” animais modelados como papagaios, pequenos quadrúpedes e macacos. Representações das patas do jacaré ou figuras de sapo estão aplicadas nos

flancos, e um gargalo vertical cilíndrico justifica a denominação dessa variedade.



Figura 43. Vaso de “cariátides” da Cultura Santarém.

A terceira categoria de vaso cerimonial comporta grandes cálices sobre pedestal, geralmente decorados no interior com figuras de cobra. Algumas vasilhas globulares representam figuras masculinas. Além de recipientes, foram modeladas numerosas figurinhas femininas nuas, em geral sentadas, que apresentam pinturas corporais, adornos auriculares, braçadeiras e complexos penteados. Algumas seguram um prato, uma delas está em trabalho de parto. Os olhos, em forma de grão de café, são particularmente típicos da Cultura Santarém.

O material lítico comporta lâminas de machado polidas, numerosos adornos em forma de sapo, feitos de pedras verdes (*muirakitã*) –, as mais preciosas na Mesoamérica e, ao que parece, na Amazônia também.

Mais ao norte e noroeste, ao longo do rio Trombetas e no baixo Nhamundá, foi reconhecida uma cerâmica semelhante – chamada konduri –, caracterizada por uma profusão de apliques modelados entre os quais dominam os sapos e o urubu-rei, e por uma representação diferente dos olhos. Nessa região foram encontradas algumas dezenas de estatuetas de esteatita (uma pedra fácil de se trabalhar por polimento) representando uma figura humana geralmente dominada e como protegida por um animal – provavelmente uma onça estilizada. A interpretação atualmente em moda vê nessas estatuetas instrumentos ligados à preparação de bebidas alucinógenas destinadas a permitir a viagem xamânica ao mundo dos

espíritos, sob a proteção de uma entidade animal.

Tanto a cerâmica da Tradição Konduri quanto a da Santarém apresentam um antiplástico de cauixi, esponjas fluviais cujo esqueleto é formado por espículas silicosas extremamente irritantes. Dessa forma, as vasilhas tinham de ser revestidas por uma camada protetora de resina. Os pedestais e as bordas dos recipientes recebem uma decoração de linhas incisadas e de pontos impressos na pasta fresca. Por vezes, existem também furos que poderiam ser utilizados para cravar decorações plumárias, conforme observações etnográficas.

Ocorrências (ainda) isoladas

Muitas outras ocorrências foram registradas em pontos isolados, mas ainda insuficientemente estudados da Amazônia. No Amapá, por exemplo, os cemitérios sob abrigo da Cultura Maracá estão repletos de urnas funerárias abandonadas na superfície, representando uma pessoa sentada sobre um banco. O tronco é tubular, os braços dobrados, e as mãos apoiadas sobre os joelhos. A tampa figura a cabeça, e o sexo indicado na cerâmica corresponde ao que pode ser identificado nos ossos do esqueleto.

Outros tipos de urnas funerárias foram encontrados no Acre. São cilindros no meio dos quais um volume globular representa o rosto do morto.

Divulgadas sob a denominação de “geoglifos”, nesses últimos anos, estruturas circulares ou retangulares de terra, com diâmetro entre algumas dezenas e 200m, vêm sendo registradas no Acre oriental. Muito parecidas com as assinaladas no Rio Grande do Sul, associadas à Cultura Taquará/Itararé, são em geral interpretadas pelo arqueólogo como estruturas defensivas e apresentam um fosso largo (até mais de 10m). A terra retirada foi acumulada paralelamente para formar uma mureta – seja do lado de fora, seja do lado de dentro; esta última dificilmente se explica no caso de obras defensivas. Pequenos montículos são às vezes encontrados nesses cercados. No Acre, é comum encontrar conjuntos formados por uma estrutura circular, outra retangular e uma terceira também retangular, mas com um lado aberto.

Há muitos anos, estruturas parecidas – porém bem maiores – foram observadas no Alto Xingu, perto da aldeia Kuikuro. Algumas aldeias circulares datadas do início do segundo milênio da nossa era são protegidas por uma ou duas linhas de fossos periféricos com até 2,5km de comprimento

e até 3m de profundidade, no meio dos quais um muro de terra sustenta uma paliçada. No centro, há uma praça também circular, a partir da qual divergem vários caminhos de uma a várias dezenas de metros de largura, delimitados por um “meio-fio” de terra com até 1m de altura. Entre essas “ruas” retas espalhavam-se as grandes casas comunitárias, formando vários anéis concêntricos. Estima-se que de 2.500 a 5.000 pessoas poderiam ter ocupado a maior dessas aglomerações, da qual partem estradas que interligam as aldeias da região. As supostas fortificações teriam sido levantadas nos séculos XIV e XV para proteger as aldeias xinguanas, provavelmente ocupadas por falantes de línguas aruak (pelas características da sua cerâmica), contra agressões praticadas por grupos chegados de fora da região (protokayapó?).

Ainda no Alto Xingu, e provavelmente na mesma época, modelagens cerâmicas pré-históricas representando animais (sobretudo peixes, inclusive arraias) foram jogadas em grande quantidade na lagoa da Miararré. Segundo os indígenas atuais, sua presença garante a riqueza em peixes, conquanto as peças não sejam tocadas com a mão pelos homens.

7

Reflexões finais

GOSTARÍAMOS DE TERMINAR este livro com algumas reflexões. Em primeiro lugar, sobre a visão que temos do homem pré-histórico. Em segundo, sobre a história das populações indígenas antes e depois da irrupção dos europeus no “novo continente”. Enfim, sobre a situação da arqueologia no Brasil.

Lutar contra os mitos redutores

Aos poucos se vem corrigindo uma série de ideias errôneas, infelizmente enraizadas na cabeça de muita gente – e às vezes ainda ensinadas nas escolas. Uma delas é que os primeiros ocupantes do território que hoje chamamos Brasil, como qualquer homem pré-histórico, teriam vivido num mundo frio e povoado por mamutes ou dinossauros. Refugiando-se dentro de cavernas (mas também nômades, sem domicílio fixo), disporiam essencialmente da pedra para fabricar seus instrumentos e passariam muita fome. Seriam primitivos que ainda não imaginavam uma sociedade racionalmente organizada como a nossa. Esta é, obviamente, uma fantasia oriunda das pesquisas realizadas na Europa no século XIX, dentro de uma perspectiva evolucionista.

Com efeito, as regiões tropicais não conheceram glaciações durante o Pleistoceno, e os mamutes – adaptados ao frio – nunca existiram no Brasil. Quanto a viver nas cavernas, teria sido estúpido instalar-se em lugares escuros, pouco arejados e onde não se poderia fazer fogo sem ficar defumado. Algumas populações utilizaram os abrigos bem abertos ou as entradas de grutas, mas, mesmo assim, sobretudo para fins ritualísticos ou para preservação de matérias perecíveis. Em geral, estabeleciam suas moradias a céu aberto. Por outro lado, instrumentos de pedra são perfeitamente dispensáveis onde há recursos disponíveis suficientemente variados, como vegetais, conchas e ossos. Os instrumentos de pedra foram sempre uma minoria em regiões tropicais úmidas. Enfim, em vez de formar grupos numerosos, tornando difícil a obtenção de alimentos para todos,

muitas populações limitaram sua densidade, garantindo uma relativa abundância dentro de um território fixo, cujos recursos eram perfeitamente conhecidos.

Por outro lado, em substituição ao mito (felizmente em declínio) do homem pré-histórico bruto, ignorante e infeliz, está ressurgindo, entre os “intelectuais”, outro mito: o do “bom selvagem” – hoje com matizes “ecológicos”. O índio passa então a ser visto como um ser puro, vivendo em harmonia com uma natureza virgem e incapaz de agredir e fazer o mal, um ser inocente ao qual se junta paradoxalmente a visão romântica do indômito guerreiro. Recusando a desigualdade social, esse ser teria criado mecanismos para impedir o surgimento de hierarquias opressoras (um livro famoso, do antropólogo Pierre Clastres, intitula-se *A sociedade contra o Estado*). De novo a realidade arqueológica e histórica não confirma essa visão.

Em primeiro lugar, é claro que há e sempre houve grande diversificação dos grupos indígenas no vasto território brasileiro. Em consequência disso, houve também diferenças de atitudes com relação à natureza. Manejo intenso da floresta amazônica (que perdeu sua virgindade há muitos milênios por obra dos seus “primitivos” habitantes), queima de matas por grupos que preferem o cerrado; guerras para raptar mulheres e crianças, ou para capturar inimigos a serem sacrificados ou incorporados à tribo; conquista de territórios – todos esses fenômenos ocorreram, mesmo que de uma forma original em relação à história europeia, o que não significa que não tenhamos nada a aprender com os indígenas.

De fato, tanto o primeiro mito (evolucionista) quanto o segundo (“anárquico-ecológico”) falam de nós mesmos, mas nada ensinam absolutamente sobre as populações indígenas, sejam elas atuais ou passadas. Apenas expressam nossas construções mentais e revelam os nossos fantasmas. Mesmo que os arqueólogos não possam deixar de ser filhos do seu tempo e reproduzir seus preconceitos, eles têm o dever de tentar superá-los, procurando sempre as diversas explicações possíveis – algumas delas ainda não pensadas – para os vestígios que encontram. Humildade diante da realidade material que descobre, consciência da limitação do registro arqueológico e da insuficiência dos modelos propostos por nossa própria sociedade, estas são as primeiras qualidades que o arqueólogo deve desenvolver.

Continuidades e rupturas vistas pelos acadêmicos

Uma das principais questões em debate atualmente é até que ponto as atuais populações e sociedades indígenas se parecem com as dos últimos milênios antes da invasão europeia? Somente a arqueologia poderá esclarecer esse aspecto. Mesmo assim, a questão está sendo debatida de modo talvez inadequado, pois os pesquisadores discutem sobretudo numa perspectiva ainda evolucionista, para saber se as populações da pré-história tardia (particularmente, os Tupiguarani) eram numerosas o bastante para passar do “estágio tribal” simples a outro patamar, o de “cacicado” – talvez já alcançado pelos Tapajós e Marajoara (com desigualdades sociais e chefes com poderes relativamente importantes). O cacicado, por sua vez, seria uma transição para o estágio de organização estatal (caracterizado pela existência de uma burocracia).

Trata-se, evidentemente, de uma visão *a posteriori*, desenvolvida a partir da história mediterrânea e europeia, e que supõe o Estado e a dominação econômica de certas categorias socioeconômicas sobre outras uma fatalidade política a longo prazo. Essa discussão deixa de lado várias características de diversificação e hierarquização tipicamente indígenas que são pelo menos tão importantes quanto as nossas formas tradicionais de concentração de poder. Por exemplo, a divisão dual da sociedade, que encontramos entre os grupos Jê tanto quanto nas populações andinas. Todas essas sociedades são formadas pela união de dois grupos ao mesmo tempo antagônicos e complementares, e cujas relações ritualizadas asseguram a continuidade do conjunto social. Mesmo entre os Tupi e os Guaraní, onde não há divisão dual entre os integrantes de uma mesma aldeia, a construção da personalidade e a manutenção da coletividade se faz por intermédio do outro – o adversário capturado e até fisicamente integrado. Habitados a uma divisão essencialmente vertical da sociedade, não percebemos facilmente as divisões horizontais, que esquecemos quando avaliamos o “grau” de complexidade dos outros e alcunhamos as tribos indígenas de “sociedades simples”.

Outro exemplo seria o estabelecimento das redes de integração regional intertribais em moldes que desconhecemos em nossa sociedade, que pratica a integração exclusivamente a partir da absorção ou submissão dos “outros”. Por isso, procuramos essencialmente a complexidade a partir da “desigualdade” de tratamento dos mortos (por exemplo, avaliando num cemitério a “riqueza” do acompanhamento funerário – esquecendo que os

objetos mais preciosos, como as plumas, podem ter desaparecido). Mas não sabemos como reconhecer as redes de integração entre populações vizinhas, porque vemos cada “unidade” arqueológica como sede de uma etnia ou de uma tribo isolada.

De fato, as sociedades do Alto Xingu ou do alto rio Negro mostram como grupos com origens e línguas diferentes, independentes do ponto de vista político, podem criar uma unidade reforçada periodicamente por rituais de integração, casamentos e uma divisão do trabalho entre “tribos” de agricultores, “bandos” de caçadores e aldeias de pescadores (alto rio Negro) hierarquizados entre si, mas com sistemas de vida muito diferentes, embora interdependentes social e economicamente. No Alto Xingu, uma tribo faz os arcos para as demais; outra, os colares de concha; uma terceira, a cerâmica; e uma quarta fabricava as lâminas de pedra. Dessa forma, Aruaque, Carib e Tupi possuem os mesmos objetos, as mulheres usam os mesmos *uluri*. Devemos negar complexidade a esses sistemas? Como poderiam ser detectados pela arqueologia sem serem confundidos com uma impressão enganosa de homogeneidade da cultura material, interpretada como uma marca de simplicidade e unicidade étnica?

Aos poucos, a arqueologia se abre a essas questões, cujo debate permitiria escapar dos modelos eurocêntricos.

De qualquer forma, não há dúvida de que a chegada dos europeus modificou profundamente as sociedades indígenas. Charrua, Minuano e Kadiweu domesticaram os cavalos europeus criando, por alguns séculos, uma nova cultura baseada na raia e na dominação dos povos vizinhos. Outros grupos – tais como os Tupinambá – desapareceram em poucos decênios, varridos pelas doenças contagiosas contra as quais não tinham anticorpos. Não há dúvida de que a calha do rio Amazonas era bem mais povoada no início do século XVI que no final do XVII, embora ainda haja discussões sobre o tamanho das populações desaparecidas. Terão os sobreviventes migrado para o interior das terras firmes, criando pequenas sociedades de um novo tipo, ou já existiam os sistemas tribais estudados desde o século XIX pelos pesquisadores?

Com essas perguntas não respondidas deparamos com outra, fundamental: até que ponto podemos usar os modelos propostos a partir da observação das populações indígenas atuais para interpretar os vestígios arqueológicos?

A arqueologia brasileira hoje

A arqueologia brasileira demanda uma longa tarefa pela frente: juntar uma documentação representativa em todas as partes do território nacional, que permita tratar problemas tais como as modalidades do povoamento inicial, os processos de colonização sistemática dos territórios, o desenvolvimento do manejo da natureza (e, eventualmente, de domesticação ou importação de plantas cultivadas) e as diversas estratégias de sobrevivência que coexistiram durante milênios. Sobretudo, falta avaliar as modalidades da longa coexistência entre grupos social e economicamente díspares, cuja diversidade se esconde atrás da palavra “tribo”, que aplicamos a todas elas. Talvez isso nos leve a descobrir fenômenos sociais ausentes dos modelos científicos tradicionais, as formas pelas quais grupos distintos parecem ter-se articulado de maneira diversa do que ocorreu em outras partes do mundo, o modo como essas mudanças se traduzem nos vestígios, as transformações das sociedades indígenas decorrentes do contato e da colonização.

Para tanto trabalho a ser realizado, num país de dimensão continental, cuja maior parte é ainda totalmente desconhecida do ponto de vista arqueológico, existem talvez duas centenas de arqueólogos – a maioria, recém-formada e, mesmo assim, de maneira assistemática. Com efeito, não há graduação de arqueologia no país, e o mestrado em dois anos parece bem curto para preparar um profissional que lida com recursos patrimoniais não renováveis a partir de uma abordagem pluridisciplinar, sobretudo quando esse mestrado nem é exclusivamente dedicado à arqueologia, sendo um diploma em história ou antropologia, apenas com uma “concentração” na disciplina.

Por outro lado, o campo de trabalho, de início puramente acadêmico, passou a ser quase que totalmente ocupado pela iniciativa privada, por meio da arqueologia “de contrato”, cujo objetivo é avaliar os impactos ambientais dos projetos empresariais (represas, estradas, linhas de energia, gasodutos) e liberar – após rápida intervenção nos eventuais sítios arqueológicos localizados em setores ameaçados – os terrenos para as obras. A arqueologia de contrato é uma necessidade para evitar-se a perda de preciosas informações e poderia fornecer uma excelente contribuição à ciência, em particular nas regiões ainda inexploradas. No entanto, está insuficientemente disciplinada, e poucos projetos levam a um estudo adequado em campo – muito menos em laboratório. Não há publicação

científica, na maior parte dos casos, nem controle de qualidade pelos peritos. Enfim, os objetivos fundamentais das intervenções de contrato, não sendo científicos, não visam, inicialmente, a abordar os problemas arqueológicos estabelecidos a partir de preocupações acadêmicas. Depende, portanto, das forças dos arqueólogos envolvidos, superar essas limitações.

Assim, a arqueologia “de salvamento”, de cunho mais técnico, deveria vir como complemento para enriquecer as pesquisas científicas a serem realizadas por universitários. Infelizmente não é o que acontece. A pesquisa acadêmica foi quase abandonada no Brasil, mesmo pelos raros arqueólogos universitários, cuja maioria prefere aproveitar as facilidades financeiras oferecidas pela iniciativa privada e raramente tenta compatibilizar os objetivos científicos com os das empresas. Em consequência, corre-se hoje o risco de ver a pesquisa realmente científica ser desenvolvida quase exclusivamente sob a liderança de grupos de pesquisas estrangeiros. Perde-se assim a chance de se criar uma arqueologia regional independente, que poderia enriquecer a ciência a partir de pontos de vista originais. Mesmo sem se levar em conta as considerações nacionalistas, é uma pena isso acontecer, pois a “ciência-diversidade” é tão importante quanto a biodiversidade. A sociedade moderna ocidental, depois de ter promovido durante dois séculos a dominação e até a eliminação dos grupos e pensamentos dos “outros”, começa a reconhecer e valorizar a riqueza da alteridade e a sofrida experiência da América Latina, que poderia gerar uma abordagem diferenciada das sociedades humanas.

Cabe agora aos órgãos patrimoniais e aos centros de pesquisa corrigir as distorções, criando condições para estabelecer uma equilibrada e frutuosa colaboração entre as duas vertentes da arqueologia. Caso contrário, nossa disciplina não sobreviverá, do mesmo modo que nenhuma aldeia Kayapó poderia existir sem a interação dos integrantes de suas duas metades.

Glossário

antiplástico: elementos minerais ou vegetais misturados na argila da cerâmica para diminuir as sucessivas dilatações e retrações que provocam a quebra dos potes durante a queima. O antiplástico mais comum é provavelmente a areia silicosa. No entanto, os sambaquianos do Nordeste utilizavam concha queimada. Na Amazônia, certas populações empregavam cinzas das cascas de certas árvores (*cariapé*) ou espículas silicosas que compõem o esqueleto de esponjas fluviais (*cauixi*). Vários grupos Tupiguarani utilizavam cacos moídos ou grãos de hematite misturados com areia.

arte rupestre: grafismos pintados ou gravados em paredes rochosas, em blocos tombados ou matacões. A maioria dessas manifestações não pretendia ser obra de arte, mas transmitir informações, tais como hoje fazem os sinais de trânsito, as bandeiras e as letras organizadas numa mensagem.

camada arqueológica: estrato fino de sedimento no qual se encontram vestígios da presença humana, contemporâneos entre si, ou abandonados durante um curto período de tempo.

carbono-14: ver *datação e radiocarbono*

chopper: instrumento robusto de pedra lascada; geralmente um seixo (ver *seixo*) do qual uma beirada foi lascada para produzir um gume cortante.

coivara, agricultura de: agricultura praticada em pequenas clareiras abertas na mata; a madeira cortada e seca é queimada no final da estação seca, e as cinzas servem de adubo para os solos tropicais geralmente pobres; as maiores árvores são preservadas, proporcionando sombra às plantas jovens e diminuindo o impacto das chuvas, para evitar a erosão; planta-se grande variedade de cultígenos em associação, aproveitando-se suas características e limitando o desenvolvimento das pragas; depois de três ou

quatro anos, a terra se esgota, e a roça é abandonada por outra, aberta a certa distância; a mata se recupera aos poucos nas antigas roças, que servem ainda alguns anos como local de colheita e de caça (pois as plantas abandonadas ainda se reproduzem e atraem os animais); a agricultura de coivara permite regenerar a mata dentro de 30 anos, mas exige que apenas cerca de 10% das terras agriculturáveis de mata sejam explorados no território num mesmo momento, limitando assim a densidade de habitantes que o território pode sustentar.

datação: estimativa da idade dos objetos ou das camadas arqueológicas onde estes estão preservados. A datação é *absoluta* quando se sabe a idade real, por meio de uma análise físico-química; por exemplo, a camada 7 do abrigo nº 6 de Cerca Grande é datada em 9.700 anos; indica-se geralmente a margem de erro prevista, sendo que o número de anos pode ser antes de Cristo (a.C.) ou antes do presente (AP); escreve-se, por exemplo, 6.700 anos, ± 75 anos AP.

A datação é *relativa* quando se sabe apenas a ordem de sucessão. Por exemplo, os “homens de Lagoa Santa” são anteriores às populações Sapucaí, que, por sua vez, aparecem antes das populações Tupiguarani; ou, a fácies rupestre Ballet é posterior à Tradição rupestre Planalto.

Os métodos de datação absoluta mais utilizados pelos arqueólogos são os do *radiocarbono* (para matérias orgânicas) e de *termoluminescência* (para minerais queimados). Existem vários fatores de erro (contaminações, problemas no momento da coleta, seleção de amostras inadequadas, erros estatísticos etc.) fazendo com que as datações absolutas isoladas precisem ser confirmadas por outros métodos. O principal método de datação relativa é a análise estratigráfica das camadas arqueológicas.

DNA: material genético contido nos cromossomos; em casos excepcionais, o DNA mitocondrial (mtDNA, transmitido exclusivamente por linhagem feminina, ou seja, de mãe para filhos) preserva-se no colágeno dos ossos durante milhares de anos; quando isso ocorre, pode-se tentar a análise genética das populações pré-históricas; trata-se de uma técnica ainda experimental em arqueologia.

estratigrafia: sequência das camadas geológicas e/ou arqueológicas; numa estratigrafia normal, as camadas mais recentes estão por cima das mais antigas, do mesmo modo que, num empilhamento de pratos, os que estão por cima foram colocados por último; a estratigrafia permite saber a cronologia relativa de deposição dos vestígios arqueológicos. Distúrbios podem provocar erros de interpretação, se não forem reconhecidos durante a escavação.

fauna pleistocênica extinta: a palavra *fauna* designa o conjunto dos animais que vivem ou viveram numa determinada região durante um período determinado; houve vários tipos de associações faunísticas ao longo dos tempos geológicos, sendo a fauna atual característica do período holocênico (os últimos 10.000 anos); antes disso, durante o período chamado Pleistoceno (entre 2.000.000 e 10.000 anos atrás), havia na América do Sul muitos animais que não existem mais, entre eles, preguiças gigantes, tatus enormes, pequenos ursos e cavalos diferentes dos atuais; nota-se que nunca houve mamutes no Brasil, pois o clima não era bastante frio para esses animais; em compensação, havia mastodontes, animais bastante parecidos com os elefantes atuais; a fauna pleistocênica *extinta* é, portanto, o conjunto dos animais que povoou o Brasil naquele período, mas não existem mais; de fato, todos esses animais não desapareceram exatamente ao mesmo tempo; algumas das espécies se extinguiram há mais de 15.000 anos, enquanto outras podem ter sobrevivido algum tempo durante o início do Holoceno; outros animais que já ocupavam o Brasil há mais de 10.000 anos, sobrevivem até hoje, como veados, antas, onças e muitos animais menores; nem todos os que viveram nos tempos pleistocênicos, portanto, tornaram-se extintos.

fóssil: esta palavra tem vários sentidos; significa:

a) extinto – um cavalo fóssil, por exemplo, é um cavalo de uma espécie que não existe mais; todas as espécies de mamutes ou de preguiças gigantes são hoje fósseis;

b) ossos (ou outra parte corporal) mineralizado: um osso depositado em

lugar favorável perde sua parte orgânica (o colágeno), mas esta pode ser substituída por matérias minerais; o osso torna-se então, como pedra, indestrutível; esse fenômeno de fossilização (por mineralização) é frequente nas grutas, em regiões calcárias, onde a água impregna os ossos, trazendo carbonatos dissolvidos; caso a água evapore, o carbonato precipita e se fixa nas porosidades do osso;

c) diz-se também dos objetos recobertos por uma camada de sedimento e, portanto, fixados no local onde foram abandonados, que se tornaram fósseis.

fuso, peso ou rodela de: instrumento destinado a torcer fibras para preparar linhas de algodão ou lã; é formado por uma vareta à qual se imprime um movimento giratório, continuado por um volante discoidal ou bicônico (dito rodela ou peso do fuso).

Holoceno: período geológico atual, iniciado cerca de 10.000 anos atrás; os climas atuais instalam-se, assim como as faunas modernas; sucede ao *Pleistoceno*.

“homem de Lagoa Santa”: designa uma população biológica que pertence à nossa espécie (*Homo sapiens*) e viveu na América do Sul entre 12.000 e 8.000 anos atrás; apresentava características físicas bem diferentes das dos índios modernos, os quais são mais parecidos com os povos orientais.

Homo sapiens: *Homo* é o nome do gênero; *sapiens*, o nome da espécie; a espécie humana *Homo sapiens* é hoje a única que existe na Terra; anteriormente, houve outras, como os *Homo neanderthalensis* (os neandertalenses) e os *Homo erectus*; dentro da espécie *Homo sapiens*, existem populações biologicamente diferenciadas; o *Homo sapiens*, provavelmente de origem africana, apareceu cerca de 100.000 anos atrás.

lascamento: processo de trabalho da pedra aplicado a rochas duras, porém

frágeis (como o sílex e o quartzo), que, quando recebem um choque, comportam-se como o vidro. O lascamento controlado permite obter rapidamente, e com pouco custo, gumes muito cortantes, tanto na lasca destacada do bloco de matéria-prima quanto na borda deste. As facas de pedra, por exemplo, são obtidas por lascamento.

picoteamento: técnica de trabalho da pedra que permite, com alto investimento de tempo e esforço, obter formas côncavas (recipientes) que o lascamento não consegue produzir; cria superfícies rugosas, porém mais regulares que o lascamento e próprias a facilitar a retenção de uma pedra num cabo; utilizado também na elaboração de gravuras rupestres, criando efeitos de cor e textura.

Pleistoceno: período geológico entre 2.000.000 e 10.000 anos atrás; foi marcado por grandes mudanças climáticas no mundo todo; nas latitudes altas, ocorreram os fenômenos conhecidos como glaciações; nas regiões quentes, as oscilações afetaram sobretudo a pluviosidade; no final do Pleistoceno, por exemplo, o clima de Minas Gerais era muito mais seco que o atual, enquanto o do Piauí era bem mais úmido; as temperaturas eram também mais baixas, mas não a ponto de haver geadas em Minas Gerais, a não ser, talvez, nos pontos mais altos das serras do Mar e do Espinhaço; grandes animais pastavam então nas imensas extensões de cerrado e de pastos (ver *fauna pleistocênica extinta*).

polimento: técnica de trabalho da pedra, por abrasão; a peça é esfregada sobre um bloco de arenito (rocha formada por grãos de areia compactada, parecida com uma lixa), de granito ou de gnaiss, até adquirir a forma desejada; a superfície resultante brilha, porque reflete a luz; trata-se de uma técnica simples, porém demorada e cansativa; é particularmente adequada para obter gumes biconvexos resistentes – como os das lâminas de machado – ou superfícies bonitas para adornos.

ponta de projétil: extremidade de uma lança ou flecha, destinada a perfurar o alvo; pode ser de pedra, osso ou madeira; as pontas de pedra são feitas a partir de uma lasca, retocada a seguir por percussão e pressão; possuem em geral um pedúnculo para o encabamento; o dardo agarra no

corpo em razão das aletas laterais, que facilitam a perda de sangue e fixam o dardo ao corpo da presa.

radiocarbono: primeiro método de datação absoluta, desenvolvido em 1949; avalia a radioatividade residual dos corpos mortos; com efeito, os seres vivos (vegetais e animais) fixam partículas de carbono, algumas das quais (sempre na mesma proporção) vêm do espaço cósmico e são radioativas (isótopo 14, ou seja “carbono-14”); quando ocorre a morte, não há mais renovação do carbono; o carbono radioativo (de massa atômica 14), instável, transforma-se então progressivamente em carbono 12 (isótopo estável); quanto menos carbono-14 sobra, maior será o tempo decorrido desde a morte; o método não permite datar com segurança além de 40.000 anos, quando a quantidade de carbono-14 torna-se pequena demais para ser medida e a margem de erro aumenta muito.

retoque: quando uma lasca retirada do núcleo não apresenta as características desejadas (forma geral, espessura, forma do gume, ângulo do gume), ela pode ser trabalhada por pequenos golpes (retoque por percussão) ou por pressão; dessa forma são fabricados artefatos “típicos”, como raspadores (com gume frontal não cortante), raspadeiras (facas de gume reforçado por retoque), lesmas (instrumentos alongados e espessos cuja morfologia lembra o animal que lhe deu o nome), furadores (com bico perfurante); são feitos trabalhando-se apenas uma das faces das lascas-suportes (trata-se então de retoque *unifacial*); as pontas de projétil são geralmente trabalhadas em ambas as faces para diminuir sua espessura e melhor regularizar sua forma (retoque *bifacial*).

rupestre: ver arte rupestre.

sedimento: material mineral fino (argilas, siltes, areias) ou grosseiro (cascalho, blocos) trazido das partes altas da paisagem pelas águas ou pelo vento, caído dos paredões e finalmente depositado sobre uma superfície natural plana ou com pouco declive; as distinções de cor, textura e composição entre sucessivas deposições criam camadas, níveis ou lentes, cujo estudo é a base da análise estratigráfica.

seixo: bloco de pedra destacado do seu lugar de origem (chamado afloramento) e rolado pelas águas dos rios ou as ondas do mar; as quinas desaparecem aos poucos, a forma torna-se ovoide, e uma superfície de alteração (córtex) de cor e textura diferentes da parte interna desenvolve-se, como a casca de uma batata; os seixos, facilmente encontrados, foram muitas vezes coletados para serem utilizados como matérias-primas na fabricação de instrumentos de pedra; ainda hoje, seixos são utilizados como elementos decorativos em muitas fontes de supermercado, ou no “pé-de-moleque” que calça as ruas das cidades históricas.

tembetá: adorno exclusivamente masculino, inserido no lábio inferior por um orifício praticado no momento da cerimônia de iniciação dos jovens; pode ser pedra, osso, madeira, resina ou pena; no *tembetá* em forma de disco (botoque) usado por vários grupos indígenas do Brasil central está a origem do nome “botocudo” dado a estes índios pelos portugueses.

termoluminescência: método de datação absoluta, utilizável para objetos de pedra ou de barro queimados (cerâmica); elétrons livres “viajam” na matéria e acabam sendo aprisionados em “armadilhas” formadas por falhas na estrutura atômica; quando há fornecimento de energia (calor forte, por exemplo), os elétrons aprisionados são expulsos da armadilha e retomam sua corrida errante, caindo de novo nas armadilhas, num ritmo constante – específico de cada material, mas que pode ser calculado; quanto menor a quantidade de elétrons livres, mais antiga será a última data de aquecimento.

Leituras recomendadas

Andrade Lima. “Cerâmica Tupiguarani e Marajoara: elementos estruturais comuns”. *Ciência Hoje*, nº 213, março de 2005.

André Prous. *Arqueologia brasileira*, 2ª ed., Brasília, UnB, 2003.

Compilação crítica dos conhecimentos disponíveis até meados dos anos 1980; apesar de parcialmente desatualizado, não foi ainda substituído como livro de referência sobre o conjunto da arqueologia brasileira.

———. “A pintura em cerâmica dos Tupiguarani”, *Ciência Hoje*, nº 213, março de 2005.

———. *Arte pré-histórica brasileira*. Com Arte, Belo Horizonte, 2007.

Apresenta as tradições rupestres, as esculturas em pedra e osso, a estética dos artefatos líticos lascados e polidos, a arte em cerâmica. Ilustrado com dezenas de fotografias, a maioria coloridas.

G. Martin. *Pré-História do Nordeste*. Recife, UFPE, 1996.

Apresenta detalhadamente as pesquisas realizadas nos estados do Nordeste.

Madu Gaspar. *Sambaquis: arqueologia do litoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

———. *A arte rupestre no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

Sínteses atualizadas das pesquisas sobre a arte rupestre e sobre os sambaquis do sul do Brasil.

Maria Cristina Tenório (org.). *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1999.

Obra coletiva que apresenta de forma atualizada e bem-ilustrada diversos aspectos das pesquisas realizadas em várias regiões do país.

M. Hubbe, E. Mazzuia, J.P. Atui e W. Vezzani Neves. *A primeira descoberta da América*. Sociedade Brasileira de Genética, Ribeirão Preto, 2003.

A melhor introdução para entender as discussões sobre as populações que colonizaram inicialmente a América, com ênfase no ponto de vista da bioantropologia.

M. Jorge, A. Prous e L. Ribeiro. *Brasil rupestre*. Zencrane Livros, Curitiba, 2006.

Apresenta a arte brasileira, ilustrada com centenas de fotografias coloridas. Discute os processos de fabricação, os temas, as variações regionais, as técnicas de datação e os problemas para sua preservação.

Pedro Paulo Funari. *Arqueologia*. São Paulo, Contexto, 2003.

Apresenta uma reflexão sobre os princípios que guiam a arqueologia e discute seu lugar na sociedade.

P.I. Schmitz (org.). *Pré-história do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

Os diversos autores que participam desta coletânea apresentam as tradições arqueológicas do Rio Grande do Sul (que se estendem também aos demais estados meridionais).

W. Neves (org.). “Arqueologia brasileira”. *Revista da USP*, nº 44, São Paulo 2000.

Número especial da revista que apresenta sínteses regionais, informações sobre a formação dos arqueólogos e sobre o campo de trabalho no Brasil.

Créditos das ilustrações

[Figuras 1 e 3] foto acervo MHN/UFMG, Missão Franco-Brasileira.

[Figura 2] foto Adriano Carvalho.

[Figura 5] desenho Adriano Carvalho, acervo do Museu de Antropologia da UFSC.

[Figura 6] desenho Adriano Carvalho, acervo do Museu do Sambaqui de Joinville.

[Figura 7] desenho Adriano Carvalho, acervo do Museu do Homem do Sambaqui, Colégio Catarinense de Florianópolis.

[Figura 8] desenho Adriano Carvalho, acervo MHN/UFMG, região de Lagoa Santa.

[Figuras 11, 23, 33-37, 39] desenho Adriano Carvalho, acervo MHN/UFMG.

[Figura 12] desenho Adriano Carvalho, a partir de *Herança: a expressão visual do brasileiro antes da influência do europeu* (São Paulo, Dow Chemical, 1984). Acervo Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS.

[Figura 13] foto Adriano Carvalho, acervo NPA.

[Figuras 14, 15 e 16] fotos Adriano Carvalho, acervo MHN/UFMG, Missão Franco-Brasileira.

[Figuras 17, 19, 20] fotos Vitor Paredes, acervo UFMG.

[Figuras 18, 21, 22] fotos Adriano Carvalho, acervo UFMG.

[Figuras 24 e 25] pesquisas Fundham, redesenhado por Adriano Carvalho a partir de Gabriela Martin, *Pré-história do Nordeste*.

[Figura 26] redesenhado por Adriano Carvalho a partir de M. Brito, *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, vol. XII.

[Figuras 27 e 28] desenhado por Adriano Carvalho a partir de documentos do MHN/UFMG.

[Figura 29] pinturas do Noroeste da Bahia; pesquisa Instituto Anchieta de Pesquisas; redesenhado por Adriano Carvalho a partir de P.I. Schmitz et al.

[Figura 30] redesenhado por Adriano Carvalho a partir de Loredana Ribeiro e Lílian Panachuk, *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, vol. XVII.

[Figuras 31 e 32] pesquisa e desenho Martha Castro e Silva.

[Figura 38] desenho Adriano Carvalho, acervo Museu de Taquara, RS.

[Figura 40] desenho Adriano Carvalho, acervo Museu Câmara Cascudo, RN.

[Figuras 41 e 42] desenho Adriano Carvalho, acervo Museu Paraense Emílio Goeldi.

[Figura 43] desenho Adriano Carvalho, acervo MAE/USP.

Todas as demais figuras são desenhos de Adriano Carvalho feitos especialmente para este livro.

Copyright © 2006, 2007 André Prous

Copyright desta edição © 2007:

Jorge Zahar Editor Ltda.
rua Marquês de São Vicente 99 - 1º andar
22451-041 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2529-4750 / fax: (21) 2529-4787
editora@zahar.com.br
www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Composição: Letra & Imagem
Ilustrações: Adriano Carvalho
Capa: Sérgio Campante

Edição anterior: 2006

ISBN: 978-85-378-0230-4

Table of Contents

Sumário	4
Introdução	7
O estudo do passado e a arqueologia	7
Breve história da arqueologia no Brasil	8
As fontes da história pré-cabralina	10
Os primeiros habitantes	13
As discussões sobre a entrada do homem na América	13
O que sabemos sobre os primeiros sul-americanos?	16
As “populações de Lagoa Santa”	17
Lagoa Santa e serra do Cipó	17
O vale do rio Peruaçu e a Lapa do Boquete	19
Do Norte ao Sul do Brasil...	19
O aspecto físico	20
Haveria uma arte rupestre dessa época?	21
A sociedade	21
A pré-história do Brasil meridional	24
Os primeiros ocupantes do litoral meridional	24
Os sambaquis do Sul	25
Os sítios de pesca e coleta não construídos	30
As populações sambaquianas	31
Os cerritos e a Tradição Vieira	32
Os sambaquis do litoral central e a Tradição Itaipu	34
Os primeiros ocupantes das terras interioranas: as “Culturas” Umu e Humaitá	34
Os ceramistas do Planalto	36
A arte rupestre meridional	40
A arqueologia do Pantanal	42
A pré-história do Brasil central e do Nordeste	47
Os caçadores-coletores	47
Os primeiros agricultores e ceramistas	49
A arte rupestre	55

Os aldeões (Aratu-Sapucaí e Uru)	65
A tradição rupestre dos lajedos	71
Os ceramistas do Maranhão	72
A onda tupiguarani	73
O domínio tupiguarani	74
A indústria tupiguarani	76
A vida comunitária: alimentação, guerra, rituais e arte	79
A grande questão: qual é a origem dos Tupiguarani?	81
Arqueologia amazônica	83
As primeiras populações	83
A Tradição Policroma	85
A Tradição Incisa-Ponteadada	89
Ocorrências (ainda) isoladas	91
Reflexões finais	93
Lutar contra os mitos redutores	93
Continuidades e rupturas vistas pelos acadêmicos	95
A arqueologia brasileira hoje	97
Glossário	99
Leituras recomendadas	106
Créditos das ilustrações	108
Copyright	110